UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
Departamento de Ciências Exatas e da Terra – DCET / *Campus* I
Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET

EMANUEL GONZAGA DOS SANTOS

PROCESSOS DE DES-RETERRITORIALIZAÇÃO DE IMIGRANTES VENEZUELANOS EM SALVADOR

SALVADOR
2023

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
Departamento de Ciências Exatas e da Terra – DCET / *Campus* I
Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET

EMANUEL GONZAGA DOS SANTOS

PROCESSOS DE DES-RETERRITORIALIZAÇÃO DE IMIGRANTES VENEZUELANOS EM SALVADOR

Dissertação apresentada à Linha de Pesquisa Processos Territoriais e Dinâmica Urbano - Regional do curso de Pós-graduação em Estudos Territoriais (PROET), do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre em Estudos Territoriais pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Orientador: Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto

SALVADOR
2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura – UNEB – Campus I
Bibliotecária: Célia Maria da Costa - CRB-5/918

S237p Santos, Emanuel Gonzaga dos
Processos de des-reterritorialização de imigrantes venezuelanos em Salvador / Emanuel Gonzaga dos Santos .– Salvador, 2023.
189 f.

Orientador: Agripino Souza Coelho Neto.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET, Campus I. 2023.

Contém referências.

1. Imigrantes – Venezuela – Condições sociais. 2. Venezuela – Emigração e imigração. 3. Venezuelanos – Bahia – condições sociais. 4. Imigrantes – Salvador (BA) – Condições sociais 5. Territorialidade humana – Salvador (BA). 6. Imigrantes – Salvador (BA). 7. Venezuelanos – Salvador (BA). 8. Imigrantes – Brasil – História. I. Coelho Neto, Agripino Souza. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Campus I. III. Título.
CDD: 304.23098142

FOLHA DE APROVAÇÃO

EMANUEL GONZAGA DOS SANTOS

PROCESSOS DE DES-RETERRITORIALIZAÇÃO DE IMIGRANTES VENEZUELANOS EM SALVADOR

Dissertação apresentada à Linha de Pesquisa Processos Territoriais e Dinâmica Urbano - Regional do curso de Pós-graduação em Estudos Territoriais (PROET), do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestre(a) em Estudos Territoriais pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Banca examinadora:

Prof. DAgripino Souza Coelho Neto - Orientador
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Doutor em Geografia - Universidade Federal Fluminense - UFF

Profa. Dra. Jussara Fraga Portugal
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Doutora em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof. Dr. Gil Carlos Silveira Porto
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
Doutor em Geografia – Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Dedicatória

Dedico esse trabalho a duas pessoas imensamente especiais na minha vida, a saber: minha mãe Raimunda e ao meu avô Raimundo. Ambos sempre me apoiaram nos meus estudos de tal forma que não tenho como os agradecer.

Minha mãe sempre esteve comigo com uma extraordinária dedicação até o último dia da sua vida e de alguma forma sei que me acompanha até os dias de hoje, quanto ao meu avô eu digo: Muito obrigado por desde criança ter me ajudado com tudo o que estava ao seu alcance, jamais me esquecerei da grande pessoa que o senhor tem sido na minha trajetória!

Agradecimentos

A célebre frase “Se cheguei até aqui foi porque me apoiei no ombro de gigantes”, atribuída a Isaac Newton não poderia ter sido mais oportuna na minha vida do que agora. Passei por vários desafios inesperados nessa dissertação, mas aqui estou e não poderia deixar de agradecer a quem me estendeu a mão.

Agradeço a cada um dos colaboradores desta pesquisa, que além de não possuírem qualquer tipo de obrigação de participar deste trabalho tinha muitos outros afazeres a realizar no dia das entrevistas, mas ainda assim disponibilizou parte do seu tempo para nos compartilhar suas trajetórias que foram de suma importância para o desenvolvimento dessa dissertação.

Agradeço a Profa. Dra. Jamille Lima e ao Prof. Dr. Agripino Coelho, respectivamente, minha primeira e segundo orientador no desenvolvimento do presente trabalho, que sem a ajuda dos mesmos seria impossível concluir essa dissertação.

Agradeço a Prof. Dra. Jussara Portugal por tanto tempo ter participado do meu desenvolvimento profissional, me ajudando a evoluir continuamente enquanto professor-pesquisador.

Agradeço a cada um dos professores e demais funcionários escolares e universitários (do pessoal da limpeza aos diretores) que participaram da minha trajetória, dos da minha mais tenra infância até os da pós-graduação, pois sem eles eu sequer iniciaria esta minha caminhada.

Agradeço ao Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pela bolsa que me permitiu ter um maior foco nessa pesquisa.

Agradeço a Dona Graça por ser tão decisiva em várias etapas da minha vida pelo qual prezo muitíssimo pela nossa amizade. A senhora, assim como o cosmos, está tão acostumada com sua imensidão que não tem noção da própria grandiosidade. Obrigado por ser um dos maiores seres humanos que já conheci.

Agradeço a Caroline por todo incentivo que me deu para participar do processo seletivo desse Programa de Mestrado.

Agradeço a Elba, por sua imensa inteligência e ter me servido de inspiração para dar novos passos, mesmo quando dizes nenhuma palavra.

Agradeço ao Padre Luís por não apenas ter me recebido, mas por, verdadeiramente, ter me acolhido no momento que eu mais precisava, sendo uma pessoa importantíssima na minha vida, sou eternamente grato apesar das nossas diferenças.

Agradeço a Rebeca por me mostrar caminhos que podem me ajudar na minha trajetória acadêmica.

Agradeço a Ramiro por todo apoio prestado a mim no que tange à língua inglesa na presente dissertação.

A Deus agradeço por tudo.

Infelizmente não tenho condições de colocar aqui todas as pessoas às quais devo a minha gratidão, mas saibam cada um de vocês que os tenho na minha memória e coração.

“*No final de contas não existe um fim, apenas um novo começo”*

Ravena

SANTOS, Emanuel Gonzaga dos. **Processos de des-reterritorialização de imigrantes venezuelanos de Salvador**. 189f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET. Departamento de Ciências Exatas e da Terra I. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2022.

,

RESUMO

Na presente pesquisa considera-se a concepção clássica de que o território é a porção do espaço ao qual o Estado exerce o seu poder e nesse mesmo território criamos relações denominadas de territorialidades. Durante a migração ocorre a modificação de uma vivência territorial denominada de desterritorialização e ao mesmo tempo um novo território é experienciado, ou seja, passamos por uma reterritorialização. Diante disso nos questionamos: como se configuram os processos de des-reterritorialização de imigrantes venezuelanos em Salvador? Nosso objetivo geral é compreender os processos de des-reterritorialização de imigrantes venezuelanos na capital baiana. Os objetivos específicos são: contextualizar no espaço e no tempo aspectos envolvidos nesse processo migratório, compreender as desterritorializações da trajetória do migrante em questão e analisar a reterritorialização dessa comunidade bolivariana em Salvador. Para o desenvolvimento da pesquisa e a consecução dos objetivos estabelecidos, operamos com a tríade conceitual T-D-R (territorialização-desterritorialização-reterritorialização) e com o conceito de migrações. Nossos procedimentos metodológicos foram pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Nossas fontes são decorrentes de livros, revistas, jornais e órgãos estatais do Brasil e da Venezuela, assim como o trabalho de campo, que foi realizado por meio de entrevistas focalizadas com 10 venezuelanos que vivenciaram Salvador, sendo 7 homens e 3 mulheres. Nos anos 2010 se inicia a maior crise econômica da história da Venezuela e para amenizar os impactos destes eventos na população, o governo distribui alimentos e promete realizar melhorias estruturais no país, o que não impediu uma desterritorialização na i-mobilidade de parte da população local. Diante desses acontecimentos alguns venezuelanos realizaram migrações internacionais, se configurando como uma desterritorialização “no movimento”, resultando em uma reterritorialização. No caso de Salvador, este processo não ocorre homogeneamente com os imigrantes, pois os provenientes das ondas mais recentes, os desempregados/subempregados e aqueles com uma frágil rede de contatos estão em condições de maior vulnerabilidade. Seus planos de permanência estão condicionados principalmente a à estabilidade de renda, formação de núcleo familiar e das suas esperanças quanto a à uma recuperação econômica da Venezuela.

Palavras-chave: Territorialização. Desterritorialização. Reterritorialização. Territorialidade. Migração.

SANTOS, Emanuel Gonzaga dos. **Processos de des-reterritorialização de imigrantes venezuelanos de Salvador**. 189f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET. Departamento de Ciências Exatas e da Terra I. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2022.

ABSTRACT

In the present research, we consider the classic conception that the territory is the portion of the space in which the State exercises its power and in that same territory we create relationships called territorialities. During migration, there is a change of a territorial experience called deterritorialization and at the same time a new territory is experienced, that is, we go through a reterritorialization. In view of this, we wonder why the processes of de-reterritorialization of Venezuelan immigrants are formed in Salvador. Our general objective is to understand the processes of de-reterritorialization of Venezuelan immigrants in the capital of Bahia, whose specific objectives are to contextualize in space and time aspects involved in this migratory process, to understand the deterritorializations of the trajectory of the migrant in question and to analyze the reterritorialization of this Bolivarian community in Salvador. For the development of the research and the achievement of the established objectives, we operated with the conceptual triad T-D-R (territorialization-deterritorialization-reterritorialization) and with the concept of migrations. Our methodological procedures were bibliographic research, document analysis and field research. Our sources are derived from books, magazines, newspapers and state agencies in Brazil and Venezuela, as well as fieldwork that was carried out through focused interviews with 10 Venezuelans who lived in Salvador, 7 men and 3 women. In the 2010s, the biggest economic crisis in the history of Venezuela begins, and to mitigate the impacts of these events on the population, the government distributes food and promises to carry out structural improvements in the country, which did not prevent a deterritorialization in the i-mobility of part of the local population, in the face of these events, some Venezuelans carried out international migrations, configuring themselves as a deterritorialization “in the movement”, resulting in a reterritorialization. In the case of Salvador, this process does not occur homogeneously with immigrants, as those coming from the most recent waves, the unemployed/underemployed and those with a fragile network of contacts are in conditions of greater vulnerability. His plans to stay are mainly conditioned by his income stability, the formation of a family nucleus and his hopes for an economic recovery in Venezuela.

Keywords: Territorialization. Desterritorialization. Reterritorialization. Territoriality. Migration.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Accíon Democrática
AEI	Albert Einstein Institute
ALBA	Alternativa Bolivariana das Américas
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BCV	Banco Central da Venezuela
CARICOM	Caribbean Comunity
CICP	Cuerpo de Investigaciones Científicas y Criminalísticas Policiales
CLAP	Comité Local de Abastecimiento y Produccíon
CNE	Consejo Nacional Electoral
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
COPEI	Comité de Organización Política Electoral Indepediente
DEA	Drug Enforcement Admnistration
ELN	Exército de Libertacíon Nacional
EUA	Estados Unidos da América
FAES	Fuerzas de Accíones Especiales
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
INE	Instituto Nacional de Estadística
GNB	Guardia Nacional Bolivariana
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
MUD	Mesa de la Unidad Democrática
MVR	Movimiento V República
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCV	Partido Comunista de Venezuela
PDVSA	Petróleos de Venezuala S.A
PNB	Policia Nacional Bolivariana
PSUV	Partido Socialista Unido de Venezuela
RNM	Registro Nacional Migratório
SEBIN	Servicio Bolivariano de Inteligencia Nacional
SISMIGRA	Serviço de Registro Nacional Migratório
SUS	Serviço Unico de Saúde
UNASUL	União das Nações Sul Americanas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Venezuelanos com Registro Nacional Migratório no Brasil (2001-2019).....	**112**
Gráfico 2	Venezuelanos residentes no Brasil, por região (2000-2019).....	**113**
Gráfico 3	Qualificação exigida das ocupações dos venezuelanos que chegaram ao Brasil entre os anos (2000-2019).....	**118**
Gráfico 4	Proporção de estadual de venezuelanos no Nordeste (2020).....	**119**
Gráfico 5	Chegada de venezuelanos na Bahia (2000-2019).....	**122**
Gráfico 6	Situação laboral dos imigrantes venezuelanos na Bahia (2000-2019).....	**123**
Gráfico 7	Nível de escolaridade das ocupações exercidas por venezuelanos na Bahia até (2000-2019).....	**126**
Gráfico 8	Proporção das ocupações de nível superior exercidas por venezuelanos na Bahia (2000-2019).....	**127**
Gráfico 9	Proporção das ocupações que não exigem ensino superior exercidas por venezuelanos na Bahia (2000-2019).....	**128**
Gráfico 10	Ocupações da população venezuelana na Bahia por setor (2000-2019).....	**129**
Gráfico 11	Venezuelanos registrados em Salvador entre janeiro de 2018 e outubro de 2019.....	**131**
Gráfico 12	Ofícios exercidos por venezuelanos que se registraram em Salvador em 2022.....	**133**
Gráfico 13	Ocupações profissionais exercidas por 10 ou mais venezuelanos registrados em Salvador entre janeiro de 2018 e agosto de 2022 por grau de escolaridade.....	**134**

Gráfico 14 Proporção das ocupações profissionais sem ensino superior, exercidos por 10 ou mais venezuelanos em Salvador, entre janeiro de 2018 e agosto de 2022..... **135**

Gráfico 15 Proporção das ocupações profissionais com ensino superior, exercidos por 10 ou mais venezuelanos em Salvador, entre janeiro de 2018 e agosto de 2022..... **136**

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Mapa de municípios baianos que receberam 5 ou mais imigrantes venezuelanos até 2019..... **121**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Mandatos presidenciais de Chávez.....	**39**
Quadro 2	Mandatos presidenciais na Venezuela (1959-2013).....	**47**
Quadro 3	Posicionamento de alguns países americanos quanto reconhecimento de Maduro ou Guaidó como legítimo presidente da Venezuela em agosto de 2019.....	**52**
Quadro 4	Comparação entre os índices de pobreza por necessidades insatisfeitas e multidimensional na Venezuela.....	**99**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Ocupações exercidas por venezuelanos no Brasil entre 2000 e 2019.....	**116**
Tabela 2	Ofícios ocupados por 10 ou mais venezuelanos na Bahia em 2019.....	**124**
Tabela 3	Ocupações exercidas por imigrantes venezuelanos registrados em Salvador no ano de 2022.....	**132**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... **18**

2. **O TERRITÓRIO EM SEUS MÚLTIPLOS CONTEXTOS: da teoria ao contexto político-territorial da Venezuela**..... **25**

2.1 Elementos para pensar a condição migrante: fronteiras, territorialidade, nacionalidade, cidadania e estrangeiridade..... **25**

2.2 Contextualização histórica da Venezuela: de Betancourt (1959) à Chávez (2013)..... **35**

2.3 A Venezuela na era Maduro..... **48**

3. A MIGRAÇÃO PARA O BRASIL: uma desterritorialização no movimento..... **73**

3.1 O migrante enquanto sujeito social, político e territorial..... **74**

3.2 Motivos apontados para a migração..... **89**

3.3 Caminhos para o Brasil: rotas, desafios e sobrevivências..... **102**

4. A RETERRITORIALIZAÇÃO DE IMIGRANTES VENEZUELANOS EM SALVADOR: perfil e travessias..... **110**

4.1. Perfil ocupacional e distribuição espacial dos imigrantes..... **111**

4.1.1 No Brasil..... **111**

4.1.2 Na Bahia..... **120**

4.1.3 Em Salvador..... **130**

4.2 Travessias venezuelanas em Salvador: o recomeço na capital baiana..... **137**

4.3 A vida migrante em Salvador: desterritorializações nas perspectivas política, cultural e econômica..... **142**

4.4 As reterritorializações nas perspectivas política, econômica e cultural: um diálogo entre o campo, o território e a empiria migrante..... **151**

4.5 As territorializações continuam: planos para o futuro. **160**

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... **164**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **171**

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a problemática das migrações internacionais ganhou notoriedade midiática com três ondas migratórias: a haitiana, a síria e a venezuelana (LIMA; GARCIA; FECHNE, 2020). O presente trabalho terá como recorte esse último grupo, ou seja, contemplaremos uma abordagem sobre a travessia de imigrantes venezuelanos e as suas experiências em Salvador com ênfase nos processos de processos de desterritorialização na Venezuela e reterritorialização em Salvador.

O intenso fluxo de imigrantes venezuelanos para o Brasil está relacionado a crise que ocorre na República Bolivariana da Venezuela desde a segunda metade da década de 2010 (RIBAS, 2018), cuja existência possui um caráter multifatorial. Alguns dos indicadores da existência dessa crise partem do Banco Central de Venezuela (BCV) (2022a), revelando a queda do volume de vendas gerais de 41,1% no biênio 2017-2018 e a redução de todas as atividades da indústria manufatureira privada (com exceção da pesca). Segundo o Instituto de Investigaciones Sociales da Universidad Católica Andrés Bello (2021), situada em Caracas, 94,1% da população venezuelana vive em estado de pobreza e 76,6% dela passa por essa condição de maneira extrema.

A existência de uma crise humanitária e migratória foi admitida por Nicolás Maduro na Assembleia Geral da ONU em 2018, quando o mesmo aproveitou a oportunidade para aceitar uma ajuda de 8 milhões de Euros da Organização das Nações Unidas para enfrentar a fome e o alastramento de doenças no país (LORENA, 2018). Um dos fatores atribuídos pelo próprio presidente venezuelano para este cenário foi desencadeados por problemas no setor petrolífero. (GZH MUNDO, 2018)

A política interna venezuelana também passou por momentos difíceis, porém o Grande Pólo Patriótico, coligação pró-Maduro, conseguiu eleger 69% dos legisladores da Assembleia Nacional nas eleições de 2020, tendo como período do exercício do cargo iniciado em 2021, com previsão de término em 2026. (CNE, 2022)

Todavia, é fato que as dificuldades enfrentadas pelo país levaram a um

intenso fluxo de venezuelanos no Brasil, sobretudo entre 2017 e 2020. Essa realidade presente na vida de parte dos venezuelanos forçou alguns a atravessarem a fronteira do seu Estado de origem, saída essa que a Organização Internacional de Migrações (OIM, 2009) classifica como migração.

Nós devemos considerar que essas migrações não se referem apenas aos corpos no sentido material dos viajantes, mas também às suas histórias, que na maior parte das suas vidas estavam sendo construídas em um determinado território, porém, passaram a ser reconstruídas em um novo. No presente trabalho, consideraremos o território como “a extensão espacial da jurisdição de governo” (GOTTMAN, 2011, p.523). Os territórios, por sua vez, produzem símbolos, narrativas e crenças, criando assim as territorialidades que são:

> [...] a relação de sentimento de pertencimento que os seres humanos têm em relação ao espaço que habitam, portanto não é simplesmente a apropriação do espaço geográfico em si, mas sim uma construção de vivências, num processo de interação com o mesmo (Moreira; Dallabrida; Marchezan, 2016, p. 92).

Dessa forma, a mudança de território implica necessariamente também na mudança de vivências espaciais, pois, se dentro do seu país de origem uma determinada pessoa fazia parte do “nós”, em outro país ela agora faz parte dos “outros”. Toda uma cultura que configurou a construção do seu ser, que no lugar onde nasceu era incentivada e motivo de orgulho, passa a se tornar um desafio no processo de adaptação a uma nova realidade, ainda mais de uma maneira tão abrupta e vulnerável como é o caso dos imigrantes.

A reconfiguração das territorialidades faz parte de um processo que Raffestin (1984) sistematiza como territorialização, desterritorialização e reterritorialização. A territorialização seria a nossa territorialidade de origem, quando ela passa a ser fragilizada acontece a desterritorialização e quando se experiencia uma nova configuração territorial temos uma reterritorialização. Haesbaert (2011) aponta que a desterritorialização não é algo absoluto, como se deixássemos de viver qualquer tipo de territorialidade, sendo que o que ocorreria na verdade é a vivência de uma outra dinâmica territorial diferente da que o indivíduo possuía anteriormente, tornando a desterritorialização e a reterritorialização processos indissociáveis entre si, cujo resultado dessa interação se configura em um processo de des-reterritorialização. Diante dos contextos

apresentados nos perguntamos: como se configuram os processos de des-reterritorialização de imigrantes venezuelanos em Salvador?

O movimento migratório mais significativo de venezuelanos com destino ao Brasil é um fenômeno que adquire expressividade na segunda metade da década de 2010. Os processos de des-reterritorialização dos imigrantes venezuelanos em Salvador, por sua vez, é um fenômeno que aguarda uma interpretação sistemática no âmbito da geografia. A existência de uma lacuna interpretativa e a recente temporalidade revelam a atualidade e a importância do fenômeno, justificando sua investigação científica.

Além do campo científico, a compreensão do fenômeno pode contribuir na formulação de estratégias do poder público, organizações não-governamentais, no que tange ao acolhimento dessa população, assim como os interessados em geral em os receber em seus lares.

Para leitura e interpretação do mencionado movimento triádico territorialização–desterritorialização-reterritorialização, acionamos duas categorias tradicionais no conhecimento geográfico, o território e a migração, convocadas nesta pesquisa, na posição de chaves explicativas para compreender o fenômeno da migração dos Venezuelanos e sua reterritorialização em Salvador.

O objetivo geral que norteou deste trabalho foi compreender os processos de des-reterritorialização de imigrantes venezuelanos em Salvador (BA). Partindo desse objetivo geral, foram desdobrados objetivos específicos que são: contextualizar no espaço e no tempo aspectos envolvidos nesse processo migratório, compreender as desterritorializações do migrante na sua trajetória e analisar a reterritorialização dessa comunidade bolivariana em Salvador.

Para atingirmos os objetivos dessa pesquisa passamos por quatro etapas. A primeira etapa consistiu na ideação da pesquisa. Nosso caso, em específico, surge quando o autor da presente dissertação tem a oportunidade de conviver com venezuelanos em Salvador no ano de 2020, o que o causa curiosidade sobre o fenômeno, o despertando curiosidade em relação ao processo migratório e sobre os modos de vida construídos na cidade do Salvador.

Para compreender os processos de des-reterritorialização de imigrantes venezuelanos em Salvador (BA), nos dedicamos inicialmente a realização de uma

revisão de literatura, buscando construir os fundamentos teóricos que subsidiaram nosso olhar sistemático sobre o objeto/problema de investigação. Sustentamo-nos nos conceitos de migração e território, perpassando pelas territorialidades e pela tríade conceitual territorialização–desterritorialização–reterritorialização, para compreender o processo de des-reterritorialização dos imigrantes.

Os autores citados no presente trabalho serão de múltiplas áreas do conhecimento, já que nesse trabalho compreendemos a migração como um fenômeno territorial e social, nos atentando para não “naturalizarmos” a condição de estrangeiro de indivíduos e agrupamentos humanos.

A terceira etapa consistiu na busca de fontes, provenientes de livros, revistas científicas, jornais e órgãos estatais, origem fundamental de nossos dados secundários. As informações de cunho qualitativo possuem diversas fontes. A contextualização histórica e geográfica da situação da Venezuela foi realizada em duas fases. A primeira delas de 1959 até 1999, período entre o final da ditadura de Jimenez e a era Chávez, tendo como fonte principalmente os estudos de Urbaneja (2007), membro da Academia Nacional de História da Venezuela, órgão estatal com o objetivo de promover o conhecimento histórico do país, além de notícias de jornais.

Na segunda fase, cujo está na administração de Nicolás Maduro, utilizamos fontes de mídia tanto pública quanto privada, para expor as versões referentes ao contexto histórico e geográfico do país, acionando informações de organizações não-governamentais, organizações internacionais e do próprio governo Maduro. Além disso, serão mencionados artigos científicos que se debruçam sobre a contextualização de diversos aspectos da história recente venezuelana. Dados de órgão de Estado também serão expostos com o objetivo de potencializar os argumentos utilizados por diversos autores.

Pelo fato da existência de uma crise multissetorial no país bolivariano ser um consenso, sendo inclusive admitida pelo próprio governo e órgãos de Estado, conforme citações explicitadas no presente trabalho, teremos como foco as múltiplas visões da situação do país, no que tange aos principais fatores que levaram a existência de um êxodo venezuelano na segunda metade da década de 2010.

Os dados quantitativos tiveram como fonte o Sismigra da Polícia Federal para o levantamento estatístico de migrantes no Brasil, órgãos venezuelanos e estudos de universidades locais. As tabulações disponibilizadas pelo Sismigra possibilitaram elaborar um perfil nas escalas nacional, estadual e municipal dos migrantes venezuelanos, levando em consideração variáveis, como o quantitativo geral da comunidade, demonstrando especificidades da mesma, a exemplo da série histórica da entrada dos caribenhos e perfil laboral. Vale ressaltar que nesse último será levado em consideração apenas a profissão declarada na Polícia Federal, devido a possibilidade de uma mesma pessoa realizar mais de um ofício.

Os dados das estatais e de universidades venezuelanas nos permitiu uma contextualização histórica e espacial do fenômeno estudado, também será problematizado sobre as dinâmicas territoriais envolvidas no processo que configuraram na formação do perfil exposto.

A quarta etapa foi a realização do trabalho de campo. Nele realizamos entrevistas focalizadas com 10 venezuelanos que residem ou já residiram em Salvador, sendo eles 7 homens e 3 mulheres, estando, portanto, aptos a descrever seus processos de des-reterritorialização da Venezuela até Salvador. Devido às incertezas da pandemia do Covid-19[1], optamos por realizarmos as perguntas em ambiente virtual.

Os entrevistados possuem um perfil variado que nos permitiu analisar a situação sob várias óticas, levando em consideração a profissão, o capital social, planejamento, idade, formação e sexo, no período em que chegaram na capital baiana. A escolha desses migrantes inicia com um dos que conviveram com o autor da pesquisa, que, por sua vez, indicou outros venezuelanos que viveram em Salvador para a execução das entrevistas. Estes conheceram seus compatriotas de maneira espontânea ao se encontrarem nas ruas da capital baiana ou por já terem se conhecido em seu país natal. Outra forma de encontrar os participantes da pesquisa foi por meio de indicação de brasileiros que já possuíam algum contato com venezuelanos que passaram pelo processo de reterritorialização em Salvador.

As entrevistas apresentam cinco dimensões principais. A primeira delas

[1] Vírus respiratório, cujo ápice de óbitos por este patógeno ocorreu entre os anos de 2020 e 2022.

aborda a família e eventos demográficos, perpassando pelas suas trajetórias de vida em seu país natal, incluindo a sua organização familiar, laborais, estudos e de trabalho.

A segunda dimensão está ligada as relações topofílicas e a decisão de migrar. As perguntas levaram em consideração os aspectos mais marcantes do seu país natal, como do que sente mais falta, as principais dificuldades enfrentadas durante os eventos que antecederam a onda migratória para o Brasil na década de 2010, o momento chave para emigrar do país e o processo de acolhimento, tanto na fronteira, quanto nos primeiros dias em Salvador.

A terceira dimensão comporta a própria imigração para Salvador, envolvendo rotas, locais, situação de moradia e relações com o programa especializado no atendimento de imigrantes venezuelanos no Brasil (quando foi o caso).

A quarta dimensão se refere à experiência migrante, ou, em outras palavras, a consolidação da condição de imigrante. Questionamos sobre as principais diferenças entre viver no Brasil e na Venezuela, considerando suas questões sociais, os ofícios exercidos no Brasil e suas relações com os seus compatriotas que estão tanto no Brasil, quanto no seu país natal.

A última dimensão fundamenta-se nos planos para o futuro dos colaboradores da pesquisa, indagando-os sobre a existência de pretensão para retornar à Venezuela, se estão fazendo algum curso no Brasil e se cogitam exercer alguma nova profissão. Também perguntamos como se imaginam nos próximos anos. Por questões de ética da pesquisa todos os imigrantes entrevistados terão nomes fictícios para que as suas identidades sejam preservadas.

O resultado da pesquisa encontra-se reunindo nesta dissertação, que está estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro capítulo esta introdução e o quinto as considerações finais.

No segundo capítulo, intitulado de “O território em seus múltiplos contextos: da teoria ao contexto político territorial da Venezuela”, relacionamos os conceitos de território e migração e os contextualizamos com a atual configuração histórica e espacial da Venezuela, iniciando na sua redemocratização em 1958 perpassando

até o governo de Nicolás Maduro (2013-2023).

No terceiro capítulo, denominado “A migração para o Brasil: uma desterritorialização na mobilidade”, elencamos as principais características da imigração venezuelana na América Portuguesa. Nele discutimos a categoria imigrante enquanto sujeito político, social e territorial, assim como também elaboramos um perfil geral da diáspora bolivariana em questão a nível nacional, estadual e municipal. Além disso, buscamos compreender os motivos apontados pelos imigrantes entrevistados que culminaram nas suas saídas do país natal, suas rotas utilizadas e nos desafios enfrentados nos processos de atravessamentos de fronteiras.

No quarto capítulo, nomeado de “A reterritorialização em Salvador”, identificamos um perfil ocupacional e distribuição espacial dos imigrantes venezuelanos no Brasil, na Bahia e em Salvador, assim como acionamos as experiências dos imigrantes entrevistados em território soteropolitano para compreendermos os processos de des-reterritorialização dessa comunidade na capital baiana. Tanto a desterritorialização quanto a reterritorialização foram focadas nas perspectivas política, econômica e cultural, dialogando com o conceito bourdieusiano de campo.

2. O TERRITÓRIO EM SEUS MÚLTIPLOS CONTEXTOS: da teoria ao contexto político territorial da Venezuela.

No presente capítulo realizamos uma discussão teórica sobre o conceito de território e os conflitos históricos pela sua gestão na Venezuela e como tais eventos desencadearam em um processo de desterritorialização e consequente migração de parte da sua população nacional.

Nosso foco relaciona o território ao Estado-nação e, consequentemente, às suas fronteiras pelo qual são definidos termos como nacionalidade, cidadania e estrangeiridade, tendo o próprio Estado como formador de territorializações.

Também compreendemos que o território não pode ser compreendido isoladamente no espaço e no tempo, sendo o mesmo influenciado e influenciador de fatores políticos, econômicos e sociais. Dessa forma, contextualizamos historicamente a Venezuela em duas fases: do puntofijismo a era Chávez (1958-2013), que são marcos da história recente da Venezuela e, posteriormente, o mandato presidencial de Maduro (2013 - atualmente).

Nossas fontes consistem tanto em pesquisas bibliográficas quanto nos relatos dos colaboradores da pesquisa sobre suas experiências territoriais em seu país natal. Desta maneira, buscamos contextualizar os processos de des-reterritorialização analisados no presente trabalho, assim como discutiremos sobre a desterritorialização na imobilidade (ocorrida no território de origem), de parte da população nacional venezuelana.

2.1 Elementos para pensar a condição migrante: fronteiras, poder, territorialidade, nacionalidade, cidadania e estrangeiridade.

As migrações internacionais estão diretamente ligadas com a temática do território, pois, conforme proposto por Gottmann (2011), ele é o recorte espacial pelo qual o Estado exerce o seu poder, inclusive nas questões que envolvem naturalidade, nacionalidade e políticas migratórias. Não por acaso, Allies (1997) concebe “[...] o território como função do Estado, [...] o meio de ação do Estado e

não somente o quadro geofísico da sua competência", ou seja, território e Estado não são a mesma coisa. O território é a área sob o domínio do Estado.

Dessa forma, é o "poder" que define o território. Na interpretação que Souza (2000) faz de Arendt (1969), não o concebe como algo que existe em si, sendo, portanto, a legitimação da liderança por um determinado grupo. Nessa concepção, quando um determinado grupo utiliza a coação para conseguir domínio, está exercendo a violência, não o poder. Logo, o estado não seria ilegítimo em si e sim o grupo que utiliza meios autoritários e, portanto, violentos para chegar ou permanecer no controle de um determinado Estado e, consequentemente, do seu território.

Nogueira (2008) faz uma importante diferenciação entre líder e chefe no ambiente político, pois, as ações do líder se sustentam por meio do consenso das pessoas envolvidas no processo, enquanto as ações do chefe se utilizam da coação para a tomada de suas decisões. Logo, nesses termos, nós estamos diferenciando chefes de líderes. O líder é aquele que por meio do consenso exerce o poder, já o chefe se refere a todo aquele que comanda uma determinada fração do espaço por meio da imposição da violência.

Não entendemos o Estado como uma construção dicotômica em que se exerce exclusivamente o poder ou a violência. Acreditamos que o Estado é o cerne, é um campo de forças onde diferentes grupos o disputam para assumirem o posto de tomadores de decisões, podendo cada um apresentar características mais próximas ou distantes do que Arendt (1969) denominava de poder ou violência.

O poder requer inclusive que se aceite quando o povo não mais quer a liderança, e nisso tendemos a concordar com Locke (1978) quando ele afirma que:

> Tendo a maioria, conforme mostramos, quando de início os homens se reúnem em sociedade, todo o poder da comunidade naturalmente em si, pode empregá-lo para fazer leis destinadas à comunidade de tempos em tempos, que se executam por meio de funcionário que ela própria nomeia: nesse caso, a forma de governo é uma perfeita democracia; ou então pode colocar o poder de fazer leis nas mãos de alguns homens escolhidos, seus herdeiros e sucessores: nesse caso, ter-se-á uma oligarquia [...] (Locke,1978, p. 85).

Dessa forma, acreditamos que tanto a concepção de Arendt de poder (1969) quanto a de democracia de Locke (1978), assemelham-se com o ponto de vista de

Kelsen (2000) no que tange aos regimes democráticos, uma vez que esse último afirma que:

> Está claro que o indivíduo isolado não tem, politicamente, nenhuma existência real, não podendo exercer influência real sobre a formação da vontade do Estado. Portanto, a democracia só poderá existir se os indivíduos se agruparem segundo suas afinidades políticas, com o fim de dirigir a vontade geral para os seus fins políticos, de tal forma que, entre indivíduo e o Estado, se insiram aquelas formações coletivas, que como partidos políticos, sintetizem a vontade de cada um desses indivíduos. (Kelsen, 2000, p. 78)

Porém, consideramos outro pré-requisito para que se exista uma liderança, pois, não basta que este seja aprovado por uma maioria, é necessário que as minorias presentes em um determinado território nacional sejam respeitadas, conforme explicam Martins e Mituzani (2011):

> [...] O direito das minorias representa, portanto, direitos fundamentais de parcelas da sociedade eleitas como minorias a partir de parâmetros de marginalização histórica. A marginalização desses grupos se deu por meio de discriminação social, representação política deficiente ou inexistente, subvalorização cultural, omissão – ou mesmo violência das instituições estatais. (Martins; Mituzani, 2011, p. 319)

Nesse caso, os autores não se referem necessariamente a uma minoria matemática, mas a uma minoria sub-representada, ou até mesmo sem representação sociopolítica, como é a questão dos próprios imigrantes, que conforme discutiremos no decorrer desse trabalho, possuem direitos bastante limitados, ainda que vivam, trabalhem e paguem impostos no país de residência.

Essas minorias podem ou não coincidir com as minorias em um sentido numérico, sendo que nesse ponto de vista podemos concordar com as ressalvas de Copotorti (1998), ao classificá-las como:

> Um grupo numericamente inferior ao resto da população de um Estado, em posição não dominante, cujos membros – sendo nacionais desse Estado – possuem características étnicas, religiosas ou línguas diferentes das do resto da população e demonstram, pelo menos de maneira implícita, um sentido de solidariedade, dirigido à preservação da sua cultura, das suas tradições, religião ou língua. (Copotorti, 1998, n.p)

Ora, se por um lado, temos uma população dentro de um mesmo país com diversas características culturais, em que algumas são sociopoliticamente ou estatisticamente minoritárias, e que devem ter os seus direitos protegidos em uma sociedade democrática, por outro, o autor demonstra ter uma postura preocupante em relação aos estrangeiros, uma vez que ele faz questão de enfatizar o "[...] sendo nacionais desse Estado". Lembremos que, apesar da Organização Internacional para a Migração, abrir uma margem interpretativa para a entendermos como etnia ou conjunto étnico, a única nacionalidade possível que pode ser concedida pelo Estado é o que está relacionada à cidadania.

Um agravante nesse discurso de Copotorti (1998) é que ele fez tal declaração como representante do Alto Comissariado de Direitos Humanos no setor de Direito das Minorias, revelando que a própria Organização das Nações Unidas (ONU), apesar dos seus avanços no século XX, ainda necessitava de melhores articulações entre os seus comissariados.

Ainda assim, consideramos que o respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos é um importante indicador de exercício do poder. Primeiro, porque ela preza pela liderança, conforme explicitado no seu artigo 21:

> 1. Todo ser humano tem o direito de tomar parte do governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
>
> 2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
>
> 3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; essa vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto. (Organização das Nações Unidas, 1948, n.p)

E, segundo, porque ela também preza pelos direitos das minorias, quer sejam políticas, conforme o artigo 19:

> Todo ser humano tem direito à liberdade de expressão; esse conceito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (Organização das Nações Unidas, 1948, n.p)

Ou quer sejam parcelas da sociedade historicamente marginalizadas, conforme exposto no artigo 2:

> Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nessa Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer natureza,

> origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição (Organização das Nações Unidas, 1948, n.p)

Essa concepção de legitimidade de liderança e direitos das minorias está em tese diretamente ligada à noção do próprio Estado, já que ele, em tese, deveria assegurar os direitos humanos ao qual se comprometeram ao assinar na Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris no ano de 1948.

Se Arendt (1969) utiliza o termo “violência” para nomear a chefia de um determinado território, a ONU, por sua vez, prefere usar as palavras “tirania” e “opressão”:

> Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão [...] (Organização das Nações Unidas, 1948, n.p.)

A relação do território do Estado com quem nele está inserido é abordada por Mazzuoli (2011) como a existência de um “povo” que consiste em seus cidadãos, já sua população corresponde também aos estrangeiros ou apátridas. Dessa forma, o povo é uma dimensão jurídica, enquanto a população possui um caráter demográfico, logo, os imigrantes que residem em um determinado território nacional fazem parte da sua população, mas não do seu povo. Sendo que é o Estado quem decide quem é cidadão e quem não é.

Tibúrcio (2014), por sua vez, afirma que o conceito de nacionalidade possui uma perspectiva tanto jurídico-política quanto sociológica. A primeira se trata de um *status* fornecido a determinados indivíduos que lhes atribui determinados direitos e deveres. A segunda consiste em uma identificação com um determinado grupo ainda que ele não seja homogêneo, a dimensão política, portanto, ocorre verticalmente e a sociológica horizontalmente.

É a partir dos conceitos de nacionalidade e de estrangeiro que se impõem a condição de estrangeiridade, uma vez que eles são considerados todos os não nacionais, portanto, ambos os conceitos são relativos, já que não temos todas as nacionalidades ao mesmo tempo. O mesmo vale para uma dimensão sociológica, uma vez que para um determinado grupo podemos fazer parte dos de “dentro” e para os outros somos os de “fora”.

Tibúrcio (2014) ainda distingue nacionalidade e naturalidade. Segundo a autora, a naturalidade se refere ao território onde nascemos e a nacionalidade é o

reconhecimento da cidadania de um determinado país, tendo a pessoa nascido ou não em seu território.

A formalização da concepção do Estado contemporâneo no direito internacional teve um importante marco na Convenção de Montevideo sobre os Direitos e Deveres do Estado, no ano de 1933. Segundo a aludida convenção, o Estado precisa ter ao menos quatro características básicas para ser reconhecido como tal, a saber: população permanente, território determinado, governo e capacidade de entrar em relação com outros Estados (Liga das Nações, 1933).

Esses mesmos pressupostos aparecem, ainda que implicitamente, na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), no que tange aos deveres do Estado, sobretudo no que se refere a autonomia dos governos sobre como os operar, o que implica na ideia de governo e território, na própria concepção de direitos humanos que pressupõe uma presença de população, assim como a mera existência de uma organização internacional que reúne diversos países para garantir tais direitos, é por si só, o reconhecimento de uma relação interestatal.

No contexto específico das migrações internacionais, estamos considerando o território como a fração da superfície terrestre pelo qual o Estado exerce o seu poder, ou o seu domínio com o recurso da violência, cuja sua delimitação se dá pelo intermédio das fronteiras, tornando pertinente a interpretação de Domenech (2020) sobre o caráter político estatal em Sayad (1998).

Em um dos seus primeiros aspectos abordados, Sayad (1998) se refere a migração como o atravessamento de fronteiras. Lembremos que os seus trabalhos foram focados em uma migração internacional de argelinos para a França no século XX. Em sua concepção, o sentido das políticas migratórias deve ser repensado, já que tendem a ignorar as variáveis sócio-históricas do ato político em questão. Políticas migratórias que não são neutras, já que o simples fato de ignorar essa dimensão faz parte do que o sociólogo argelino denomina de “pensamento do Estado”.

Domenech (2020) enfatiza que, na perspectiva de Sayad, o estrangeiro, no âmbito do Estado-nação, só existe por causa das fronteiras, ao qual a simples existência do imigrante necessariamente perpassa por uma reflexão sobre o Estado,

sobretudo, no que se refere a ideia de que o mesmo é uma criação humana, não uma imposição da natureza.

Gottman (2012) compreende que as fronteiras nacionais são delimitações territoriais, cujo Estado tende a fortalecer e a manter em prol dos seus próprios interesses, logo, esse conceito está intimamente ligado a concepção clássica de território. Atravessar fronteiras é mudar de um território nacional para outro com toda carga política, jurídica e social presentes nesse processo.

As fronteiras são rupturas territoriais, todavia, essas descontinuidades não são uniformes em todas as partes do mundo, uma vez que a relação entre os países que as constituem é muito diversa. Em alguns casos, pode haver um intenso cruzamento de mercadorias e pessoas, enquanto em outros, existem hostilidades entre as nações, refletindo em sanções comerciais e em restrições no tráfego de pessoas. Mesmo havendo um constante atravessamento de fronteiras entre os seus cidadãos, pode haver xenofobia contra pessoas que nasceram no outro lado de um determinado limite territorial.

Essa situação mais uma vez nos remete às contribuições de Domenech (2020), que entende que a condição de imigrante é tão arbitrária quanto à existência do Estado. Se levarmos em consideração a simbiose Estado e migração, chegamos à conclusão de que a forma como os países tratam os seus imigrantes são uma extensão de toda uma visão de mundo daqueles que regem as suas leis, sendo a política migratória uma consequência de toda uma estrutura ideológica daqueles que os governam.

O autor também lembra que, apesar do Estado (e consequentemente o território nacional) não ser um fenômeno natural, as suas construções sociais estão extremamente arraigadas em nossas mentes e corpos quando nos identificamos irrefletidamente como “filhos do Estado” e consequentemente, com tudo aquilo que ele nos introduz. Essa mesma força ideológica do Estado nos influencia em determinados pensamentos sobre a imigração e os imigrantes.

Dessa forma, Sayad (1998) e Domenech (2020) entendem que encarar a imigração como um problema é um pensamento elitista que se reflete em ideologia estatal que territorializa nossas psicosferas e expressões de identidade nacional, possibilitando um etnocentrismo excludente por parte de indivíduos e instituições.

Isso se traduz nas arbitrariedades da condição de imigrante, incluindo de “[...] os colocar no seu devido lugar” de marginalização social, que consideramos aqui como a extensão de uma ideologia imposta, que prega a existência de pessoas de primeira e segunda classe, considerando que ser diferente é uma ameaça a um modelo social, defendendo, portanto, a manutenção de uma ordem vigente.

A partir dessa marginalização social e política do imigrante, daquele que não faz parte do “nosso” território, resultando na negação política dos mesmos, também temos a imposição de uma “neutralidade” aos migrantes, que na prática é uma “não existência” sociopolítica, sendo, portanto, um meio de exclusão, ainda que em temáticas que envolvam diretamente seus próprios interesses.

Pensar o Estado na interpretação que Domenech (2020) faz da obra de Sayad (1998) ser considerada como uma subversão, uma desordem e uma disrupção. O simples fato de discutir cidadania e nacionalidade seria uma verdadeira “heresia”, uma ameaça à ordem nacional, uma vez que existe a tendência de ter os discursos propagados pelo Estado como a única possível.

Domenech (2020) também revela um caráter relacionado à dominação internacional na questão da imigração, que no caso francês ao qual Sayad (1998) se refere, tratava-se de uma relação entre a Argélia e a França, sua ex-metrópole. No caso do nosso objeto de investigação não podemos realizar essa análise sem as devidas contextualizações, já que o Brasil nunca colonizou a Venezuela e nem é considerado como uma superpotência mundial.

Todavia, devemos nos lembrar que o Brasil é uma potência econômica no contexto latino-americano, sendo um país geopoliticamente influente na região. É um fato que os países possuem poderes de barganha diferentes no jogo político, em que inexiste equidade nas relações de bilateralidade, nem uma completa reciprocidade entre eles, o que se reflete nas migrações e nas relações interestatais na comunidade internacional, havendo consequências, inclusive, no imaginário popular e nas diferenças das relações com os imigrantes que variam de acordo com a sua nacionalidade.

Diante de todos os aspectos mencionados por Domenech (2000), constata-se que, do ponto de vista de Sayad, no campo político, o imigrante (de países considerados como indesejados) se caracteriza pela eterna situação de ilegitimidade

no país que o recebe, pelo simples fato de não ter nascido dentro das fronteiras de um determinado Estado. A constante lembrança, seja através das leis, seja por pequenos atos no cotidiano de que estes são de “fora” e não devem ter o mesmo tratamento daqueles dos considerados cidadãos. Esses mesmos estrangeiros passam por uma série de adaptações, porque o imigrante passa a experimentar uma nova territorialidade, que seria:

> Um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço ou de territórios claramente demarcados considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam (Soja, 1971, n.p)

Essas características não “surgem do nada”, uma vez que:

> O território nasce de pontos e marcas sobre o solo: ao seu redor se ordena o meio de vida e se enraíza o grupo social, enquanto que em sua periferia, e de maneira viável, o território se atenua progressivamente em espaço secundário, de contornos mais ou menos nítidos (Bonnemaison, 2002, p. 83).

Desse modo, o território, ou melhor, as territorializações, consideradas como o processo de construção das territorialidades, fazem parte da formação das identidades nacionais, pois, segundo Berger e Luckmann (2004), são construídas e conservadas no interior de uma determinada estrutura social, a qual os diferentes grupos sociais interagem, surgindo, portanto, uma relação dialética entre o sujeito, a comunidade e a estrutura.

As territorializações, por sua vez, se manifestam de diversas formas, em nosso caso podemos exemplificar quando os imigrantes se afirmam enquanto venezuelanos e trazem para a comunidade ao qual estão inseridos artefatos da cultura nacional, tal como a arepa[2] venezuelana, músicas nacionais, a bandeira do país, a variante local do espanhol quando conversam entre si etc.

A territorialização, portanto, não considera apenas os aspectos físicos de uma área delimitada por um determinado grupo, mas também os aspectos sociais, culturais e políticos da apropriação do espaço, tendo o território como fundamento da construção identitária.

As territorializações, ainda mais quando focamos na questão do Estado-nação, podem ser contextualizadas na globalização, processo no qual existem

[2] Prato típico de muitos países da América Espanhola similar à panqueca feita a base de farinha de milho.

grupos de migrantes que experimentam o entrecruzamento de diferentes territorialidades.

Um autor que relaciona globalização e identidades territoriais é Cruz (2007) ao afirmar que**:**

> O processo de globalização vem redefinindo a experiência espaço temporal das diferentes sociedades, deslocando e descentrando as diferentes formas de lealdades e identificações territoriais, tornando mais complexa a consciência socioespacial de pertencimento (Cruz, 2017, p. 13).

As territorializações não são construídas pelas forças da natureza e sim pelo homem, cujos comportamentos são modificáveis e contextualizados no espaço e no tempo. As territorializações impostas por um país podem ser mescladas com territorialidades locais. Na Venezuela, por exemplo, existem territorialidades construídas por indígenas, cumbes (o que no Brasil seria traduzido como quilombolas), caboclos, ciganos e descendentes de outras nacionalidades, tais como suas comunidades indianas, italianas e portuguesas. Essas mesmas territorialidades podem ser mescladas com a nacional.

As relações de poder, e consequentemente, as influências nas configurações das territorialidades não ocorrem do mesmo modo em todos os lugares, pois determinados agentes os pressionam com maior facilidade do que outros. Agentes hegemônicos impõem línguas, símbolos e narrativas históricas, assim como influenciam os mais diversificados veículos de comunicação que os propagandeiam tanto para a população do seu país, quanto criam uma determinada imagem a ser vendida para o exterior.

As territorializações possuem simbolismos e materialidades que se influenciam mutuamente, uma vez que as necessidades de legitimação dos Estados que criam fronteiras, órgãos governamentais, jurisdição de leis, relações exteriores, entre outros e essas mesmas características modelam elementos das identidades. Diante desse contexto, concordamos com Haesbaert (2011) quando afirma que o território é multidimensional, podendo ser abordado em uma perspectiva política, econômica e cultural.

Do ponto de vista do direito internacional, a relação do território do Estado com quem nele está inserido é abordado por Mazzuoli (2011), o qual destaca a existência de um “povo”, que consiste em todos aqueles que estão sujeitos a sua

soberania. Já a sua população seria aqueles sujeitos que possuem a sua cidadania reconhecida, mais aqueles considerados como estrangeiros ou apátridas. Os imigrantes que residem em um determinado território nacional fazem parte da sua população, mas não do seu povo.

A questão do território e das fronteiras também é abordada por Coelho Neto (2013) ao afirmar que

> A compreensão do território como um espaço com limites estabelecidos por fronteiras coloca, por conseguinte, a questão da exclusividade de apropriação e de uso, distinguindo 'nós' (os incluídos, aqueles que integram o território) e os 'outros' (aqueles que não fazem parte do território). Nessa perspectiva, enquadra-se adequadamente o recorte do Estado territorial, com limites estabelecidos de apropriação, uso, gestão e controle de fração do espaço, como um domínio político-estatal, cujo acesso exige a permissão de uma autoridade, de um poder instituído concentrado na figura do Estado (Coelho Neto, 2013, p. 25).

Nesse ponto de vista o território, também delimitado pelas fronteiras que possuem, não é usado ou apropriado da mesma maneira por todos, pois aqueles que não fazem parte de um determinado território podem ser excluídos do uso e da apropriação, já que nem todos podem atravessar um determinado limite nacional, estando sujeitos a interesses e atribuições legais vigentes.

2.2 Contextualização histórica da Venezuela: de Betancourt (1959) a Chávez (2013)

A história recente da Venezuela é profundamente marcada pelo contexto geopolítico durante e depois da Guerra Fria. Iniciaremos nossa contextualização histórica a partir de 1959, com o fim da ditadura militar de Marcos Perez Jimenez (1952-1958), dando início ao que autores como Rodrigues (2012);Ricupero (2013); Oliveira (2013) e Aguirre (2020) entendem como um período de "redemocratização", focando na gestão Chávez.

Segundo os estudos de Urbaneja (2007), podemos contextualizar o início do governo de Rómulo Betancourt, como o primeiro desde a volta da democracia no país, em 1959, que durou até a posse de Chávez, em 1999.

Com o final do regime militar e direitista de Marcos Perez Jimenez em 1958 é firmado o "Pacto de Punto Fijo" (acordo entre partidos que intitulavam "pró-

democracia"), estabelecendo um consenso entre os partidos políticos participantes para reconhecer os resultados nas urnas, porém, o Partido Comunista de Venezuela (PCV), foi declarado ilegal pelos que constituíram o pacto, sob o pretexto de que a luta armada e a centralização do poder, características essas atribuídas ao PCV, não seriam condizentes com o acordo (Urbaneja, 2007). Os partidos que firmaram o pacto foram: Accíon Democrática (esquerda), o Comité de Organizacíon Política Electoral Independiente (COPEI) (centro esquerda) e a Uníon Republicana Democrática (centro esquerda). No mesmo ano ocorrem eleições gerais no país, sendo Rómulo Betancourt, candidato da Accíon Democrática, o vencedor, assumindo o posto de presidente no ano seguinte (América 2.1, 2016).

Nesse mesmo período, foram cessadas as concessões de petróleo no país e a Corporacíon Venezoelana de Petróleo foi fundada e a Venezuela passa a ter uma postura proativa para a criação da Organização Internacional dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (Urbaneja, 2007).

Apesar do aparente sucesso econômico nesse período histórico, Romulo Betancourt, que governou país entre 1959 e 1964, sofre com tentativas de instabilização do seu mandato por grupos influenciados, tanto pelo bloco soviético, quanto por estadunidenses, com revoltas, motins e insurreições. Com o intuito de tornar o país menos dependente de importações estrangeiras, Betancourt, impulsiona o setor industrial, assim como prioriza produtos de origem nacional na economia venezuelana. O então presidente também firma acordos com potências petrolíferas do Oriente Médio e funda estatais especializadas no combustível fóssil. Seu governo também se destaca por obras de infraestrutura e construção de escolas. (URBANEJA, 2007). Outro ponto importante foi a realização de uma reforma agrária, executada por meio de propriedades tidas como não produtivas, beneficiando cerca de 20 mil famílias (Rosset; Patel; Michael, 2006).

O mandato de Betancourt passou por tentativas de golpes de estado tendo três grandes intentonas. A primeira delas foi o "Barcelonazo" em 1961, na cidade de Barcelona, estado de Anzoátegui, nesse evento militares rebeldes sequestraram o então governador Rafael Solórzano, porém, não conseguiram superar a reação de membros das forças armadas aliados ao poder vigente. No ano seguinte ocorre o "Carapunazo", havendo um levante militar em Carúpano, com participações do Partido Comunista de Venezuela e do Movimiento de Izquierda Revolucionário

(MIR), tentativa de golpe também frustrada pelos membros das forças armadas leais a Betencourt. A terceira grande intentona no primeiro mandato desde a redemocratização do país foi em Puerto Cabello, conhecida como “porteñazo”, também ocorrida em 1962, nela militares ligados a grupo de extrema esquerda bombardeiam a cidade, porém, também são reprimidos pelos que eram fiéis ao governo (Mendez, 1995).

Tentativas de derrubada de poder persistem na gestão de Raul Leoni (também filiado à Accíon Democrática), cujo mandato vai de 1964 a 1969, sobretudo pelo bloco soviético mediante ações provenientes do governo de Cuba. A mais significativa tentativa de golpe em seu governo foi em 1967, quando foi descoberto um plano de guerrilheiros venezuelanos e cubanos, na cidade de Machurucuto, para destituir Leoni do seu mandato, sendo reprimidos pela Guarda Nacional. Nesse governo, as relações com países da OPEP foram ainda mais aprofundadas, assim como também houve um fortalecimento da indústria petrolífera local. Outros setores fortalecidos foram o siderúrgico, agroindustrial e o manufatureiro em geral (Urbaneja, 2007).

Também foram pontos marcantes em seu mandato, além do crescimento econômico, uma maior consolidação de sindicatos, em especial da Confederacíon de Trabajadores de Venezuela (CTV), o maior do país. Em continuação do que já havia no mandato anterior, foram criadas novas indústrias e obras no setor logístico, além do maior foco na construção de novos hospitais (Venezuela, 2021).

Os conflitos só chegaram a algum acordo na gestão Rafael Caldera (COPEI) em 1969, quando chega a uma trégua com o Partido Comunista de Venezuela (PCV), fornecendo anistia aos guerrilheiros que realizaram combates em nome desse grupo político. Esse mandato também se caracteriza pela maior participação fiscal do petróleo e pela nacionalização do gás natural (Urbaneja, 2007)

Nessa gestão, a indústria petrolífera no país prospera e ajuda a melhorar seus indicadores sociais. Com a consolidação desse mercado no país andino em 1976, já sob a gestão de Carlos Pérez, o petróleo é nacionalizado e a estatal Petróleo de Venezuela (PDVSA), que detém o monopólio desse combustível fóssil da nação, é inaugurada, sendo que um ano antes o ferro do país também já tinha sido estatizado (Urbaneja, 2007).

Mesmo com a ascensão da indústria petrolífera no país, o presidente Luis Campins (COPEI), empossado em 1979, realiza uma série de empréstimos internacionais, o que, por conseguinte, obriga a Venezuela a aceitar regras de instituições de financiamento internacional em sua política interna. Com isso temos a desvalorização do bolívar (então moeda nacional), contribuindo para uma crise econômica.

Essa crise persiste no mandato de Jaime Luisinchi (1984-1989). Além da manutenção de uma política econômica rentista em seu governo, houve um aumento do salário mínimo e o controle de preços e divisas. A era Luisinchi também foi marcado por denúncias de corrupção (Urbaneja, 2007).

A situação econômica piora no país durante o segundo mandato de Carlos Pérez (1989 – 1993), quando o Fundo Monetário Internacional pressiona o país a intensificar políticas de austeridade que resultaram em um aumento expressivo dos preços, inclusive em produtos de primeira necessidade. Isso gera revoltas que foram severamente reprimidas por forças militares, gerando milhares de mortos e desaparecidos (Urbaneja, 2007).

Nesse mandato, voltam os problemas das tentativas de tomada do poder pelas forças armadas, pois, milhares de militares que faziam parte do Movimento Bolivariano Revolucionário tentaram tomar a sede do governo em 4 de fevereiro de 1992, porém, não surtiu o efeito esperado devido a trabalhos realizados por forças de inteligência que descobriram o plano dos rebeldes (Urbaneja, 2007).

Apesar disso, o palácio presidencial chega a ser atacado, assim como representações do Estado venezuelano espalhados pelo país. Todavia, esses atos foram insuficientes para que o seu objetivo fosse alcançado. O então tenente-coronel Hugo Chávez tem a sua prisão decretada e assume publicamente a responsabilidade por esses eventos. Mesmo não tomando o país, essa insurgência ajudou a insuflar manifestações rebeldes, especialmente as das esquerdas, que consideravam as políticas liberais do então governo como inadequadas (Urbaneja, 2007).

No dia 26 de novembro do mesmo ano, há uma segunda tentativa de tomada do poder à força por militares, tendo como um dos objetivos a libertação de Hugo Chávez. Nessa ocasião, os canais de televisão RCTV e Venevisíon foram tomadas e

forçadas a transmitir o pronunciamento, por meio de uma gravação de vídeo, a sua versão dos rebeldes sobre os fatos e convidavam outros membros das forças armadas para fazer parte do movimento. A tomada de redes de televisão também não obtivera sucesso e terminou com a rendição dos mesmos. Apesar disso, após esses eventos, houve ataques contra prédios da administração pública, assim como de uma base aérea, porém, horas depois termina com a rendição dos mesmos. Tanto na primeira, quanto na segunda tentativa de tomada do poder, alguns dos insurgentes emigraram para o Peru (Urbaneja, 2007).

A Era Pérez termina oficialmente em 1993, quando esse político é deposto do executivo, devido a acusações de corrupção, sendo o cargo assumido interinamente pelo então ministro da justiça Ramon Velásquez, que é empossado definitivamente no cargo em 4 de junho daquele mesmo ano (Urbaneja, 2007).

No ano seguinte, Rafael Caldera volta oficialmente ao poder, porém não consegue controlar a crise econômica e mais uma vez faz o país recorre a empréstimos do Fundo Monetário Internacional. Além desse problema, a segunda administração de Caldera (1994-1999) também passa por uma crise bancária, que ocasiona fuga de capital e agravamento da crise no país, cuja política de privatização não obteve os efeitos previstos. Diante de tal cenário, Chávez, em 1998 é eleito e em 1999 assume a presidência da Venezuela por vias legais (Urbaneja, 2007). Essa vitória eleitoral dá início a “Era Chávez” que pode ser resumida da conforme apresentada no Quadro 1:

Quadro 1: Mandatos presidenciais de Chávez

Mandato	Período	Partido
1º	1999 – 2001	MVR
2º	2001 – 2007	MVR
3º	2007 – 2013	PSUV

Fonte: Urbaneja (2007) e CNE (2013).
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos

Conforme apresentado no Quadro 1, o presidente anterior a Maduro teve três mandatos presidenciais, sendo filiado em seus anos de governo a dois partidos diferentes, o Movimiento V República (MVR) e o Partido Socialista Unido de

Venezuela (PSUV), ambos de esquerda, governando o país entre 1999 e 2013, totalizando 14 anos, se tornando o mais longo desde a redemocratização do país.

No seu primeiro ano de mandato, o presidente eleito institui uma série de programas assistenciais conhecidos como “Missões Bolivarianas”, cujas forças armadas desempenham boa parte do operacional dessas atividades (Urbaneja, 2007). Ainda em 1999, o então presidente venezuelano inicia os trabalhos para uma nova constituição, mediante a aprovação de um referendo, cuja Assembleia Constituinte seria formada majoritariamente pela ala governista (Venezuela, 2008). Tal assembleia realiza uma série de acusações contra o poder judiciário e exonera mais de 1.000 juízes, tensão essa que resulta na renúncia de Cecília Sosa, então presidente do Supremo Tribunal de Justiça do país (El País, 1999a). Em dezembro do mesmo ano, a nova constituição foi finalizada e aprovada por referendo, com mais de dois terços dos votos válidos (CNE, 2002).

No ano 2.000 ocorre uma nova etapa da história venezuelana, com uma nova eleição de Chávez. No mesmo ano, ele visita países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, diminui as suas relações com os Estados Unidos e as fortalecem com a China (El País, 1999b). Ainda na virada do milênio, a Venezuela realiza alterações na sua geopolítica do petróleo, facilitando formas de pagamento a países da América Central (Finzanzas Digital, 2014).

Em 2001, Chávez passa a utilizar dinheiro estatal para financiar propagandas governistas e recebe acusações de reprimir manifestações contra a sua ala (Álvarez, 2008). Tais denúncias também vieram de aliados, como foi o caso do “Movimiento al Socialismo”, que deixa de o apoiar sob o argumento de que o governo estaria tomando rumos autoritários (Maya, 2008). Diante desse contexto, a oposição toma posturas mais ofensivas contra governo e em 2002 é realizada uma marcha que acusa governo de autoritarismo e pede a renúncia do então presidente (Voz De América, 2002).

A marcha de 11 de abril de 2002 reúne centenas de milhares de pessoas em direção a estatal petrolífera do país, sendo direcionada à residência presidencial, que, por sua vez, já estava tendo uma manifestação pró-governo, gerando tensões e violência generalizada e intervenções policiais (El Universal, 2006).

Durante esse incidente, Chávez convoca as forças armadas, tira do ar estações de televisão que estavam passando uma imagem negativa do seu governo e acusa essas redes de editar imagens para passar a impressão de que as forças armadas e manifestantes apoiadores promoviam lesões corporais e assassinatos (Analítica, 2008).

Durante à noite, militares oposicionistas passam a pressionar Chávez para renunciar ao mandato, sob a ameaça de atacar o palácio presidencial obrigando-o a aceitar a rendição horas depois. Diante disso, o presidente interino passa a ser Pedro Carmona, que revoga os poderes do ex-presidente enquanto dá a si mesmo atribuições especiais. Carmona também dissolve instituições como o legislativo, a Suprema Corte e o Ministério Público (Jones, 2008).

No dia seguinte, correligionários de Chávez realizam uma série de protestos na capital do país, o presidente deposto volta da sua desistência do cargo e o governo vigente tenta o extraditar. No mesmo dia, chavistas tomam uma emissora de televisão e transmitem as suas reivindicações e, mais tarde, adentram no Palácio Miraflores. Diosdado Cabello, que já tinha assumido vários ministérios no governo chavista, assume a presidência e a devolve para Hugo Chávez (Jones, 2008).

Chávez afirmou que os Estados Unidos estavam diretamente envolvidos nesse incidente e que tinha provas de que no dia de sua breve deposição a Venezuela tinha detectado navios e aeronaves estadunidenses invadindo o espaço aéreo do país, o que foi prontamente negado pela embaixada dos Estados Unidos na Venezuela, não sendo essa a única vez que acusou a nação norte-americana de tentativa de golpe, pois, em outubro desse mesmo ano, ele afirmou que os anglo-saxões implantaram duas bombas no avião em que ele estava quando voltava da Europa, porém foram descobertas antes da sua explosão (Campbell, 2006).

Oposicionistas passam a exigir uma comissão da verdade para apurar os supostos crimes cometidos pelo governo nas manifestações de abril daquele ano, realizam protestos e mais uma vez passam a solicitar a renúncia do então presidente venezuelano ou a realização de novas eleições (El Nacional, 2016).

Com o avanço dos protestos, foi convocada pelo governo uma mesa de diálogo em dezembro daquele mesmo ano, governistas e oposicionistas não chegaram a um denominador comum, resultando em uma greve em vários setores

produtivos na Venezuela por dois meses, cuja reivindicação também era a renúncia de Hugo Chávez. Essa instabilidade é agravada quando atinge o setor petrolífero, causando a escassez de combustíveis e produtos de necessidades (El País, 2002).

Diante disso, o governo chama ex-trabalhadores da Petróleos de Venezuela, técnicos universitários e militares para que as atividades da estatal fossem retomadas, cujo objetivo foi cumprido. Devido a pressões internacionais contra a greve geral, ela termina em 3 de fevereiro de 2003 (El País, 2006).

O final das paralizações generalizadas, contudo, não cessou as tentativas da oposição para que Chávez fosse deposto ou renunciasse à presidência. Dessa vez, mudando de estratégia, solicitaram, um novo referendo no país. Em contrapartida resultou em uma série de posturas ofensivas do então presidente à imprensa, que além de acusações contra o ramo da comunicação passa a tomar para si o poder de realizar censuras prévias (Castillo, 2013).

No mesmo ano, Chávez anuncia um controle cambial, com o objetivo de interromper fuga de capitais, apesar de ser uma medida econômica que possa gerar inflação, não tinha se refletido em um aumento generalizado dos preços devido à alta do petróleo naquele contexto. Mesmo em um cenário de valorização desse produto primário, tal política resultou em uma perda de reservas internacionais, diminuição da produção nacional e das exportações, culminando no aumento das importações (El País, 2003).

Ainda em 2003, Chávez implementa as Missões[3] Robinson focadas na alfabetização, Ribas especializada no ensino primário e a Sucre que se encarregava dos ensinos secundário e superior. Nesse mesmo período inicia as Missões Bairro Adientro, cuja função tem sido prestar assistência médica a áreas carentes e a Vuelvan que incentiva a formação de cooperativas, sendo essas umas das 27 missiones (Venezuela, 2018).

Em agosto de 2003, a oposição recolhe mais de 3 milhões de assinaturas, com o objetivo de iniciar um referendo sobre a permanência ou não de Chávez na presidência, porém, foram tornadas sem efeito pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), pois elas foram recolhidas antes da metade do mandato presidencial. (Eberhardt, 2016)

[3] Programas criados, sobretudo na era Chávez, focados no desenvolvimento social.

Em novembro do mesmo ano, a oposição consegue recolher 3,6 milhões de assinaturas, porém, mais uma vez o documento é invalidado pelo Conselho Nacional Eleitoral, dessa vez sob o argumento de que as mesmas apresentavam irregularidades, o que mais uma vez gerou uma série de manifestações no país. A oposição afirma ter sofrido violações de direitos humanos durante esses protestos, o que incluíam assassinatos, lesões corporais e prisões ilegais (Amnistia Internacional, 2004).

Em reação às assinaturas para o referendo e aos protestos dos oposicionistas, Chávez, no programa de televisão “Aló Presidente”, cujo líder do executivo nacional prestava informes a população sobre os assuntos relativos ao seu mandato, acusou os que assinaram a favor do referendo de serem “traidoras da pátria” (El Universal, 2004).

Nesse mesmo programa, o então presidente afirma ter solicitado ao Conselho Nacional Eleitoral cópias das assinaturas favoráveis ao referendo e que realizaria denúncias contra elas. Após esse evento, o deputado aliado Luís Tascon, em seu site, expõe a identidade de mais de 2 milhões e 400 mil venezuelanos. Roger Capella, o ministro da saúde da época, diz que os funcionários públicos que assinaram a favor do referendo seriam demitidos, ameaça essa que a oposição diz ter se concretizada a vários servidores do Estado. Além disso, a própria oposição relata também a existência de restrições nas funções públicas e o impedimento de assumir cargos públicos daqueles que estavam na lista de Tascon (El Universal, 2004).

Em 2004, uma nova rodada de assinaturas foi realizada e em 3 de junho desse mesmo ano, o Conselho Nacional Eleitoral aprova a solicitação e anuncia o referendo, que foi realizado em 15 de agosto, cuja maioria dos eleitores votaram a favor da manutenção de Chávez no poder. A oposição acusa o resultado de ser fraudulento e realiza uma manifestação em Caracas, porém o resultado é mantido. (El País, 2004c)

Nesse mesmo ano, houve eleições regionais, sendo que os governistas tiveram resultados positivos na maior parte dos estados e prefeituras da Venezuela. Candidatos chavistas se tornaram governadores de 22 dos 24 estados do país e se tornam prefeitos de 90% dos municípios da nação andina.

Em maio de 2004, o governo pressiona o legislativo a realizar mudanças no Supremo Tribunal Federal, que além da oposição acusar de facilitar a perseguição de magistrados que não estivessem em acordo com o governo, tornaria os juízes pró-governo uma maioria na Suprema Corte. Apesar de antichavistas considerarem essa decisão anticonstitucional ela entra em vigor já em 2005. A oposição também acusa a Assembleia Nacional da época, cuja maioria dos congressistas eram chavistas, de realizarem leis a favor da sua filiação política e assim interferir na autonomia do poder judiciário, afirmando que a suprema corte desde então passou a ser parcial às vontades dos correligionários de Hugo Chávez (La Insígnia, 2005).

Em 2005, Chávez aprova a Lei Fundiária, que desapropria latifundiários de terras, sob o pretexto de fornecer segurança alimentar ao país e facilitar uma "revolução". Tal medida foi duramente criticada por empresários, latifundiários, oposição política do chavismo e pelos Estados Unidos (Correo Del Orenoco, 2005).

Também em 2005, a Venezuela sai do Drug Enforcement Admnistration (DEA), programa de combate ao tráfico de drogas dos EUA, acusando essa instituição de espionagem (EL UNIVERSO, 2005). O então deputado estadunidense Adam Areli, que também fazia parte do Departamento de Estado do seu país repudia essas afirmações.

Nesse mesmo ano, a Venezuela passa por eleições parlamentares, sendo que os chavistas conseguiram a maior parte dos assentos no legislativo nacional. Elas também foram marcadas pelo fato de alguns oposicionistas decidirem não votar sob a alegação de o Conselho Nacional Eleitoral deixar de ser uma instituição confiável, contribuindo para abstenção de três quartos dos eleitores da Venezuela (Rotondo, 2005).

Em 2006, a Venezuela expulsa o comandante da marinha americana Jonh Correa, sob a alegação de que ele estaria realizando serviços de espionagem em seu território. Os Estados Unidos afirmaram que essas acusações são infundadas e como resposta expulsaram Jenny Figueiredo, assistente da embaixada da Venezuela em Washington, do seu país. Chávez também acusou o então presidente anglo-saxão George Bush de tentar invadir o país latino-americano, no que ele denominou de Operação Balboa (BBC NEWS, 2006).

Nesse mesmo ano, a Venezuela passa por mais uma eleição presidencial resultando na reeleição de Hugo Chávez. O então presidente anuncia a não renovação da concessão da RCTV, que a partir de maio de 2007 passa a ter suas transmissões restritas a tv a cabo, levando a uma série de manifestações no país que acusavam o governo de cercear a liberdade de expressão, já que essa emissora de televisão demonstrava descontentamento com o governo (BBC NEWS, 2006).

Ainda em 2007, Chávez propõe uma reforma constitucional, cuja solicitação foi aprovada pela Assembleia Nacional, porém, não foi levada adiante pelo Conselho Nacional Eleitoral (El Universal, 2008).

Em 2007, Chávez anuncia a sua intenção de estatizar empresas de telefonia e eletricidade e de controlar projetos petrolíferos com investimentos estrangeiros, assim como de expropriar empresas estrangeiras em seu país. Em 2008, a indústria de cimento passa a ser de responsabilidade do Estado e os setores metalúrgico e aurífero também passam por processos de estatização. Em 2009, o presidente anuncia a nacionalização da Companhia Aérea Aeropostal, da fabricante de caixas de alumínio Envases International, da empresa alimentícia Aventuy, assim como desapropria várias outras empresas no país (Legiscomex, 2010; Otero, 2008; El País, 2008; El Economista, 2013).

Em 2008, ocorrem novas eleições para governadores, prefeitos e conselhos legislativos estaduais. Nelas os chavistas conseguiram a maioria das cadeiras dos conselhos legislativos, governando 20 dos 23 parlamentos regionais. O partido de Chávez sozinho conseguiu ter 17 dos 22 governadores do país (totalizando 19 dos 24 entes federados, já que também venceram em Caracas e no Amazonas) e as prefeituras de aproximadamente 80% dos municípios.

Em 2009, foi realizado no país um referendo sobre o acréscimo ou não de uma emenda constitucional que possibilitasse o aumento do número de reeleições que um presidente possa ter, sendo estendido também a outros cargos eletivos. Os resultados apontaram que a maior parte dos votos foram favoráveis a essa mudança na constituição do país.

Como forma de descontentamento, a prisão de Julio Rivas, universitário que protestava contra o governo em setembro de 2009, alguns estudantes passaram a fazer greve de fome no país, tendo como pauta também a liberação de outras

pessoas que eles entendiam como presos políticos, além disso, pediam uma visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos à Venezuela. A greve termina apenas quando nos dias finais daquele mês, José Insulza, então secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, se oferece para receber uma delegação que representasse os grevistas e com a libertação José Ribas (BBC, 2009).

Nesse mesmo ano, uma forte seca atinge a Venezuela, ocasionando em uma crise energética devido à escassez de água para abastecer o setor hidrelétrico, forçando a maior parte do país a fazer um racionamento de energia. A oposição responsabiliza o então presidente pelo problema, argumentando que ele não realizou investimentos no setor energético no país que acompanhasse a sua crescente demanda (The Wall Street Journal, 2009).

Para sanar o problema energético no país, Chávez anuncia a instalação de usinas que funcionariam com carga máxima e, em junho de 2010, suspende o racionamento devido ao fim da estiagem. (VENEZUELA, 2010) Tal crise atingiu fortemente o setor industrial, sendo então um dos fatores da redução de 5,8% do PIB venezuelano daquele ano em relação ao anterior (Google News, 2010).

O ano de 2010 também se caracteriza por críticas da oposição à logística alimentar do governo Chávez, já que em maio foram encontradas 130 mil toneladas de alimentos em contêineres com a data de validade vencida. A partir disso, houve a acusação de que a Venezuela importa mais alimentos do que pode distribuir, pela incapacidade física dos portos de os receber e pelas negligências na burocracia do recebimento dessas mercadorias. Além disso, antichavistas também disseram que o então presidente acobertou os responsáveis por esse evento (El Nacional, 2010).

A segunda metade dos anos 2.000 também perpassa por uma tensão diplomática entre os governos da Colômbia e da Venezuela, onde o então presidente colombiano, Álvaro Uribe, acusa Chávez de receber propositalmente integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN) (grupos que Uribe considerava como terroristas) em território venezuelano. O governo de Caracas nega que essas declarações sejam verídicas e rompe relações diplomáticas com o país vizinho, situação essa que foi sanada devido aos compromissos de ambos os países em blocos comuns, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) (El Universal, 2010).

Os governos Chávez também passaram por dificuldades no que se refere à segurança pública. Os índices de homicídios praticamente dobraram entre o início e o final da década de 1990. Nos anos 2000 as mortes violentas atingiram índices superiores aos da guerra do Iraque, com números piores que os da década anterior. Já os sequestros aumentaram 26 vezes entre 1999 e 2011 (JONES e RODGERS, 2009). A elevação dos índices de criminalidade, aliada às intensificações de operações de segurança contribuiu para o surgimento de uma crise no sistema prisional do país (Reportero 24, 2011).

Em 2012 ocorre uma nova eleição presidencial e Chávez mais uma vez é reeleito e no mesmo ano houve eleições para governadores dos entes federais, sendo que 23 deles tiveram chavistas eleitos como governadores. Os correligionários de Chávez conquistam a maioria parlamentar em 22 dos 23 Conselhos Legislativos Estaduais. Esta seria a última eleição que o então presidente acompanhara, pois devido a problemas de saúde ele morre no ano seguinte, pondo fim a uma era e dando início ao governo de Nicolás Maduro.

Podemos resumir os mandatos presidenciais de Betancourt a Chávez conforme explicitado no Quadro 2.

Quadro 2: Mandatos presidenciais na Venezuela entre (1959-2013)

Presidente	Período de mandato	Partido
Rómulo Betancourt	1959 – 1964	AD
Raul Leoni	1964 – 1969	AD
Rafael Caldera	1969 – 1974	COPEI
Carlos Pérez	1974 – 1979	AD
Luis Campíns	1979 – 1984	COPEI
Jaime Lusinchi	1984 – 1989	AD
Carlos Pérez	1989 – 1993	AD
Octávio Lepage (Interino)	1993	AD
Ramon Velásquez	1993 – 1994	AD
Rafael Caldera	1994 – 1999	Convergencia
Hugo Chávez	1999 – 2013	MVR / PSUV

Fonte: Urbaneja (2017) e CNE (2013).
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos, 2022.

Conforme demonstram os dados do Quadro 2, entre 1959 e 2013 a Venezuela teve 9 presidentes diferentes. Antes de Chávez chegar ao poder apenas três partidos conseguiram eleger o líder do executivo, sendo a Accíon Democrática o grupo político mais bem sucedido, com sete presidentes eleitos, seguido do Comité

de Organizacíon Política Electroral Independiente com dois mandatos. A Convergencia consegue um mandato entre 1994 e 1999 com Rafael Caldera que já tinha sido presidente pela COPEI entre 1969 e 1974.

A Era Chávez se torna um divisor de águas na política venezuelana por vários fatores, sendo um deles a quebra da hegemonia das forças políticas participantes do Pacto de Punto Fijo, que governava o país há 40 anos, com partidos autoproclamados de centro e de esquerda. As fortes tensões na segunda gestão de Rafael Caldera, aliados a problemas econômicos, levaram parte da população nacional a pensar em mudanças, como Chávez, mais de uma vez, na década de 1990, se apresentou como opositor ferrenho a esse modelo, se tornou cada vez mais popular aos que desejam romper com puntofijismo, contribuindo com a sua eleição em 1998.

Como a população de um país não se trata de uma massa homogênea, Chávez teve que lidar com setores da população que não estavam de acordo com a sua política, tendo que encarar ondas de protestos e tentativas de golpe de Estado. Além das tensões internas, o seu governo, assim como os demais, enfrentou pressões internacionais, proveniente principalmente de Estados e organismos internacionais. Situação também enfrentada por Nicolás Maduro, seu sucessor, durante seus mandatos presidenciais.

2.3 A Venezuela na Era Maduro (2012-2023)

Segundo Feitosa (2015), a Venezuela possui um longo histórico de militarismo, arrefecido nas décadas de 1980 e 1990 com a participação efetiva de civis no poder, todavia, ainda no final da última década do século XX já se percebia uma intensificação das atividades militares no país bolivariano (especialmente no segundo mandato de Rafael Caldera), acentuado na Era Chávez e aprofundado com Maduro.

Tomaremos nota que, apesar do Nicolás Maduro não ter um histórico militar, ele é o sucessor presidencial e ideológico do ex-tenente coronel Hugo de los Reyes Chávez e ambos aumentaram a participação dos militares nos órgãos da administração pública, embaixadas e empresas estatais, incluindo a Petróleos de Venezuela, a empresa que possui o monopólio do mercado petrolífero no país.

Feitosa (2015) também aponta que houve uma elevação do contingente de

militares no país, assim como de privilégios a essa parcela da população, como a existência de uma remuneração maior do que a média dos funcionários públicos. Jácome (2018) chama a atenção que o processo de re-militarização da Venezuela ocorre processualmente:

> A partir de 1999 houve um avanço paulatino da militarização da sociedade. Este processo pode ser considerado por alguns como exemplo da consolidação de um novo tipo de regime militar do século XXI, enquanto que para outros é um modelo de 'Estado quartel'. Independente dos necessários debates teóricos, é evidente que na Venezuela os militares estão a mando da sociedade, da sua dinâmica política e econômica, especialmente entre 2013 e a atualidade.[4] (Jácome, 2018, p.121. Tradução livre)

Tanto Jácome (2018), quanto Feitosa (2015), concordam que a Venezuela está atualmente sob um governo militar, pois ainda que o atual chefe do Estado não seja oriundo das forças armadas, os militares, com seu aval, são os principais atores da esfera pública do país.

Os mandatos, tanto de Chávez, quanto de Maduro, assim como os anteriores, são marcados por tensões entre o governo e grupos oposicionistas. Segundo Levintsky e Zibblat (2018), esses conflitos ocorrem de maneira temerária, já que o grupo no poder possui vantagens, inclusive nos meios de comunicação para mostrar a sua versão sobre os fatos, assim como utilizam a sua influência sobre órgãos de Estado para valer as suas decisões.

> O regime chavista se tornou mais repressivo a partir de 2006, fechando uma importante emissora de televisão, prendendo ou exilando políticos, juízes e figuras da mídia oposicionistas com acusações dúbias e eliminado limites aos mandatos presidenciais para que Chávez pudesse permanecer indefinidamente no poder (Levintsky e Ziblatt, 2018, n.p.).

Essa acusação justificaria uma legalidade nos termos da própria Nações Unidas, uma tomada de poder por meio da violência, pois a nomenclatura do ato seria "rebelião" e não mais "golpe de Estado", uma vez que a mesma concebe a luta contra o Estado tomado pela violência como uma "rebelião", sendo, portanto, algo

[4] A partir de 1999, se avanzó paulatinamente en una militarización de la sociedad. Este proceso puede ser considerado por algunos como un ejemplo de la consolidación de un nuevo tipo de régimen militar del siglo xxi, mientras que para otros es un modelo de «Estado cuartel». Independientemente de los necesarios debates teóricos, es evidente que en Venezuela los militares han estado al mando de la sociedad, de su dinámica política y económica, especialmente entre 2013 y la actualidad.

legítimo contra um comando ilegítimo (se realmente for o caso), servindo de pretexto para a desestabilização do mandato do sucessor chavista. Outro ponto igualmente importante nesse aspecto é a noção de “império da lei”, que nas palavras da própria ONU seria:

> Um princípio de governança na qual todas as pessoas, instituições e entidades, públicas ou privadas, incluindo o próprio estado são responsáveis para que as leis sejam publicamente promulgadas, igualmente impostas e julgadas com independência, sendo elas consistentes com as normas dos direitos humanos internacionais e os seus padrões. Isso requer, também, medidas para garantir a aderência dos princípios da supremacia da lei, igualdade perante a lei, responsabilidade para a lei, justiça na aplicação da lei, separação dos poderes, participação na sua decisão – execução, certeza legal, evitação de arbitrariedade e procedimento e transparências legal (United Nations, 2022. *online.* Tradução livre)[5].

Nesses termos, o império da lei não seria apenas o cumprimento das legalidades pré-estabelecidas, mas também a participação de pessoas e instituições, ou seja, no império da lei existe o poder, uma vez em que o país não é comandado por um pequeno grupo e sim por uma legitimação do governo e das leis por meio da participação popular.

Também houve tensões na política externa no governo Maduro. Um exemplo disso foi o seu aviso de não comparecimento à Assembleia da Organização das Nações Unidas em 2016, alegando não aceitar as “provocações dos Estados Unidos” (O GLOBO, 2016), pois, segundo ele, este país estaria ajudando ex-militares a desferir um golpe de Estado, após um incidente envolvendo a explosão de um drone em um discurso seu em Caracas, porém, o presidente muda de ideia e comparece ao evento.

Além dos Estados Unidos, houve uma tensão com o então presidente da Colômbia, Juan Manoel Santos, em 2017, afirmou:

> [...] não pode entronizar-se e perpetuar-se uma ditadura no centro da América Latina. Os países da região e da comunidade internacional que defendem os valores da paz e da liberdade devem seguir pressionando, cada vez com mais força e com ações efetivas, por um rápido restabelecimento, oxalá pacífico, da democracia nesta grande nação

[5] A principle of governance in which all persons, institutions and entities, public and private, including the State itself, are accountable to laws that are publicly promulgated, equally enforced and independently adjudicated, and which are consistent with international human rights norms and standards. It requires, as well, measures to ensure adherence to the principles of supremacy of law, equality before the law, accountability to the law, fairness in the application of the law, separation of powers, participation in decision-making, legal certainty, avoidance of arbitrariness and procedural and legal transparency. (UNITED NATIONS, 2022, online)

(Santos, apud Correio Braziliense, 2017, *online*)

Outra tensão com um líder da América Latina foi em 2017, com o então presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynsk, que realizou uma série acusações ao governo venezuelano, destacando a alegação de que “Não queremos intrometer-nos na situação do outro país irmão, mas não devem haver presos políticos nem mortos nas manifestações” [6] (Kuczynsk, 2017, apud El Nacional).

Em termos de posicionamentos oficiais, no ano de 2019, o continente americano apresentou estar dividido quanto ao reconhecimento de Maduro ou Guaidó (então presidente da Assembleia Nacional) enquanto legítimo presidente da Venezuela, conforme podemos verificar no Quadro 3.

Segundo Yustiz (2019), Juan Guaidó, filiado ao Voluntad Popular, é um membro da extrema-direita e ligado ao Albert Einstein Institute (AEI), que no entendimento do autor faz parte da Central Intelligence Agency (CIA), serviço de inteligência dos Estados Unidos, organização que o autor acusa de participar da derrubada de governos de diversos outros países. O autor também considera que Guaidó seria uma das apostas norteamericanas para dar fim ao prosseguimento do chavismo na Venezuela, sendo o político em questão treinado pela AEI desde os anos 2000. O autor também afirma que uma das provas disso foi a viagem do então universitário Guaidó com outros líderes estudantis de direita pelo mundo, conhecidos como “mãos brancas”, nessa década, ao Leste Europeu, cujo objetivo, segundo o autor, era serem treinados para derrubar governos sem o uso da violência física.

Ainda segundo Yustiz (2019), Guaidó, também nos anos 2000, viaja para os Estados Unidos logo após ter terminado a sua graduação para cursar governabilidade e gestão política na George Washington University, sob a tutela do venezuelano Luís Enrique Berrizbeitia, um dos mais influentes economistas neoliberais da América Latina, ex diretor executivo do Fundo Monetário Internacional, burocrata que também exerceu diversos cargos de liderança no setor energético venezuelano durante a vigência do puntofijismo. Sob estes argumentos, Yustiz (2019) acredita que Guaidó, sob os interesses dos Estados Unidos, teve a missão de derrubar o governo de Nicolás Maduro se utilizando da criação de Estado

[6] No queremos entrometernos en la situación de otro país hermano, pero no tiene que haber presos políticos ni muertos en las manifestaciones.

paralelo para usurpar o poder executivo mesmo sem ter participado de uma eleição contra um presidente que conseguiu o seu cargo com mais de 60% dos votos.

Quadro 3: Posicionamento de alguns países americanos quanto reconhecimento de Maduro ou Guaidó como legítimo presidente da Venezuela em agosto de 2019

País	Presidente	Reconhecimento a:
Argentina	Maurício Macri	Guaidó
Bolívia	Evo Morales	Maduro
Brasil	Jair Bolsonaro	Guaidó
Canadá	Justin Trudeau	Guaidó
Chile	Sebástian Piñera	Guaidó
Colômbia	Ívan Duque	Guaidó
Cuba	Miguél Diaz-Canel	Maduro
Costa Rica	Carlos Quesada	Guaidó
Equador	Lenín Moreno	Guaidó
Estados Unidos	Donald Trump	Guaidó
Granada	Keith Michael	Maduro
Guatemala	Jimmy Morález	Guaidó
Guiana	David Granger	Neutro
Haiti	Jovenel Möise	Guaidó
Jamaica	Patrick Allen*	Guaidó
México	Andrés Obrador	Neutro
Nicarágua	Daniel Ortega	Maduro
Panamá	Juan Carlos Varela	Guaidó
Paraguai	Mário Benitez	Guaidó
Peru	Martín Vizcarra	Guaidó
República Dominicana	Danilo Medina	Guaidó
Santa Lúcia	Allen Chastanet**	Maduro
Suriname	Dési Bouterse	Neutro
Uruguai	Tabaré Vázquez	Neutro

Fonte: Mazocco, Silva, Gomes, Miranda et al. (2019).

Notas: * Na Jamaica, o representante legal do país na comunidade internacional é o governador-geral, ao qual colocamos o seu nome na tabela. ** Em Santa Lúcia é o governador-geral que representa o país perante a comunidade internacional, ao qual colocamos o seu nome na tabela.

Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos.

Já Guaidó acusa o governo Maduro de prender opositores por razões políticas, o associa a esquemas de corrupção e o responsabiliza diretamente pelas crises multissetoriais que acontecem no país e o seu consequente êxodo populacional (TAL QUAL, 2019) e sob o pretexto do sucessor chavista ter iniciado um regime ditatorial, afirma que a Asamblea Nacional seria temporariamente, a partir

de 2019, o único poder legítimo do país com o intuito de iniciar uma transição para a democracia (El Nacional, 2019).

Em termos jurídicos, o então presidente do legislativo se apoiou no artigo 233 da constituição, que afirma que em caso de vazio ou usurpação da liderança do executivo o cargo passaria a ser ocupado pelo chefe da Asemblea Nacional. No seu entender, Maduro se utiliza indevidamente da força, sob o apoio de militares, para se perpetuar no poder (Cronica Uno, 2019)

Dos 24 países americanos listados no Quadro 3, em agosto de 2019, apenas, Cuba, Granada, Nicarágua e Santa Lúcia reconheciam Maduro como legítimo presidente da Venezuela. Guiana, México, Suriname e Uruguai eram formalmente neutros, enquanto Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Jamaica, Panamá, Peru e República Dominicana reconheciam a Guaidó.

O que explica em parte esse grande apoio a Guaidó no continente foi uma guinada à direita na América Latina em meados dos anos 2010 denominado por Demier (2016) de “onda conservadora”. Ainda, segundo o autor, essa “maré de direita” pode ter sido inflamada pela popularização de um discurso anticorrupção propagada por opositores em países governados pela esquerda. Essa nova direita na América Latina, por sua vez, tende a não reconhecer a presidência de Nicolás Maduro, já que o antissocialismo também é uma característica marcante desses movimentos.

Quanto aos países da porção anglo-saxônica da América do Norte, se percebe uma forte oposição contra o presidente *de facto* da Venezuela. Mazoco, Silva, Gomes, Miranda et.al (2019) apontam, inclusive, que os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer o governo presidencial de Guaidó. Os autores citam a frase “Todas as opções estão em aberto” de Trump, então presidente do país, como uma possível ameaça de invasão à nação andina. Quanto ao Canadá, os autores explicam que é um dos maiores opositores da gestão Maduro devido a sua aproximação com os Estados Unidos, tendo fielmente acompanhado as suas políticas.

Segundo Mazocco, Silva, Gomes, Miranda et. al (2019), apesar da Jamaica ter construído boas relações com o governo Chávez, ela, sob o governo de Patrick

Allen, passou a reconhecer Guaidó, situação similar ao Haiti sob o governo Jovenel Möise, sendo exceções na Comunidade do Caribe (CARICOM). Esse bloco político e econômico é constituído por Suriname, Guiana, Bermudas, Belize e Ilhas Antilhanas. Como a maioria dos membros desse grupo tem historicamente boas relações com a Venezuela, esses, em sua maioria, possuem uma posição ou de neutralidade ou favorável a Maduro, a exemplos de Granada, Guiana, Suriname e Santa Lúcia.

Governos ideologicamente remanescentes do que Rohter (2005) denomina de “onda rosa”, movimento de guinada à esquerda na América Latina nos anos 2000 (podendo ser estendido até a primeira metade dos anos 2010), tendem a reconhecer o governo de Maduro a exemplo da Nicarágua de Daniel Ortega e a Bolívia de Evo Morales ou de manterem posição de neutralidade como o Uruguai na gestão Vásquez e o México presidenciado por Obrador. Cuba, por possuir relações de longa da data com a esquerda venezuelana, reconhece a Maduro.

Em ambos os lados existem autores que interpretam que existem o apoio a presidentes de cunho ideológico extremistas, tendo como exemplo os estudos de Coutinho, Ferreira e Glaudio (2022) que entendem que os governos de Trump (Estados Unidos, 2017-2021); Hernandéz (Honduras, 2014-2022); Benítez (Paraguai, 2018-2022); Añez (Bolívia, 2019-2020);Bolsonaro (Brasil, 2018-2022); entre outros, são de extrema direita por entender que todos eles apresentaram comportamentos antidemocráticos, enquanto Elnner e Robinson (2014) classificaram Morales (Bolívia, 2006-2019), Ortega (Nicarágua, 2007-2023) e Castro (2008-2018) como líderes da extrema esquerda por entender os seus alinhamentos como autoritários.

A Venezuela passa por controvérsias em relação a acusações de violações de direitos humanos. Zapata (2021) realizou um estudo envolvendo as Fuerzas de Acciones Especiales (FAES), grupo militar fundado pelo governo venezuelano em 2017, apesar de oficialmente ser declarado como um órgão de apoio a segurança do povo da Venezuela. O autor entende que essa força policial:

> Desde a criação no ano de 2017 do comando das ‘Fuerzas de Acciones Especiales’ vem apresentando na Venezuela uma ação policial que tem sido denunciada, de acordo com diversas organizações de âmbito internacional como a ONU, e vítimas anônimas como arbitrária e pragueada de diversos atropelos legais como as execuções extrajudiciais e o desaparecimento forçado de pessoas, todas envolvidas em uma justificava

> de reprimir os altos níveis de deliquencia na Venezuela (Zapata, 2021, p. 649. Tradução livre)[7].

No ano de 2019, Michelle Bachellet, então representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, aborda uma série de denúncias envolvendo a FAES e outras organizações de segurança, explicando que:

> O aparato de segurança inclui a Guarda Nacional Bolivariana (GNB), a Polícia Nacional Bolivariana (PNB) e as suas Forças de Ações Especiais (FAES), o Corpo de Investigações Científicas, Penais e Criminalísticas (CICPC) e o Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional e a Direção Geral de Contrainteligência Militar. A PNB e a GNB tem sido responsáveis do uso excessivo da força pelo menos desde 2014. A FAES, unidade de resposta rápida criada em 2017 para combater o crime organizado, tem sido presunçosamente responsáveis por numerosas execuções extrajudiciais em operações de segurança, igualmente a CICPC. Os serviços de inteligência (a SEBIN e a DGCIM) tem sido responsáveis por detenções arbitrárias, mal tratos e torturas de opositores políticos e seus familiares. Os coletivos armados contribuem a esse sistema exercendo controle social nas comunidades locais, e apoiando forças de segurança na repressão de manifestações e da dissidência (United Nations High Commissioner For Human Rights, 2019, online)[8].

O Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU apresenta uma série de outras denúncias a FAES e demais forças de segurança, tais como:

> Em 2019, as forças de segurança não fizeram o uso excessivo da força em todas as manifestações. Porém no contexto de certos protestos políticos, a GNB, a PNB, a FAES e algumas forças policiais estaduais e municipais presumidamente fizeram o uso excessivo da força de maneira deliberada, com a finalidade de colocar medo e desincentivar futuras manifestações. Coletivos armados também recorreram a violência contra manifestantes, frequentemente em coordenação com as forças de segurança. Em muitos casos, essas ações resultaram em mortes e feridos graves (United Nations

[7] Desde la creación en el año 2017 del comando de “Fuerzas de Acciones Especiales”, se ha venido presentando en Venezuela una actuación policial que ha sido denunciada, de acuerdo a diversas organizaciones de ámbito internacional como la ONU, y víctimas anónimas, como arbitraria y plagada de diversos atropellos legales como las ejecuciones extrajudiciales y la desaparición forzada de personas; todas envueltas en una justificación de reprimir los altos niveles de delincuencia en Venezuela.

[8] The security apparatus includes the Bolivarian National Guard (GNB), the Bolivarian National Police (PNB) and its Special Action Forces (FAES), the Bureau for Scientific, Criminal and Forensic Investigations (CICPC), the Bolivarian National Intelligence Service (SEBIN), and the Directorate General of Military Counterintelligence (DGCIM). GNB and PNB have been responsible for the excessive use of force in demonstrations since at least 2014. FAES, a rapid-response unit created in 2017 to combat organized crime, has allegedly been responsible for numerous extrajudicial executions in security operations, as well as the CICPC. Intelligence services (SEBIN and DGCIM) have been responsible for arbitrary detentions, ill-treatment and torture of political opponents and their relatives. Armed “colectivos” contribute to this system by exercising social control in local communities, and supporting security forces in repressing demonstrations and dissent (United Nations High Comissionar For Human Rights, 2019. *Online*).

High Commissioner For Human Rights, 2019, online, tradução livre)[9].

Ou seja, as ações das forças de segurança, segundo a ONU, não ocorrem isoladamente e sim de maneira coordenada com os coletivos e com outras esferas da força policial com o intuito de desmobilizar manifestações de opositores.

O informe do Alto Comissariado das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos na Venezuela (2019), acusa uma quebra de direitos econômicos e sociais. Ele explica que, com o agravamento da crise venezuelana entre os anos de 2018 e 2019, anos de grave inflação que tiveram como consequência um forte impacto no poder de compra da população, levando parte dela a passar por insegurança alimentar. O documento ainda aponta que nem mesmo o Programa de Assistência Alimentar tem apresentado resultados suficientes para sanar esse problema. Até o ano de 2019, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, haviam cerca de 3,7 milhões de pessoas na Venezuela apresentando quadros de desnutrição.

Os principais programas de distribuição de alimentos no referido documento são os Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP). Segundo Aponte-Blank (2020), até o ano de 2018, 95% dos lares do país já haviam em algum momento recebido as caixas de alimentação desses comitês, todavia, o autor ressalva que a maioria não recebe os mantimentos com regularidade, pois apenas 41% as conseguiam pelo menos mensalmente, 15% as recebiam bimestralmente e 43% com intervalos maiores de dois meses. O autor também aponta que em 2019, 48% das pessoas entrevistadas pelo seu grupo de pesquisa afirmam que o auxílio alimentar fornecido é de grande importância, sendo que desses, 11% consideram os CLAPs como principal fonte de obtenção de suprimentos.

A ONU (2019) também aborda que a falta de acesso aos alimentos não ocorre apenas por causa de uma inflação que não acompanha o poder de compra dos venezuelanos, mas também pela escassez de comida em si no país. As mulheres são particularmente vulneráveis, já que são a maioria dos que encaram filas de até 10 horas para obterem alimento em casa, sendo que algumas são

[9] In 2019, security forces did not resort to excessive force during all demonstrations. Nonetheless, during certain political protests, GNB, PNB, FAES and some state and municipal police forces, allegedly used excessive force deliberately, to instil fear and discourage further demonstrations. Armed “colectivos” also resorted to violence against demonstrators, often in coordination with security forces. In many cases, these actions resulted in deaths and serious injuries (United Nations High Comissioner For United Nations, 2019. *Online*).

sujeitadas a exploração sexual em troca dessa mercadoria (ONU, 2019).

Já o direito à saúde, segundo o Alto Comissariado, também apresenta um cenário inadequado, onde se constata um êxodo dos profissionais de saúde, assim como uma carência de remédios e atenção médica básica. Tal contexto propiciou o reaparecimento de doenças controladas ou erradicadas como sarampo e difteria. A escassez de contraceptivos tem contribuído com uma maior taxa do vírus HIV na população entre outras doenças sexualmente transmissíveis, assim como de gravidez indesejada, inclusive na adolescência, causando, entre outros problemas, uma maior evasão escolar feminina. Outros problemas sanitários graves mencionados no relatório são a falta de estrutura nos hospitais e de equipamentos básicos para realizar as suas funções, resultando inclusive em mortes que poderiam ser evitadas (ONU, 2019).

O documento da ONU também aborda programas e políticas sociais, cuja população tem necessitado ainda mais deles, todavia, atualmente são insuficientes para erradicar problemas humanitários que atingem muitos dos que residem dentro de suas fronteiras nacionais. A partir de 2016 foram criados novos programas de distribuição de renda e alimentos que, conforme mencionamos anteriormente, não conseguem sanar problemas crônicos que assolam parte da população local, além disso, segundo relatos que o documento afirma possuir, existe uma distribuição discriminada contra quem demonstra ter posições políticas negativas aos olhos do grupo que chefia o país.

O governo venezuelano tem argumentado que tais crises são decorrência do conjunto de embargos que o país tem sofrido, porém Bachelet, no referido documento, aponta que a situação humanitária do país já estava bastante deteriorada, mesmo antes das suas mais recentes sanções sofridas, todavia admite que tais posturas contra a Venezuela só fazem piorar o cenário já caótico que a sua população tem sofrido.

Outra grave violação, que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos acusa a Venezuela, é a não garantia da liberdade de expressão no país, que conforme foi explicado anteriormente perpassa por restrições a divulgação de opiniões, incluindo as já relatadas supervisões das mídias de rádio e televisão, resultando inclusive no fechamento de emissoras. As censuras também estão, segundo essa organização, na internet, bloqueando *sites* e redes sociais

online de agências de notícias. A então alta comissária, acrescenta também a prisão arbitrária de jornalistas, inclusive de outras nacionalidades, enquanto muitos do próprio país bolivariano se encontram exilados no exterior.

Nesse informe, Michelle Bachelet atesta que tem existido cada vez mais leis e reformas que criminalizam a oposição, restringindo o direito de realizar reuniões pacíficas, assim como as organizações não-governamentais especializadas em direitos humanos. As jurisdições militares para pessoas civis também são tidas como temerárias.

O Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU se posiciona sobre o que considera uma violação de direitos fundamentais naquele país, solicitando acesso efetivo a justiça e uma reparação adequada às vítimas que, de alguma forma, foram prejudicadas direta ou indiretamente por ações ou inações do governo, pois, segundo essa organização internacional, Maduro admite existir uma dificuldade de acesso à justiça naquele país e pediu ao Alto Comissariado que o ajude a resolver esse problema. O governo inclusive admite, segundo o documento, que membros da FAES têm cometido homicídios e outros excessos que resultaram em prisões e investigações de membros dessa força de segurança (ONU, 2019). Nesse quesito, Maduro admite a ocorrência de crimes cometidos por policiais na Venezuela, porém, tais atos não partem do seu consentimento ao afirmar que:

> Não sabem o quanto me dói quando vejo um caso e me chega a informação de um policial violando os direitos humanos de um povo em um bairro, que chegou um grupo de policiais e roubou do povo suas televisões e objetos. (Maduro, N. apud Diario de Cuba, 2020, tradução livre)[10]

A ONU relata que as pessoas com os direitos humanos violados têm medo de sofrer represálias.

> 54. A maioria das vítimas de violações de direitos humanos indicadas no seguinte informe não tem tido um acesso efetivo a justiça e a uma reparação adequada, segundo os entrevistados poucas pessoas apresentaram denuncia por medo de represálias e pouco confiança na justiça. Quando fazem as autoridades não investigam ou não levam adiante investigações prontas, efetivas, exaustivas, independentes, imparciais e transparentes.
>
> 55.Por exemplo, a maioria das famílias das pessoas que morreram durante os protestos massivos de 2017 seguem enfrentando obstáculos generalizados ao direito a verdade, a justiça e a reparação sem que se tenha avançado a maioria das investigações. Além disso, as famílias,

[10] No saben hasta cuánto me duele a mí cuando yo veo un caso y me llega la información de un policía violando los derechos humanos del pueblo en un barrio, que llegue un grupo de Policía y le robe al pueblo sus televisores y sus objetos. (Maduro, N. apud Diario de Cuba, 2020)

> principalmente as mulheres, têm sido ameaçadas e acusadas pelos serviços de inteligência e pela polícia e algumas têm sido obrigadas a abandonar o país. As famílias dos homens mortos pelas operações da FAES tão pouco têm recebido justiça. Eles enfrentam muitos obstáculos, entre eles a renúncia dos fiscais em receber denúncias, e a negação ao acesso à informação e a medidas de proteção e apoio psicossocial (United Nations High Commissioner For Human Rights, 2019. *online*, tradução livre)[11].

E por último, o informe do Alto Comissariado chama a atenção sobre o que denominam de “grupos de risco”, os subdividindo em “povos indígenas” e “migrantes e refugiados”.

O uso excessivo da força em grupos propagados por grupos pró governo já foi mencionado inclusive, pela Internacional Socialista, uma vez que a mesma julga haver uma leniência por parte do governo quanto a violência praticada por alguns de seus aliados (Socialist International, 2014).

Estas supostas práticas de abuso do poder também foram condenadas por personalidades da esquerda brasileira, tendo como exemplo Marina Silva, ao declarar que

> A tragédia na Venezuela foi causada por falta de democracia, pelo autoritarismo de uma esquerda populista, que destruiu as bases econômicas e sociais. É preciso um esforço diplomático e uma coalizão para dar ajuda humanitária aos venezuelanos (Silva, 2018, *online*).

Declaração que vai na mesma direção que Jean Willys (2017) já havia expressado um ano antes ao afirmar que:

> A situação da Venezuela é catastrófica, uma verdadeira tragédia humanitária. A ditadura de Nicolás Maduro, cada dia mais descontrolada e sem limites, reprime as manifestações com uma violência inusitada, cercea as liberdades públicas e avança sobre os outros poderes, eliminando os poucos resquícios de institucionalidade que ainda restam no país. Ontem,

---

[11] Tradução livre: 54. 54. The majority of victims of human rights violations highlighted in this report have had no effective access to justice and remedies. According to interviewees, few people file complaints for fear of reprisals and lack of trust in the justice system. When they do, authorities do not investigate or do not conduct prompt, effective, thorough, independent, impartial and transparent investigations.
55. For example, families of those killed during the mass protests of 2017 continue to face pervasive obstacles to their rights to truth, justice, and reparation, with no progress in the majority of investigations. Moreover, families, especially women, have been threatened and harassed by intelligence services and police, and some have been forced to leave the country. The families of men killed during FAES operations have not received justice either. They have faced multiple obstacles, including reluctance of prosecutors to receive their complaints, and denials of access to information and to protection measures and psychosocial support. (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS, 2019, *online*)

> na eleição sem participação da oposição para uma Assembleia Constituinte considerada ilegal pelo parlamento e pela própria procuradora-geral da República (nomeada por Hugo Chavez), por volta de 90% da população decidiu não votar. E a resposta do governo foi "maquiar" os resultados depois de horas sem saber o que dizer, mentir ao mundo e ameaçar com um processo de cassação contra a procuradora e com enviar os deputados da oposição para a cadeia!! (Wyllys, 2017, *online*)

Outra personalidade da esquerda brasileira que considera o governo do sucessor de Chávez como inadequado é Luciana Genro ao escrever que apenas uma esquerda “mofada”, isso é, ultrapassada, permaneceria apoiando a gestão do presidente venezuelano, pois nas suas palavras “(...) só uma esquerda mofada p/apoiar Maduro a estas alturas. Há muito tempo deixou de ser um governo progressista (...)” (Genro, 2019, *online*)

No Brasil o governo de Nicolás Maduro também é duramente criticado pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) acusando a sua gestão de ser repressora em diversas oportunidades e considera o governo ilegítimo, afirmando que:

> Para impor esse golpe, a repressão é duríssima. Mais de 100 mortos, mais de 500 presos. Além dos ataques das Forças Armadas e da polícia, existem os ‘coletivos’, que são grupos paramilitares que reprimem as mobilizações e matam os opositores. Assemelham-se aos tonton macoutes do Haiti e as ‘triple A’ do peronismo (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, 2017, *online*).

Vale ressaltar que nenhuma dessas declarações representam qualquer tipo de apoio à oposição direitista venezuelana e tão pouco tentam justificar uma intervenção estrangeira no país caribenho, sendo ambos os cenários rechaçados explicitamente por Wyllys (2017), PSTU (2017) e Genro (2019).

Na esquerda brasileira também há apoiadores do governo do sucessor chavista, como Hoffman (2019), presidente do Partido dos Trabalhadores, que ao ir à posse do segundo mandato de Nicolás Maduro em 2019, afirmou que participou do evento, entre outros motivos, para reafirmar o repúdio do seu partido contra os embargos que a Venezuela tem sofrido, sendo inaceitável dar as costas ou se aproveitar politicamente dos conflitos enfrentados pelo país, e que além disso, os problemas enfrentados no país vizinho podem resultar em problemas migratórios, comerciais e financeiros para o Brasil.

Outros argumentos utilizados pela petista foi o apoio à autodeterminação dos povos, buscando solução pacíficas e não intervencionistas em seus problemas internos, chegando a mencionar a sua repulsa às posturas dos Estados Unidos

consideradas por ela como belicistas. Também foi colocada a importância de se reconhecer as eleições democráticas e a soberania dos povos ameaçados pelas elites e interesses econômicos externos.

Segundo Zero (2023), sociólogo e internacionalista e assessor do Partido dos Trabalhadores no Senado, há sim uma série de violações de direitos humanos na Venezuela, todavia critica o duplo padrão com que setores da direita lidam com essa questão. Um dos exemplos citados seria o fato de que alguns dos que apoiaram a tentativa de golpe de Estado contra Chávez em 2002 são também entusiastas do regime militar brasileiro, que também violava direitos fundamentais do Homem. O mesmo valendo para o saudosismo a outros governos autoritários da América Latina a exemplo de Pinochet.

Na interpretação do autor, a morte de Chávez em 2013 seria um momento estratégico para a oposição local dar fim a Revolução Bolivariana, tendo os seus planos frustrados pela eleição de Maduro no lugar de Caprilles. Isso teria causado a indignação dos setores mais radicais dos oposicionistas como a “La salida”, liderados por Leopoldo López que teria incitado protestos violentos no país. Isso se somaria a ações de potências Ocidentais, com destaque aos Estados Unidos, que em seu entender, teriam iniciado uma série de processos que resultariam em inflação e desabastecimento.

A situação financeira venezuelana, segundo o autor, teria piorado com a baixa do petróleo, com o cenário se tornando ainda mais caótico com as sanções que o país teria recebido dos Estados Unidos e Europa a partir de 2017 e critica a narrativa de que elas teriam pouco ou nenhum impacto na situação econômica do país, cuja tese seria que a crise é resultante apenas da gastança e incompetência do governo local.

Já o Partido Comunista do Brasil (2021) afirma que a reeleição de Maduro foi limpa, marcada pela transparência, transcurso pacífico, ampla participação de setores oposicionistas e significativo comparecimento de eleitores, sendo elementos que isolam os que não reconhecem ou desmerecem a democracia venezuelana. O partido também afirma ser solidário a Revolução Bolivariana e acredita que a Venezuela seguirá forte no caminho da soberania, justiça social e democracia.

O Diário da Causa Operária (2023), por sua vez, defende a tese de que a

grande imprensa brasileira, por estar majoritariamente a serviço dos Estados Unidos, tende a caluniar e forjar denúncias de violações de direitos humanos no país. Nas palavras de Rui Costa Pimenta, presidente do Partido da Causa Operária, ao qual o diário faz parte, afirma que a Assembleia Constituinte convocada por Nicolás Maduro teria na verdade democratizado o acesso das camadas mais pobres da população ao poder, contrariando os interesses estadunidenses, que se utilizam de embargos econômicos contra o país latinoamericano e que visa tomar posse do seu petróleo.

Ainda segundo a interpretação do presidente do partido político, o que ele acredita ser uma campanha dos Estados Unidos contra a Venezuela no Brasil, utiliza setores tanto da direita tradicional quanto um setor da esquerda, composto por partidos como PCB, PSOL e PSTU para promover os seus interesses imperialistas contra o país e dessa forma acusa tanto a direita, quanto parte da esquerda, de serem uma força colonial norte-americana no país luso-americano e reitera seu argumento afirmando que:

> Inventaram uma ‘historinha’, um ‘conto de fadas’ para atacar a Venezuela, mas tudo não passa de mentira. As mentiras são contadas por toda a imprensa e, vergonhosamente, até pela esquerda, numa campanha coordenada [...] (Pimenta, R.C. apud Diário Da Causa Operária, 2023. online).

Quanto ao cenário internacional afirma que Michelle Bachellet, autora de um documento sobre as violações de direitos humanos na Venezuela, seria um fantoche de Gabriel Boric, que na condição de presidente do Chile teria entregado o seu país a direita e que mantém presos políticos em seu país.

Na Venezuela a oposição à Nicolás Maduro não é um posicionamento exclusivo das direitas, pois existem partidos autointitulados de esquerda e centro-esquerda que também estão à oposição do presidente venezuelano, a exemplo da Accíon Democrática, membro da Internacional Socialista e que se define como social democrata (ACCÍON DEMOCRÁTICA, 2012) que até o ano de 2018 fazia parte da Mesa de Unidad Democrática (MUD), principal coalização opositora do país durante as eleições que reelegeram o sucessor chavista (Reuters, 2018).

Quanto aos partidos menores podemos exemplificar a autoidentificada esquerdista e progressista (El Impulso.com, 2012) Avanzada Progressista, partido cuja significativa parcela dos seus membros são dissidentes do chavismo e que

também integrou a Mesa de Unidad Democrática nas eleições de 2018 (Megallón, 2017). O Gente Emergente, por sua vez, que também tem a sua origem em um rompimento interno com Hugo Chávez (Natanson, 2008) estava coligada a MUD na maioria das eleições da década de 2010, mudando de coligação para a também oposicionista Soy Venezuela.

Apesar da Mesa de Unidade Democrática ter apresentado esses e outros partidos de esquerda e centro esquerda em seus quadros a análise de Lewit e Brito (2016) revela uma enorme variedade de posições, tendo o antichavismo como principal ponto em comum entre eles. Os presentes autores também demonstram a existência de setores moderados e radicais nas fileiras dessa coligação, tendo como exemplo a crítica de Henrique Caprilles aos protestos mais violentos dos setores mais extremistas dessa ala política liderados por Leopoldo López (Voluntad Popular), Maria Corina Machado (Vente Venezuela) e Antônio Ledezma (Alianza Bravo Pueblo) no ano de 2014.

Outro ponto de tensão interna nesse conglomerado político, segundo os presentes autores, foi no episódio em que os setores mais radicais dessa ala acusou Caprilles, candidato a presidente pela coligação no ano de 2013, de ter “se deixado roubar” diante da vitória de Maduro nas eleições presidenciais daquele ano. Todavia, diante das pressões dos setores mais extremados dessa coligação convoca protestos de rua que culminaram na morte de 7 pessoas. Sobre esse incidente Lewit e Brito (2016) afirmam que o referido político passou a tomar atitudes mais moderadas se recusando a participar das tentativas de destituintes do presidente eleito em 2014 e de qualquer outra convocatória das partes mais extremadas da coligação.

A MUD, mesmo após conseguir fazer parte da maioria na Asemblea Nacional, segundo Lewit e Brito (2016), passa por outros problemas internos. Enquanto um setor dos deputados eleitos estaria mais focado em voltar com as privatizações, extinguir a lei trabalhista vigente, “recuperar” os poderes públicos etc. Caprilles, que liderava um outro setor da coligação estava mais empenhado em solidificar uma oposição contra Maduro e em formas pragmáticas de lidar com a crise econômica do país, causando, assim, um descontentamento com a ala mais radical. Ambas as forças internas também disputavam, segundo os referidos autores, sobre o prosseguimento de benefícios sociais implementados durante o

chavismo, sendo a ala de Caprilles a favor da manutenção das mesmas e enquanto a La Salida, a parte mais radical, pretendia rever as suas vigências.

Este aglomerado político, fundado em 2008 e essencialmente antichavista (Talevera, 2008) é bastante diversificado, o que se reflete nas suas propostas para sanar o que entendem como problemas, também citando a divisão político e ideológica no perfil das manifestações antigoverno. A ala majoritária de Henrique Caprilles tende atualmente a ser mais moderada e a minoritária de Leopoldo López e Corina Machado mais radicais com uma estratégia de conseguir um novo governo mediantes protestos e objetivando colocar governantes por vias eleitorais apenas em um segundo momento (Valverde, 2014).

Algumas das manifestações dessa ala mais radical apresentaram teores violentos como os ataques aos diretórios do partido de Nicolás Maduro em 2014 a policiais e a estabelecimentos pertencentes às missiones, incendiamento a cães de rua, queima de ônibus da estatal petrolífera venezuelana (Últimas Notícias, 2014; Correo Del Orenoco, 2014; Mallet-Outrim, 2014) e o apoio a presença de militares e paramilitares colombianos que estavam dentro das fronteiras venezuelanas (Rodríguez, 2014; RT, 2014). Em 2019 chegou a haver uma tentativa de golpe de Estado (Phillips, 2019) envolvendo sequestro, roubos e tentativa de tomada da casa presidencial (BBC, 2019) e um ultimato para renúncia de Maduro no aniversário do golpe militar no país com apoio aberto dos Estados Unidos (Gaouette; Klein, 2019)

Esta ala mais radical da MUD, segundo a Evia (2016), possui ideal de extrema direita, sendo Torrealba um dos maiores atiçadores da violência na coligação, chegando a convocar uma “batalha final” contra o governo no ano de 2016 e negando abertamente a constituição enquanto figura de juízo político. O referido autor também interpreta que este setor da direita do MUD como desesperado, fraudulento e de ter mentido na coleção de assinaturas para revogação do governo de Maduro. Evia (2016), todavia, explica que esta ala não é unanimidade nem mesmo na direita do MUD, estando ela dividida entre os mais violentos e os que mais prezam pelo diálogo.

Em contrapartida a essa situação, Maduro afirma em 2014 que esta é uma estratégia da extrema direita, apoiada pelos Estados Unidos, para impor a sua posição mediante o uso da violência e manipulação da mídia já que não consegue chegar ao poder por vias democráticas (Global Justice, 2014), sendo apoiados pelos

ricos em detrimento dos pobres. O presidente venezuelano também diz que estes grupos são financiados pelos EUA, que por sua vez, possuem um longo histórico de fornecer suporte a golpes de Estado (Seumas, 2014).

Aliança Bolivariana (ALBA) afirma que estes protestos são uma estratégia da direita internacional para desestabilizar o governo e gerar uma ruptura institucional para gerar um descrédito a Revolução Bolivariana com apoio da mídia mundial diante de um governo que tenta buscar o diálogo e paz (La Patilla, 2014) e a Comunidade do Caribe (CARICOM) condenou os protestos violentos e reiterou que as manifestações podem sim ocorrer, desde que pacificamente e dentro dos termos constitucionais (El Siglo, 2014)

No que se refere aos povos pré-colombianos presentes na Venezuela, a alta comissária ressalta que essa população tem passado por violações e que a população em geral tem sofrido, porém de maneira desproporcional e diferenciada, como desrespeitos diretos aos direitos de povos originários. Um dos fatores destacados é a perda do poder sobre as suas terras e recursos, devido a militarização de parte delas por agentes do Estado provocando violência e insegurança, assim como as organizações criminosas e grupos armados também presentes nesses territórios. Outras violações registradas em terra indígenas são as minerações ilegais causando uma série de problemas socioambientais as comunidades atingidas, entre eles situações de objetificação da mulher.

Segundo Radwin (2022) os principais atos de invasão de terras indígenas na Venezuela partem de mineradores brasileiros próximos a fronteira com a América Portuguesa. As principais etnias atingidas pelos garimpeiros do país lusófono em território bolivariano são os yanomânis e yekuanas. Além da mineração ilegal o autor também denuncia a complacência do governo venezuelano diante dessas invasões e a devastação ambiental promovida tanto por grupos criminosos quanto pelos militares do país, onde parte da Guarda Nacional, segundo o autor, receberia suborno dos garimpeiros em troca de apoio logístico para as suas atividades ilegais.

Já no que tange aos imigrantes e refugiados, o órgão dá a entender que essa série de desterritorializações provocadas por violações de direitos humanos, inclusive na população indígena, tem provocado a saída massiva de venezuelanos para outros países, sobretudo da América Latina, incluindo o Brasil. Muitos desses migrantes se encontram em situação de extrema vulnerabilidade.

> As violações de direitos econômicos e sociais que impulsionam a migração também afetam as condições em que as pessoas deixam o país, a maneira com se deslocam e a situação de vulnerabilidade que enfrentam durante a migração, as pessoas que migram podem se encontrar em um estado de saúde precário, ao qual pioram quando possuem dificuldades de acesso no país que o recebe. Além disso, independentemente da sua condição socioeconômica prévia, os imigrantes se movem com pouco ou nenhum dinheiro. Algumas pessoas carecem de recursos para viajar de ônibus e não possuem mais medicamentos que a possibilitem andar de pé. Esses "andarilhos" recorrem a trajetos fisicamente extenuantes, se encontram em situações climáticas hostis durante o percurso, falta de refúgios em boas condições, alimentos, água potável e saneamento. Essas pessoas também vítimas de roubo a mão armada e outros abusos. Muitas delas estão sob pressão para enviarem alimentos, medicamentos e dinheiro para casa [12](High Comissioner Of Human Hights, 2019, *online,* tradução livre).

Toda essa série de fatores, segundo essa instituição, culminaria nessa crise migratória, cujas precariedades não se cessaram com o início da pandemia da Covid-19, conforme aponta a Amnistia Internacional (2021), na matéria intitulada "Venezuela 2020". A Organização não-governamental também denuncia execuções extrajudiciais, excessos e homicídios cometidos pelas forças de segurança, perseguições a opositores do grupo que chefia o país (incluindo tortura, prisões arbitrárias e desaparecimentos), além da deterioração dos serviços públicos e altos índices de pobreza extrema.

A pandemia deteriorou ainda mais as condições de vida no país, segundo o documento da Amnistia Internacional, a partir do ano de 2020, quando o Sars-cov-2 passou a ser um grave problema de saúde pública no mundo inteiro, inclusive na Venezuela, ela passou a ter novos desafios que não foram adequadamente tratados pelo governo. Além dos serviços de saúde precarizados, outro fator que agrava a disseminação do vírus respiratório é a questão da água, já que a sua distribuição para consumo humano só acontece alguns dias da semana para a maior parte da população, havendo problemas também no saneamento básico (Amnistia Internacional, 2021).

Maduro, por sua vez, acusa os Estados Unidos de propositalmente usar uma

---

[12] The violations of economic and social rights that drive migration also affect the conditions in which people leave the country, the way people move, and the situations of vulnerability they face during migration. Migrants can already be in precarious health conditions, which worsen when they have difficult access to healthcare in receiving countries. Moreover, regardless of previous socio-economic status, migrants usually leave with very little or no savings. Some lack the resources to travel by bus and have no choice but to walk long distances. These "caminantes" undertake physically gruelling journeys, during which they are exposed to hostile weather conditions, lack of adequate shelter, food, safe water, and sanitation. They also face armed theft and other abuses. Many are under pressure to send food, medicines and money back hom (United Nations High Commissioner For Human Rights, 2019. online).

série de bloqueios econômicos e interferências na política interna do país para assim causar uma série de crises na nação e, por conseguinte, justificar uma invasão ao país. O presidente venezuelano também argumenta sobre como a mídia e a ONU, em seu entender, possuem opiniões aliadas aos interesses dos Estados Unidos (Correio Do Brasil, 2019). Armanian (2019) concorda com essa narrativa e crítica a explicação dada por muitos estudiosos do assunto que ignoram aspectos geopolíticos que prejudicam a Venezuela, sobretudo o papel dos Estados Unidos e da União Europeia no cenário descrito.

Armanian (2019) aponta uma série de razões pelo qual os Estados Unidos teriam sabotado o país e um deles seriam os recursos naturais do país sul americano, já que a Venezuela possui a maior reserva de ouro do mundo, além de uma grande quantidade de outros minérios valiosos e gás natural. O destaque seria o fato da Venezuela possuir aproximadamente um quarto de todo o petróleo do planeta.

Outra questão petrolífera importante explicada pela cientista política, seria o que ela aponta como insucessos no domínio de zonas ricas desse combustível fóssil no Oriente Médio e no Sudão. Com isso, essa potência mundial voltaria as suas ações em intensificar a sua influência na América Latina. No entender da autora, os Estados Unidos adotam uma política dirigida para assumir as reservas de outras nações e dominar o mercado de energia.

Armanian (2019) também aponta uma influência sino-russa cada vez maior no país andino, ao qual os Estados Unidos consideram como uma ameaça a sua hegemonia na América Latina. Ela lembra que atualmente a China é o principal credor da Venezuela, ultrapassando, inclusive, os EUA e o Banco Mundial, cenário comum em países da América Latina. No que tange às relações entre a Venezuela e a Rússia, existe uma bilateralidade marcada por cooperações militares, culturais e econômicas entre esses Estados. Tanto Pequim, quanto Moscou, teriam assinado uma série de acordos com o país caribenho, mesmo após o início do conjunto de instabilidades que o governo de Caracas tem enfrentado. A Venezuela, inclusive, negocia o petróleo não apenas em dólar, mas também em moedas como o yuan e o rublo.

Também com a intenção de consolidar ainda mais as suas influências na América Latina, a autora acusa os Estados Unidos de sabotar o Mercado Comum do

Sul, tentativas de fortalecimento da ALCA (Acordo de livre-comércio na região que seria liderado pelos EUA) em detrimento da ALBA, cuja hegemonia desse acordo em tese seria dos próprios países da América Latina.

Armanian (2019) também aponta que os EUA possuem um histórico de fabricar “líderes de oposição”, sendo que na Venezuela, Guaidó, em seu entender, seria apenas mais uma criação política do país anglo-saxão para desestabilizar a nação caribenha, sendo a sua intenção realizar “uma transição democrática no país” apenas um pretexto para colocar alguém que serviria aos interesses norte-americanos na nação andina.

Lembremos que, no ano de 2018, Maduro sofreu uma tentativa de assassinato em um evento militar. Na ocasião, dois drones lançaram bombas contra o presidente venezuelano. Maduro atribui esse incidente a uma manobra dos Estados Unidos para o retirar da liderança do executivo venezuelano. (DANIELS, 2018)

Armanian (2019) também acusa os EUA de utilizar a sua influência no mercado internacional para propositalmente reduzir o preço do petróleo com o intuito de colapsar a economia venezuelana, que tem esse combustível fóssil como principal produto de exportação. Como muitos programas sociais do país bolivariano são financiados diretamente pela sua estatal petrolífera, muitos deles foram severamente prejudicados por essa baixa dos preços desse *comoditie* no mercado internacional. Com isso, durante a crise, a China passa a financiar parcialmente esses programas sociais focados em necessidades básicas como saúde, moradia e educação.

Além da baixa do petróleo, a autora afirma que Washington tem promovido a suspensão de linhas de crédito para impedir Caracas de acessar o aluguel de seu petróleo, o que dificultaria ainda mais a economia venezuelana e agravaria os problemas sociais já existentes no país.

Armanian (2019) também acusa os EUA de planejar uma invasão militar por procuração. Como os Estados Unidos, em tese, não teriam o aval da ONU para realizar uma intervenção militar na Venezuela, Trump encarregou Colômbia, Brasil e Peru de preparar suas tropas. Em novembro de 2017, esses países, juntamente com os Estados Unidos e outros 22 estados observadores, realizaram a manobra militar

"AmazonLog 17[13]" em território brasileiro, mirando para a Venezuela.

Em resumo, a autora aponta que os objetivos dos Estados Unidos com os ataques são: (i) derrubar Maduro, (ii) declarar Guaidó presidente interino, (iii) esmagar a resistência da população local, e (iv) tomar os recursos da Venezuela. Em seu entendimento, os Estados Unidos têm implantado incidentes de falsas bandeiras para incitar a opinião pública a ser favorável a invasão do país, a qual, na prática, caracterizar-se-ia como uma guerra contra o povo venezuelano.

Também é necessário levarmos em consideração que não são apenas as potências ocidentais que aplicam sanções à Venezuela e pressionam pela saída de Maduro. Verifica-se movimentos na mesma direção na América Latina, por meio das posições do Grupo de Lima (que em 2017 era composto por Canadá e 11 países latino-americanos). Barros e Gonçalves (2019) apontam que

> Houve, porém, uma forte inflexão a partir de janeiro de 2019, com a autoproclamação de Juan Guaidó como presidente da Venezuela, ocorrida no mesmo mês da posse do presidente Bolsonaro no Brasil. A partir da autoproclamação de Juan Guaidó, o Grupo de Lima mudou sua atuação ao reconhecê-lo como presidente legítimo nos temas discutidos em reuniões além de substituírem a 'promoção do diálogo" como saída à crise na Venezuela por "destituição de Maduro" e "realização de novas eleições'. Em relação à aplicação de sanções, estas foram se intensificando e se somando à aplicação de sanções dos EUA, e se desviaram do padrão identificado por Hoffman (2016) ao não apenas adotarem sanções políticas, mas incluírem a aplicação de sanções econômicas (de forma unilateral ou multilateral) como medidas para exercer pressão sobre o governo Maduro (Barros; Gonçalvez, 2019, p. 33).

Na Declaração de 2021, esse mesmo grupo, ao qual o Brasil faz parte, afirma que:

> 1. Não reconhecemos a legitimidade ou a legalidade da Assembleia Nacional instalada em 5 de janeiro de 2021. Essa Assembleia Nacional ilegítima é produto das eleições fraudulentas de 6 de dezembro de 2020, organizadas pelo regime ilegítimo de Nicolás Maduro.
>
> 2. No marco do direito do povo venezuelano à democracia, consagrado no artigo 1 da Carta Democrática Interamericana, assinalamos que a Constituição da República Bolivariana da Venezuela não perdeu sua validade ao deixar de ser observada pela ditadura de Nicolás Maduro.
>
> 3. Reconhecemos a existência da Comissão Delegada chefiada por sua legítima Junta Diretiva, estabelecida pela Assembleia Nacional, presidida por Juan Guaidó.
>
> 4. Apelamos à comunidade internacional para que se una ao desconhecimento e ao rechaço dessa Assembleia Nacional Ilegítima e apoie os esforços para a recuperação da democracia, do respeito aos direitos humanos e do Estado de Direito na Venezuela. Nesse sentido,

[13] Exercício militar realizado em 2017 por países amazônicos da América Latina na tríplice fronteira entre o Brasil, a Colômbia e o Peru.

> destacamos a importância de buscar convergências com outros atores internacionais para canalizar uma resposta comum que contribua para a consecução desses objetivos.
>
> 5. Reiteramos nosso chamamento aos atores locais e internacionais, de todas as tendências ideológicas e filiações partidárias, a privilegiarem os interesses da Venezuela e a se comprometerem urgentemente com um processo de transição, definido e impulsionado pelos venezuelanos, para encontrar uma solução pacífica e constitucional que leve o país a eleições presidenciais e parlamentares livres, justas e críveis o mais rapidamente possível. (BRASIL, 2021, online)

Tomaremos nota que as decisões desses membros estão em um contexto onde seus líderes estatais são abertamente alinhados aos Estados Unidos, o que de uma certa forma se torna uma extensão desse país na América Latina, infligindo uma série de restrições ao governo Maduro.

No documento intitulado “Carta à Humanidade”, enviado a ONU no ano de 2022, Maduro realiza uma série de acusações de interferências estrangeiras na Venezuela e suas respectivas consequências na população de seu país, dentre os vários assuntos colocados em pauta, um deles refere às sanções que o país tem sofrido.

> No [aspecto] econômico poucos sabem que este pequeno, porém digno país, pesam **913** sanções ilegais, que resumidamente impedem a meu povo vender e comprar o que produz e necessita para o desenvolvimento e goze da nossa existência individual e coletiva. Isso concretamente se traduz em sofrimento, em privações e agressões sistemáticas que restringem a vida e os direitos coletivos do meu país, pelo qual não tivemos dúvidas em denunciar estas medidas cruéis como crise de lesa a humanidade. Esta guerra econômica, cujas perdas para a minha nação superam **150 bilhões** de dólares nos últimos anos, foi incrementado durante o período mais grave da pandemia mundial [do coronavírus] nos impossibilitou de comprar insumos médicos, remédios e vacinas. Essa estigmatização tem servido principalmente a Europa e aos Estados Unidos de restringir para exercer o espólio do mais descarado roubo já cometido contra nosso patrimônio e ativos no exterior: mais de **31 toneladas** de reservas de ouro venezuelano depositado no Banco da Inglaterra, calculadas em **1 bilhão e trezentos milhões de dólares**, continuam sequestradas. O roubo da Citgo Petroleum Corporation, em fevereiro de 2019, é outro exemplo que se soma mais de **dez bilhões de dólares** de depósitos e fundos bloqueados ilegalmente em bancos estrangeiros (Maduro, N, 2022. Tradução livre, grifo do autor)[14].

[14] En lo [aspecto] económico pocos saben sobre este pequeño pero digno país, pesan 913 sanciones ilegales, que em resumidas cuentas le impíden a mi Pueblo vender y comprar lo que produce y necesita para el desarrolho y goce de nuestra existencia individual y colectiva. Esto se traduce em lo concreto en sufrimiento, en privaciones e agresiones sistematicas que coartan a vida y los derechos colectivos de mi país, por lo que no dudamos en denunciar estas medidas crueles como crímenes de lesa humanidade. Esta guerra económica, cuyas pérdidas para mi nación superan los **150 mil millhones** de dólares em los últimos años, se incremento durante el período más grave de la pandemia mundial [de coronavírus] imposibilitándonos comprar insumos médicos, medicinas y vacunas. La estigmatizacion ha servido además a Europa y los Estados Unidos de coartada para ejercer el más descarado expolio que se haya cometido contra nuestro patrimônio y activos en el

Nesse mesmo documento, Maduro acusa os mesmos países, que sabotam a Venezuela com variadas sanções, de enganar parte da população da nação caribenha a fazendo acreditar que a vida seria melhor no exterior, fazendo parte da sua população migrar, sofrendo escravidão, exploração, maus tratos e perseguições mundo afora, fazendo com que 60% dos emigrantes retornem voluntariamente ao país.

Apesar de todas as dificuldades envolvendo gestão do governo Maduro, o Gran Polo Patriótico Símon Bolivar, coalizão apoiadora do seu governo, consegue 69% das cadeiras da Assembleia Nacional, sendo o novo líder do legislativo Jorge Rodriguez Gomez, ex-ministro do poder popular para a comunicação e informação do governo Maduro (ASAMBLEA NACIONAL, 2021). Tais mudanças modificam sensivelmente o panorama da política interna venezuelana, uma vez que minimizam as tensões entre os poderes executivo e legislativo do país.

Em 2022, a Venezuela passa por uma retomada econômica após 8 anos de resultados negativos acompanhados por um aumento de consumo. A previsão é fechar o ano com um aumento de 10% do seu Produto Interno Bruto. Outros indicadores positivos da economia nacional foi um aumento de 16% no segundo trimestre do ano, aumento de consumo de 21% e fim da hiperinflação. Os principais motivos apontados por Jorge (2021) para essa mudança de panorama são a volta à normalidade do preço do petróleo, fim do controle de preços e a venda de dólares.

As mudanças na política econômica do país foram pensadas a partir de 2018, quando o presidente venezuelano admitiu que houve falhas nos projetos do país, apesar dos bloqueios sofridos.

> Os modelos produtivos que até agora temos testado fracassaram e a responsabilidade é nossa, é minha, é sua. (...) Chega de choramingar (...), temos que produzir com agressão ou sem agressão, com bloqueios e sem bloqueios, para fazer da Venezuela uma potência econômica (...). Zero lamentos, o que eu quero são soluções. (...) Calculo uns dois anos para alcançar um alto nível de estabilidade e podemos vermos os primeiros sintomas da prosperidade nova, econômica, sem abandonar por um segundo a proteção e segurança social (Maduro, 2018, apud Exame, 2018*. Online*)

---

exterior: más de **31 toneladas** de reservas de oro venezuelano depositado en el Banco de Inglaterr, calculadas em **mil trecientos millhones** de dólares, se mantienen secuestradas. El rovo de la empresa Citgo Petroleum Corporation, en febrero de 2019 es outro ejemplo que se soma los más de **diez mil millhones** de dólares de depositos e fontos venezuelanos em bancos extranjeros bloqueados ilegalmente.

Nessa mesma declaração, Maduro esteve otimista quanto as previsões da recuperação da indústria petrolífera, planejando chegar a cerca de 6 milhões de barris diários do combustível fóssil.

Apesar do cenário de melhoras e tendência de retorno dos emigrantes, ainda existe muitos venezuelanos vivendo em outros países do mundo, inclusive no Brasil, cuja maioria dos que imigraram para América Portuguesa realizaram esse processo principalmente entre 2017 e 2020, quando a crise no seu país de origem estava em uma fase mais aprofundada. Esse processo dinâmico não ocorreu da mesma forma com todos os imigrantes, pois tivemos a oportunidade de conhecer, ainda que parcialmente, os processos de des-reterritorialização causados por esse fluxo migratório de alguns venezuelanos que chegaram a viver em Salvador.

2 A MIGRAÇÃO PARA O BRASIL: uma desterritorialização no movimento.

Neste capítulo buscamos aprofundar as discussões sobre a dimensão territorial das migrações internacionais, tendo como foco as desterritorializações da diáspora venezuelana em Salvador em decorrência do movimento migratório. Os aspectos envolvidos vão desde a construção da territorialidade na Venezuela até os desafios para chegar no Brasil.

Para chegarmos a este fim nos apoiamos em um levantamento bibliográfico, assim como na revisão de literatura. Nossos dados primários são provenientes de entrevistas focalizadas com imigrantes venezuelanos que residem ou já residiram em Salvador e os dados secundários são de órgãos estatais brasileiros e venezuelanos, assim como artigos e jornais.

Na primeira seção de capítulo, discutimos sobre os múltiplos desafios territoriais do migrante, nos ancorando em um diálogo entre a Geografia e a Sociologia das migrações, principalmente nos estudos de Pierre Bourdieu e Abdalmalek Sayad.

O primeiro autor aborda o migrante a partir das dimensões da vida humana denominado de campo, assim como a reprodução de costumes denominados de *habitus*, todavia sem ignorar a complexidade das relações do imigrante com o próprio mundo físico. Sayad, orientando de Bourdieu e migrante argelino, radicado na França, além de preservar aspectos do pensamento do primeiro autor, aprofunda-se ainda mais na temática das migrações e defende que os deslocamentos internacionais devem ser estudados a partir do país de origem do estrangeirizado, enfatizando os desafios tanto existenciais quanto socioeconômicos do migrante em sua trajetória, perpassando também pelas políticas públicas direcionadas aos estrangeirizados.

Na segunda seção, elencamos os principais aspectos da desterritorialização na Venezuela a partir das fragilizações das instituições sociais, tais como concebidas por Émile Durkheim. Neste movimento serão consideradas as narrativas dos imigrantes, perpassando pelas dimensões das realidades objetivas e subjetivas, porém, considerando o movimento migratório como um fato social total, conforme

proposto por Sayad. Enquanto as fragilizações das instituições sociais na Venezuela são consideradas com uma desterritorialização na i-mobilidade, o processo migratório em si é uma desterritorialização no movimento, conforme discutido por Rogério Haesbaert.

Na terceira seção denominada “Caminhos para o Brasil: principais motivações, rotas, desafios e sobrevivências” entendemos que mesmo em um cenário de desterritorialização em um determinado país, existem aspectos que pesam mais do que outros, sendo necessário compreendê-los para identificarmos em qual tipo de migração um determinado deslocamento internacional pode ser categorizado, facilitando assim propostas de políticas para este público.

Em seguida identificamos as principais rotas realizadas pelos participantes da pesquisa, pois cada uma delas está relacionada a contextos específicos da migração, tais como períodos, meios de transporte e condições de alocação, configurando os desafios que envolvem o atravessamento das fronteiras internacionais. Nessa etapa consideramos como desafios para os migrantes, o momento da sua decisão de migrar até as principais dificuldades para chegar em Salvador, sendo as formas de contornar tais questões interpretadas como os seus modos de sobrevivência.

3.1 O migrante enquanto sujeito social, político e territorial.

Bourdieu (2000) nos fornece uma série de contribuições teóricas sobre as migrações internacionais, como o conceito de “*habitus*” (também denominado de práticas sociais), que são padrões comportamentais de um determinado grupo ao qual os seus membros seguem ainda que de maneira inconsciente. A forma como essas práticas sociais se configura variam de pessoa para pessoa, mas o fato é que os imigrantes, sobretudo aqueles mais recentes, tendem a apresentar uma série de *habitus* diferentes da população local. Todavia, eles podem sofrer alterações conforme as novas demandas sociais em que cada um é exposto.

O autor salienta que o comportamento humano se configura de forma dialética, uma vez que nós exercemos influência sobre o meio ao qual estamos inseridos, assim como somos fortemente influenciados pelo nosso círculo social e,

dessa forma, nega a dicotomia entre o “interior” e “exterior” ou “indivíduo” e “coletivo. Os *habitus* são estruturalmente construídos e produtores de condicionamentos dos sujeitos, sem precisar de uma norma jurídica que obrigue a cumprí-las ou mesmo de um regramento explícito a ser obedecido. Ainda que tais práticas sociais estejam de acordo com interesses velados, o autor não nega que os indivíduos possam desenvolver uma série de padrões comportamentais que estejam de acordo com os seus próprios objetivos pessoais.

Tomemos nota que, independentemente se os atos de um indivíduo são alienados do próprio sujeito ou se busca a atingir uma finalidade consciente, os “*habitus*” não surgem do nada, mas antes fazem parte das histórias de vida dos sujeitos, cujas condições econômicas e sociais são fatores muito importantes na forma como os desenvolvemos. Além da questão histórica dos nossos comportamentos e percepções, eles também têm uma dimensão territorial, pois nós os incorporamos por meio de experiências familiares, escolares, religiosas e nos diversos ambientes dotados de regras implícitas.

Considerando os nossos valores subconscientes e alienantes, Bourdieu (1979) desenvolve o conceito de capital cultural, que é o *status* social ao qual estamos inseridos, que repercute diretamente em uma maior facilidade ou dificuldade do nosso acesso a melhores oportunidades de trabalho, estudos ou até mesmo de melhor visibilidade social. O capital cultural, por sua vez, pode se expressar por meio do “estado incorporado”, que são as disposições duráveis, isso é, os conjuntos de códigos que são internalizados.

Outra possibilidade de manifestação refere-se ao “estado objetivado”, cuja característica essencial é o acesso à educação, podendo então resultar em uma terceira forma da existência, a saber, diplomas e titulações. Dessa forma, Bourdieu (2015) explicita que apesar das fortes relações existentes entre os capitais econômico e cultural eles não são sinônimos, já que o primeiro foca nas condições financeiras dos indivíduos e o segundo nos seus “*habitus*”, arcabouço artístico, escolar e de títulos aos quais as pessoas venham a ter.

Na interpretação que Oliveira e Kulaits (2017) fazem desses conceitos de Bourdieu, existe uma possibilidade de aplicação deles na temática migratória adaptados como “*habitus* do imigrante” e “capital da mobilidade”. O *habitus* do imigrante são as relações existenciais e sociais que os estrangeiros desenvolveram

no novo ambiente ao qual estão inseridos. Esse *habitus* é marcado por uma intensa alteridade simbólica e comportamental entre “nativos” e “forasteiros”.

Na compreensão dos autores, o *habitus* do imigrante é configurado de acordo com as condições, interesses e o capital cultural dos que atravessam as fronteiras internacionais. Alguns terão acesso a uma educação com língua estrangeira, possibilitando o domínio do idioma do país ao qual irão viver mesmo antes da sua mudança, o que auxiliaria sensivelmente a melhor compreensão dos padrões sociais locais, viabilizados por seu capital linguístico, assim como por algum outro motivo, pode-se ir para outro país já familiarizado com outros aspectos da sua cultura. (Oliveira e Kulaits, 2017).

Essas motivações que afetam o *habitus* podem ter diversas origens, como julgamento de que se teria melhores oportunidades no país ao qual deseja estar, sensação de insegurança no país de emigração ou até mesmo um simples desejo de viver novas experiências, fato é, que existem pessoas que podem emigrar de uma maneira muito mais planejada para lidar com as diferenças concretas e simbólicas no exterior do que outras.

Já o capital da mobilidade refere-se ao conjunto de condições que facilitaria o acesso e a permanência de determinados indivíduos no exterior com uma relativa qualidade de vida, que por sua vez, está intimamente ligado com as políticas migratórias locais, assim como ao capital cultural dos imigrantes. Determinados países possuem políticas de facilitação da entrada de imigrantes que se interessem em certas áreas do mercado de trabalho, enquanto outros possuem abrandamentos burocráticos para aqueles que desejam se formar nas suas instituições de ensino superior.

Tanto o *habitus* do imigrante, quanto o capital da mobilidade são influenciados pela estrutura familiar dos sujeitos, já que o fato de ter familiares morando em um determinado país facilita tanto a compreensão da sua realidade social, quanto fornece uma certa segurança para aqueles que desejam migrar, sobretudo no que tange a abrigo, provisão e imprevistos. Outra forma pela qual a experiência familiar se converte em capital da mobilidade, segundo os autores, é o fato de o membro da família ter maior experiência no que tange as condições de empregabilidade local, assim, em tese, poderia ajudar o seu parente a ingressar no mercado de trabalho.

Devemos salientar que essas orientações dadas por diferentes graus de parentesco também se convertem em *habitus* do imigrante.

Oliveira e Kulaits (2015) ressaltam que nem mesmo um elevado capital da mobilidade e conhecimentos prévios da cultura local é garantia de uma boa empregabilidade, já que ingressar no mercado de trabalho não é apenas uma questão de qualificação acadêmica e de agir de acordo com as convenções sociais locais, mas a ele também estão atrelados marcadores identitários que podem ajudar ou atrapalhar a inserção dos diferentes indivíduos em uma ocupação profissional, como é o caso de fatores étnicos, culturais e até mesmo de nacionalidade, pois a condição de estrangeiro pode imputar uma série de preconceitos ao imigrante.

Tais fatores podem ajudar ou atrapalhar a conseguirem os melhores postos no mercado de trabalho, sendo uma das razões pelas quais alguns passam a realizar o processo de naturalização, o que, por sua vez, converte-se em capital de mobilidade, não só para país em si, mas também para Estados onde essa cidadania facilita o seu trânsito, devido a acordos sobre a circulação de pessoas, sejam eles bilaterais, seja por blocos econômicos.

Essa naturalização, segundo os autores, além de se tornar um capital da mobilidade, também se torna capital simbólico, isso é, um *status* identitário formado por meio de características imateriais. Dessa forma, a naturalização fornece vantagens tanto pragmáticas quanto nas simbólicas, podendo ser reconvertidos em outras formas de capital.

Em resumo, os autores fazem a seguinte conceituação de *habitus* do imigrante e capital da mobilidade:

> Em síntese, ***habitus imigrante*** é o conjunto de disposições adquiridas que funcionam como princípio gerador de representações e práticas migratórias. Tem sua origem e formação nas experiências migratórias pessoais ou vivenciadas no interior do grupo étnico e/ou familiar. Esse tipo de *habitus* se apresenta como fonte de inspiração e como facilitador dos percursos migratórios. O ***capital de mobilidade***, como qualquer outro capital na teoria de Bourdieu, tem papel preponderante na dinâmica social. Tal qual o *capital cultural*, trata-se de um conjunto de bens (simbólicos e materiais) que se apresenta sob a forma de conhecimentos migratórios - formalidades administrativas, procedimentos de viagens, línguas e costumes - e documentos (cartas de estadia, passaporte ou contratos de trabalho) adquiridos pelo indivíduo através de experiências próprias ou de indivíduos próximos, oriundos de seu grupo familiar ou étnico (Oliveira; Kulats, 2017, p.15, grifo dos autores).

Ressaltamos que essas duas dimensões da migração estão intimamente relacionadas entre si, já que tais variáveis que se interseccionam e formam o capital da mobilidade, por meio de informações prévias podem formar um *habitus* do imigrante favorável às dinâmicas socioespaciais locais. Da mesma forma, esses mesmos comportamentos adquiridos podem facilitar a entrada e a permanência dos indivíduos no estrangeiro, formando assim um capital da mobilidade, havendo, portanto, uma retroalimentação nesses aspectos migratórios.

Cada imigrante possui a sua trajetória, que por sua vez, se difere em classe social, grau de escolaridade, idiomas apreendidos, relações de parentesco no exterior, diplomas profissionais, expressões culturais etc. Essas diferentes maneiras podem configurar as suas vivências em um determinado território, dessa forma, se torna de suma importância nos afastar das visões estereotipadas em relação às experiências de vida dos que estão em situação de migração.

Ainda no que tange a aplicação do pensamento bordeusiano aos estudos migratórios, nós temos as contribuições de Ennes (2020) sobre corpo e a incorporação, formulando assim, o conceito de "corpo-migrante", que em seu ponto de vista, ultrapassa visões dicotômicas entre o senso de estranheza e a diversidade cultural, repercutindo diretamente nas diferenças e desigualdades nos contextos migratórios.

Na sua proposta, o conceito "corpo migrante" está relacionado a objetificação das relações de força e "poder" físico, seja nas formas de cuidado corporal, técnicas corporais ou mesmo a mera presença, sendo, portanto, resultado de interações sociais e enquadramentos, assim como de lutas dos migrantes em suas trajetórias. Também se refere ao corpo enquanto movimento e aos fatores que afetam a sua mobilidade, uma vez que os corpos possuem uma série de marcadores sociais, seja através da sua aparência física, seja por questões simbólicas.

Prosseguindo o seu raciocínio, Ennes (2020) argumenta que "corpo-migrante" é uma condição irremediável para eles, já que estes não podem sair do seu próprio corpo e nem da sua história, estando inseridos em um jogo de poder produtor de estigmas e hierarquias sociais, existindo associações entre as aparências e os diferentes *status* sociais por meio de estigmas, estereótipos e da ideia de raça.

A concepção de “corpo-migrante” está diretamente ligada aos conceitos bordesianos de *habitus* e *hexis.* O primeiro, conforme discutimos anteriormente, sob a ótica de Oliveira e Kulats (2017), se refere aos comportamentos adquiridos ainda que de forma inconsciente por indivíduos de um determinado grupo, incluindo as pessoas de uma determinada nacionalidade em um contexto de diáspora, cuja especificidade, os autores batizaram de “*habitus* imigrante”. Se o *habitus* refere-se a mente, o *hexis* fundamenta-se nas marcas sociais dos corpos, palavra grega, traduzida para o latim como “*habitus*” (Moreira, 2017). Ainda segundo Ennes (2020), o conceito de corpo no pensamento de Pierre Bourdieu articula-se com as suas definições de estratégia, capital e campo.

O campo seria o território pelo qual se manifesta o poder simbólico por meio do *habitus*, incluindo as disputas de poder internas, contradições e fragilizações por agentes externos, uma vez que se trata de “[...] um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (Bourdieu, 2004). Se dentro de um mesmo campo nós temos disputas, significa que os *habitus* e os interesses que o permeiam não são uniformes, resultando em uma disputa de influências e, consequentemente, por domínio territorial.

Conforme apontado por Nolasco (2016), as migrações internacionais são uma questão mais complexa do que uma mera diferença de riqueza entre os países ou de uma simples vontade de um indivíduo sair do seu país de origem, mas também está relacionada a uma questão política, uma vez que esse fenômeno está relacionado também com a vontade e o poder dos Estados de decidirem quem entra, quem sai e quem permanece dentro das suas fronteiras, portanto, são representações estatais que definem quem é um cidadão nacional e quem é estrangeiro, uma vez que:

> Um estrangeiro, segundo a definição do termo, é estrangeiro, claro até as fronteiras, mas também depois que passou as fronteiras; continua sendo estrangeiro enquanto puder permanecer no país. Um imigrante é estrangeiro, claro, até as fronteiras; mas apenas até as fronteiras. Depois que passou a fronteira, deixa de ser um estrangeiro comum para se tornar um imigrante. Se estrangeiro é a definição jurídica de um estatuto, imigrante é antes de tudo uma condição social (Sayad, 1998, p. 5).

Sayad não foi apenas um teórico das migrações, mas também alguém que de fato presenciou de maneira direta esse processo, uma vez que era um argelino que migrou ainda jovem para a França e viu de perto o crescimento da comunidade do

seu país de origem no território francês (Perez, 2020). Um conjunto de pesquisas e vivências o levou a ter uma série de reflexões sobre o que é ser um “imigrante”.

Dessa forma, Sayad (1998) considera que “imigrante” não é apenas uma conceituação das ciências sociais ou uma definição verticalizada do Estado-nação ou do direito internacional e sim uma condição social que reúne uma trajetória caracterizada por uma série de repercussões sociais e psicológicas que a mudança de país acarreta no seu “ser”.

A dúvida sobre o “quando” e o “se” vai voltar foi o primeiro ponto levantado pelo autor sobre a vivência do que é ser um imigrante. Ser imigrante seria viver uma série de incertezas. É não saber quando de fato retornará para o seu país de origem, ou até mesmo se de fato retornará algum dia.

A condição de migrante gera uma angústia que não se encerra apenas no sujeito que migra de país, pois devemos nos lembrar que todo “imigrante”, também é um “emigrante”, isto é, ele saiu de um território para outro. Território no qual a sua infância foi vivida, resultando na construção de laços, logo essa mudança também gera dúvidas em quem permaneceu no seu lugar de origem e esses que “ficaram” também encaram incertezas e saudades do seu ente querido.

Como mecanismo de defesa em relação a essa angústia é comum existir expectativas que nem sempre podem ser cumpridas, afirmando para si mesmo que retornará em um determinado período de tempo. No caso dos argelinos, não se sabia quando o seu país de origem poderia de alguma forma estar mais favorável à sua população local, que foi duramente afligida por expropriação e segregação étnica por parte dos franceses durante a colonização entre os séculos XIX e XX. Já na América não se sabe quando a Venezuela se recuperará da crise agravada na segunda metade da década de 2010, que atinge grande parte da sua população.

Dessa forma, acrescentamos aqui, que o fato de que os membros de uma determinada família estarem separados em vários países agrava significativamente as incertezas quanto a reunificação familiar dentro de um mesmo território, pois mesmo que a Venezuela volte a ter condições sociais parecidas anteriores à crise, haverá mais contextos territoriais diferentes pelo qual cada um dos seus membros expatriados terão que se adaptar para o seu retorno e ainda assim estamos partindo do pressuposto de que todos queiram de fato voltar, o que nem sempre é o caso.

Também não devemos desconsiderar a possibilidade de que a vida de quem passa muito tempo em um determinado país pode se reconfigurar de tal maneira que voltar ao seu país de origem também geraria uma série de problemas devido a uma série de variáveis como a formação de um novo núcleo familiar no país de imigração, a consolidação em uma carreira cuja continuação da mesma em seu país de origem seria incerta, passar por um processo de reterritorialização tão forte em que passaria por dificuldades na readaptação a cultura da sua terra natal etc.

Sobre essa questão de readaptação ao país de origem, Sayad (1998) aborda outro ponto importante, que são os conflitos gerados aos que retornam, devido a assimilação de pensamentos e expressões culturais que nem sempre são bem aceitos pelos habitantes do país de origem, assim como os imigrantes passam a sofrer preconceito para o país ao qual se mudou, devido as suas características nacionais, de uma forma ou de outra, o “ser imigrante” é passar por reprovações sociais, seja pelo que ele era, seja pelo que está se transformando, seja pelo que veio a se tornar.

A ideia de que o estrangeiro está imigrando por apenas um certo período de tempo também se torna um centro de debates políticos na perspectiva do autor, já que isso gera uma apatia nos estrangeiros para participar da vida pública local, incluindo as que concernem diretamente sobre as situações dos imigrantes no país ao qual se está inserido. Enquanto isso, grande parte dos cidadãos do Estado-nação no qual ele está morando debatem as condições de sua permanência, sendo que, por um lado, existem aqueles que exigem políticas migratórias mais restritivas sob o argumento de que os estrangeiros estão “roubando” os seus empregos e que representam enormes custos econômicos para o país. Por outro lado, também há aqueles que são mais receptivos a mão de obra estrangeira como forma de aumentar a população economicamente ativa do país.

“Ser imigrante”, segundo o sociólogo argelino, também é ser um “bode expiatório”, pois a sua situação de permanência em um determinado país passa a ser ainda mais questionada em períodos de crise, passando assim a serem responsabilizados por acontecimentos estruturais, tal como ocorre em períodos de recessão econômica. Pode ocorrer a mudança de discurso, inclusive, de muitos dos quais advogavam que os imigrantes acrescentariam economicamente ao país, dessa forma se tornam anti-imigração quando o país está em um momento

financeiro desfavorável. Percebe-se que, mesmo os discursos pró-imigrantes são voláteis, rasos, utilitaristas e desumanizantes, já que sob esse ponto de vista, desconsideram os migrantes como seres portadores de sentimentos, necessidades, famílias e histórias e os tratam como mera mão de obra. Importante destacar que as políticas voltadas aos imigrantes não têm qualquer tipo de participação dos estrangeiros.

Esse mesmo problema, na perspectiva do autor, também ocorre quando o discurso pró-imigração, possui uma apelação moral, já que por trás de um suposto altruísmo existem uma série de interesses materialistas, que também passam a se tornar explícitos em um período de crise, inclusive, por meio de cobranças e tentativas de impor aos estrangeiros uma sensação de dívida com o país onde estão morando. Da imposição do sentimento de dívidas, criada por uma política de migração sem a participação dos imigrantes na sua construção, se impõe uma série de comportamentos, discriminando negativamente aqueles que não se adequam ou que não querem se readequar aos padrões etnocêntricos.

Sayad (1998) também lembra que quando a argumentação pró-imigração possui um caráter essencialmente utilitarista no que tange à mão de obra estrangeira existe uma segregação de gênero e de idade nesse discurso, pois nesse caso, os imigrantes desejados são os homens jovens, que saem dos seus países diretamente para o trabalho.

Apesar de existir mulheres nessas mesmas condições, a maioria só chega depois que o cônjuge já está a um certo período de tempo por lá, e ainda assim, inicialmente como donas de casa, não se inserindo de imediato no mercado de trabalho. As crianças, por demandarem tempo para se inserirem como força de trabalho, e os idosos, por sua indisponibilidade ao mesmo, sobretudo, o trabalho braçal, são vistos juntos a mulheres e crianças como um peso a serem carregados. Esse fato ajuda a explicar a negligência de políticas migratórias no que se refere a família dos imigrantes.

Ainda sobre esta questão, Sayad (1998) aponta que o imigrante não é objetificado apenas do ponto de vista político, essa desumanização também chega nas discussões acadêmicas quando se coloca todos os indivíduos de uma determinada nacionalidade como uma massa uniforme de pessoas, reduzindo-os a

imagens estereotipadas como se suas trajetórias de vida não tivessem as suas próprias particularidades.

O autor critica a visão de que os imigrantes são um problema a ser resolvido, inclusive por alguns acadêmicos. Além disso, o mesmo é contrário à ideia de o desafio dos estrangeiros estarem restritos a emprego e necessidades mínimas de sobrevivência, condição essa de imigrante por vezes naturalizada, fortalecendo discursos limitantes de direitos a essas pessoas, afinal de contas, porque se importar tanto com direitos trabalhistas de médio a longo prazo se faz parte da "natureza" deles estarem no país apenas temporariamente? Logo, a discriminação contra eles, segundo essa naturalização, no mercado de trabalho, não seria vista de maneira negativa.

Abordagens positivistas desumanizadoras propagadas por muitos pesquisadores europeus no século XX, no entender de Sayad (1998), não afetam apenas a questão do emprego, tais discursos também afetam a própria qualidade das políticas públicas para os estrangeiros, pois se eles não passam de uma mera mão de obra temporária e sem história ou sentimentos, não haveria porque os alojarem em abrigos minimamente confortáveis ou desfrutar de serviços públicos de maneira mais completa e, muito menos, se deveria facilitar a entrada da família dos imigrantes para os países em que eles estão.

Baseado nas características existenciais citadas, e consequentemente, nas suas repercussões na vida prática, o autor conclui que a imigração, ainda que de maneira velada, é uma relação entre dominante e dominado. Dominação essa imbrincada de discursos simbólicos que se tornam campo de disputa entre o nacionalismo e o universalismo, seja por meio da conservação das características nacionais por meio do fechamento das fronteiras, seja pela abertura ao novo pela facilitação da entrada de imigrantes, fato é que independente do seu viés, é o Estado, cujos governantes com as suas ideologias que decidem juridicamente o destino dos estrangeiros.

É justamente nessa relação de dominação, tal como destacado por Sayad (1998), que faz com que os imigrantes estejam constantemente encarando uma série de pressões. Pressões para se alienar das políticas migratórias, pressões para aceitarem a ser trabalhadores de segunda classe, pressões para se conformarem com políticas públicas objetificadoras, pressões para renunciar as suas expressões

culturais, pressões para aceitarem os piores serviços menos remunerados entre outras variadas formas de pressões.

Para o autor, mesmo sob o ponto de vista utilitarista, esse conjunto de discriminações criam um problema que esse mesmo discurso afirma combater, a saber: a falta de uma mão de obra que de fato esteja a serviço do país, já que todas essas cargas fazem com que o imigrante se sinta pisoteado, reduzindo, inclusive, a produtividade, o que também é causada pela separação da família.

Diante dos fatores explicitados, Sayad (1998) finaliza as características gerais da condição de imigração, questionando se a partir do momento em que os imigrantes sejam tratados na sua integralidade, estando horizontalmente integrados à sociedade por um longo período de tempo (trabalhando, investindo e criando), eles não deveriam adquirir a cidadania do país que os recebe e da mesma maneira o país de emigração reconhecer sua nova condição.

Todo movimento migratório significativo, ainda que sobre o pretexto de se conseguir trabalho, criam comunidades no país que recebem os trabalhadores, ainda que eles sejam reduzidos a tal.

O pensamento de Sayad em relação a temática migratória tem gerado uma série de discursões importantes no Brasil. Dias (2020) compreende que o autor argelino rompe com as definições estáticas de imigrante no espaço e no tempo, fornecendo uma ressignificação política. No seu entendimento, a utilização da etnografia foi um grande diferencial das suas obras em relação ao que a ciência francesa tinha produzindo até então, pois, aliada a sociologia crítica e a etnossociologia, juntamente com a enorme influência de Pierre Bourdieu, suas pesquisas, contribuíram enormemente na evolução acadêmica do tema.

Ultrapassar as análises engessadas sobre a imigração, conviver com os imigrantes e refletir a partir das suas trajetórias, na interpretação de Dias (2020), não é apenas um avanço acadêmico em si, mas traz consigo uma força política sobre a própria ciência, no que tange o para quem ela está servindo, pois rompe com a ideia de que é a elite francesa e por extensão as dos países receptores de imigrantes que devem falar pelos argelinos ou por qualquer nacionalidade de imigrantes, como se fossem seres meramente passivos e que se resumem a uma mera força de trabalho,

que podem ser manipulados da maneira como os intelectuais a serviços dessas elites bem entendem.

Interesses esses marcados pela exclusão social dos imigrantes ao imporem uma situação de uma “eterna provisoriedade”, em um contexto de exclusões, estigmatizações e objetificações que a condição de imigrante impõe aos estrangeiros. No que tange as múltiplas trajetórias, Dias (2020) leva em consideração a seguinte observação:

> Sayad nos possibilita refletir acerca de um sujeito composto por identidades múltiplas e transitórias. Compreender o imigrante demanda uma leitura diacrônica acerca da mobilidade migratória estudada. Sayad nos revela como a migração argelina desenvolve-se ao longo de gerações. Como ela é mutável, transitória e adaptável (Dias, 2020, p. 65).

Ou seja, os imigrantes não são somente imigrantes, são seres humanos que carregam uma série de multiplicidades, envolvendo religião e a sua relação com a mesma, diferentes etnias, orientações sexuais, identidades políticas partidárias, afinidades ideológicas etc. Apesar de todas as pressões contra as múltiplas identidades do imigrante, ele não é passivo diante delas, sendo que cada um possui as suas próprias formas de reafirmá-las.

Apesar das imensas contribuições de Abdelmelek Sayad nos estudos migratórios e na sua aplicabilidade em múltiplos contextos, os seus trabalhos estão focados nos imigrantes da Argélia, recentemente independente da França, que colonizou o país africano por 132 anos (entre 1830-1962), se configurando do ponto de vista histórico como uma migração colonial e do ponto de vista político como um movimento Sul-Norte.

No que tange a onda migratória da Venezuela para o Brasil requer que pensemos as dinâmicas migratórias dentro da perspectiva Sul-Sul, o que inclui o combate de estereótipos regionais, já que

> A governança das migrações internacionais implica que o Sul, na arena global das migrações, seja reconhecido como um ator social na construção do Pacto Global. A presença do Sul no processo do Pacto Global implica a não hierarquia na conceitualização das migrações seguras/ordenadas/regulares. O Sul não é só emissor de emigrantes, visão calcada na perspectiva do Norte; é preciso enfatizar que sua posição geopolítica traz novos contornos aos fluxos de migrantes e refugiados nesses países. Nesse contexto, é decisiva a posição dos países da região latino-americana, bem como a posição brasileira no Pacto Global. A promoção do Sul como ator fundamental do Pacto desloca a gramática do debate promovido pelos países do Norte, reforçando um outro olhar para o fenômeno (Baeninger, 2018, p. 21).

Dessa forma, os países periferizados são muito mais do que Estados meramente passivos nas dinâmicas internacionais, pois, na verdade, segundo a Amnistia Internacional (2015), são os que quantitativamente mais acolhem refugiados, sendo que dos 10 países com a maior população refugiada nenhum faz parte do Norte.

Os países do Sul, inclusive os da América Latina, via tratados, acordos e legislações, estão constantemente atualizando as suas políticas migratórias e de refugiados e segundo a Amnistia Internacional (2015), recebendo, a maioria dos imigrantes em condição de refúgio no mundo. Todavia, isso não quer dizer que a relação entre refugiados, Estado e cidadãos nacionais seja harmônica, uma vez que mesmo países subdesenvolvidos e em desenvolvimento podem apresentar políticas e grupos xenofóbicos.

Devemos tomar cuidado para que não resumamos o migrante a uma questão jurídica. Sobre esta questão, Marandola Jr. e Gallo (2010) fazem uma série de considerações sobre essa condição, considerando-os como seres humanos, não como meros dados de burocracia estatal e de organismos internacionais. Para os referidos autores, o “ser migrante” perpassa pelas searas da territorialidade e da existência, defendendo o ponto de vista de que a dimensão territorial faz parte da constituição do ser, cujo controle, ainda que simbólico, permite a continuação da sua existência. O desenraizamento causado pela migração pode causar problemas existenciais diante de choque de realidades deparadas em outra nação.

A ruptura do migrante também está relacionada com a fragilização com laços familiares e de amizade, essas mudanças abruptas por si só são conflituosas e desgastantes podendo evoluir para problemas emocionais. O lento processo de re-enraizamento possibilita uma sensação de pertencimento denominado pelos geógrafos mencionados como “território do migrante”.

Ainda segundo Marandola Jr. e Gallo (2010), o território do migrante não existe isoladamente, ele se relaciona com os novos laços que são construídos fora do seu território de origem. Esses laços não ocorrem apenas com os “estranhos”, mas também com os que passam a ter mais contato a partir do momento que o sujeito se muda. Essas relações entre o estrangeiro e o natural do novo país e a manutenção de contato com os seus velhos laços formam uma “rede social” e quando esse fenômeno passa a ser analisado do ponto de vista do território passa a

ser denominado de “território-rede” (Haesbaert, 2000), que por sua vez pode ajudar com que as rupturas decorrentes da migração sejam menos traumáticas.

Almeida e Baeninger (2013) entendem que a concepção de migração não deve se resumir a intenção ou não de permanência em um novo território. Primeiro porque as trajetórias dos migrantes são muito mais complexas do que a mera intenção de se fixar até o final da vida em um determinado país. Segundo porque a própria compreensão de residência precisa ser melhor aprofundada. Terceiro porque a própria ideia de residência é bastante subjetiva. E quarto porque existe a questão de que nem sempre os locais de residência e convivência se coincidem. Outra problematização levantada pelas autoras no que tange às migrações internacionais é o engano de partirmos do pressuposto de que o migrante possui apenas uma residência, ignorando que um imigrante pode estar em constante deslocamento.

Uma forma de resolução dessas fragilidades conceituais propostas por Almeida e Baeninger (2013) está em se atentar onde os migrantes realizam as suas atividades cotidianas, não ignorando as transitoriedades nesses múltiplos locais.

Ito (2007), por sua vez, separa as abordagens políticas nas linhas soberanista e liberal. Na primeira, existe a concepção de que os Estados devem manter o maior controle possível da entrada de imigrantes no interior das suas fronteiras, já na linha de pensamento liberal, existe a ideia de que os países não conseguem conter eficientemente os fluxos migratórios para o seu interior, cuja políticas restritivas poderiam causar na verdade a chegada de imigrantes não identificados por parte dos Estados.

Em relação aos enfoques metodológicos, Porto (2014) faz um paralelo entre os estudos neoclássicos e histórico-culturais sobre as migrações. Os neoclássicos centram as suas perspectivas nos indivíduos enquanto sujeitos isolados, compreendendo o processo como um equilíbrio das economias subdesenvolvidas resultantes da modernização e da industrialização, pensando o deslocamento humano a partir de fluxos, pontos e linhas e uma visão uniforme sobre o mercado de trabalho.

Em contraposição a essa corrente, Porto (2014) descreve o paradigma histórico-cultural como uma escola que relaciona os movimentos migratórios como um fenômeno ligado às dinâmicas do capital, que pressionam os sujeitos a

emigrarem para outros territórios resultantes das mudanças do atual meio de produção. Sua metodologia, além de contextualizar os deslocamentos humanos no tempo e na cultura, visa os grupos sociais cuja análise do processo ocorre dialeticamente. Os adeptos da abordagem histórico-cultural, segundo o autor, também compreendem que a trajetória do migrante pode ser um processo de múltiplos pontos, além de considerar o mercado de trabalho sujeito a constantes transformações.

Além das correntes neoclássica e histórico-cultural, Santos, Barbieri, Carvalho e Machado (2010) também citam o princípio da casualidade cumulativa e o papel exercido pelas redes sociais, que considera que um determinado fluxo necessariamente ocasionará em ações de órgãos estatais e/ou filantrópicos para equilibrar a situação, porém, ressalvam que Myrdal, um dos maiores expoentes dos estudos migratórios no século XX, considerava tal princípio como simplista diante das complexidades envolvidas no fenômeno. Desta forma, o economista sueco acreditava que também poderiam existir forças contrárias a essa mesma migração. Na perspectiva myrdalista, esses fatores de equilíbrio e desequilíbrio não se anulam, se tornando cumulativos. Quanto às redes sociais, elas retroalimentariam as migrações, já que a presença de familiares, amigos e conhecidos em um determinado local traria uma maior segurança para a permanência em um determinado destino.

Os autores também citam a vertente das “análises institucionais”, cuja linha de pensamento se caracteriza pela busca de equilíbrio dos fluxos migratórios, a partir dos interesses de seleção dos países que escolhem quais migrantes cruzarão as suas fronteiras de acordo com os seus interesses. Este paradigma pressupõe que as instituições que selecionam os aptos a adentrarem o território nacional não são exclusivamente os Estados, abrangendo também organizações privadas e assistenciais.

Os aspectos mencionados sobre as migrações aqui citados servirão como base para uma compreensão mais ampla dos relatos mencionados dos imigrantes colaboradores da pesquisa nas próximas seções do presente trabalho.

3.2 Motivos apontados para a migração.

Nesta seção do capítulo, abordaremos o processo de desterritorialização na Venezuela, considerando o ponto de vista dos depoentes em conjunto com as discussões conceituais desenvolvidas, incorporando as novas abordagens para o fenômeno analisado ao longo deste trabalho dissertativo.

Nossas entrevistas com os 10 imigrantes, utilizadas nessa parte do trabalho, consideraram a relação com familiares e amigos, e os eventos demográficos relativos à nação bolivariana. Para isso, levamos em conta suas relações afetivas com o território, assim como os fatores que influenciaram suas decisões de emigrar.

Na primeira fase, abordaremos as construções e configurações de suas diferentes territorialidades no país natal, incluindo suas fontes de renda, com foco em suas atividades profissionais. A segunda fase se concentrará nas desterritorializações, levantando questões sobre os aspectos aos quais os imigrantes mais se identificam e sentem falta do território venezuelano. Também os questionamos sobre os principais eventos que ocorreram em seu país natal durante os períodos que motivaram seis deslocamentos espaciais e o contexto de despedida de amigos e familiares.

Berger e Luckmann (2004) compreendem a realidade como um construto social moldado pela interação entre grupos e indivíduos, denominada sociedade. Essa interação, por sua vez, é caracterizada pela existência de regras e normas. No entanto, isso não significa que ela seja estática; ao contrário, os autores consideram que a realidade está em constante transformação. Os sociólogos dividem a realidade em duas partes principais: realidade objetiva e realidade subjetiva.

A realidade objetiva é compreendida como aquela que existe independentemente da interpretação dos diferentes sujeitos sobre ela, enquanto a realidade subjetiva se refere à visão dos indivíduos sobre um determinado aspecto ou fenômeno da realidade (Berger e Luckmann, 2004). Com essa distinção, entendemos que o território do Estado-nação faz parte da realidade objetiva, enquanto as territorialidades representam um conjunto compreendido como realidade subjetiva.

O território não faz parte da realidade objetiva em si, como um ente isolado.

No entanto, ele engloba um conjunto de outros elementos objetivos da realidade, como as fronteiras, a existência de uma população, a vigência das leis, o meio físico, entre outros. Neste campo da realidade objetiva também temos as instituições sociais, definidas como:

> Um mecanismo de proteção à sociedade, é o conjunto de regras e procedimentos padronizados socialmente, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade, cuja importância estratégica é manter a organização do grupo e satisfazer as necessidades dos indivíduos que dele participam (Durkheim, 2007, p.15).

As instituições são importantes na formação das territorialidades e, consequentemente, na interpretação do território. Segundo Saquet (2015), as instituições (juntamente com os indivíduos) participam da vida cotidiana, da apropriação e da produção do território em suas múltiplas escalas e dimensões. O autor ressalta a heterogeneidade dessas organizações sociais, ao mesmo tempo em que podem existir características em comum entre elas. Essas semelhanças e diferenças são fundamentais para a compreensão do território e das territorialidades nas concepções renovadas e histórico-críticas nos estudos territoriais.

Durkheim (2007) cita uma série de instituições sociais, apesar de não se resumir a elas. Nesta parte do trabalho, focaremos em três exemplos citados pelo autor, a saber: a família, a escola (e, por extensão, o ensino superior) e o Estado, que na verdade é uma administração que controla uma série de instituições. É por meio das instituições que reproduzimos o conceito bourdieusiano de *habitus*, representado por um conjunto de comportamentos sociais (Bourdieu, 1989).

Uma abordagem unificadora das realidades objetiva e subjetiva na Geografia é a concepção relphiana de "mundo vivido geográfico", que rompe com a dicotomia entre o "real" e o "experienciado" (RELPH, 1979). Nessa perspectiva, os objetos fazem parte de nossa experiência de vida, assim como modificam os objetos, estabelecendo ligações com as topofilias e topofobias. Os eventos sociais influenciam a ordem material, tais como as condições de moradia, a segurança alimentar e a saúde financeira, afetando sensivelmente nossa percepção de um determinado recorte espacial.

Essa complexidade entre o “ser” e a “matéria” deve permear o pensamento geográfico em suas múltiplas escalas, pois o ser humano sem as suas referências materiais se torna um ser a-espacial. Relph (1979) afirma que:

> Tendo identificado e interpretado estruturas de experiência, torna-se possível examinar os caminhos pelos quais se constituem, onde elas se originam, como elas se desenvolvem e se transformam e, também, colocá-las num contexto ontológico mais amplo (Relph, 1979, p. 5).

Dessa forma, para compreender melhor o que determinadas falas expressam espacialmente, é preciso afastar-se de psicologismos e começar a considerar os aspectos macroestruturais que configuram os espaços nos quais os atores sociais marginalizados estão inseridos. Isso inclui levar em conta o contexto sociopolítico do qual fazem parte, como é o caso dos imigrantes. As narrativas das suas próprias trajetórias refletem toda uma conjuntura política, econômica, social, espacial e existencial.

Relph (1979) também aponta que as auto-narrativas estão relacionadas com processos estruturais, o que faz com que sigam padrões reconhecíveis, tanto em suas percepções sobre a natureza quanto em relação a uma determinada realidade sociocultural, que o autor denomina de "mundo vivido geográfico". Nesse sentido, considera-se que as diferentes subjetividades se intercalam em uma vivência comum, que pode se manifestar tanto na forma de convergência de interpretações de um determinado fato quanto em conflitos existentes em uma determinada área territorial.

Na perspectiva do geógrafo, o “mundo vivido geográfico” insere-se em um espaço construído socialmente e materialmente pelo ser humano, construções essas que não ocorrem inocentemente, já que através delas se revelam mensagens e intenções dos seus atores, os quais não agem em uma só porção do espaço, repetindo, assim, padrões de construção do espaço dentro da particularidade dos recortes espaciais da sua ação, dessa forma as auto-narrativas são

> [...] fragmentos de tantas histórias e experiências que compõem um enredo que possibilita compreender os caminhos percorridos (ou quem sabe, ainda a percorrer) para buscar anunciar os modos e os repertórios de histórias que se entrelaçam nesta composição (Portugal, 2013, p. 42).

Desse modo, é possível compreender que as instituições sociais que integram a realidade são simultaneamente objetivas, por existirem independentemente da vontade de um determinado indivíduo, e subjetivas, devido à interpretação dos sujeitos sobre as essas instituições. Acerca de instituições sociais como a família pode-se dizer que representa:

> [...] o espaço privado das relações de intimidade e afeto, em que geralmente pode-se encontrar alguma compreensão e refúgio, apesar dos conflitos. É o

> espaço onde se aprende a obedecer ás regras de convivência, a lidar com a diferença e a diversidade (Durkheim, 1973).

Ainda de acordo com Durkheim (1973), a família também seria uma contraposição ao conceito de sociedade, já que a família seria um ponto de partida das relações sociais dos indivíduos, enquanto a sociedade é anterior ao próprio nascimento dos sujeitos.

Nas entrevistas, verificou-se que a instituição familiar, em suas diferentes configurações, é um importante fator na construção das territorialidades. Um exemplo disso é Anita González[15], que afirma que ver sua mãe no tempo livre era uma etapa muito bonita de sua vida, cujo laço se demonstrou como uma importante memória afetiva ocorrida no território venezuelano.

A questão familiar também é importante para Jonas Jimenez[16], cuja mãe é cozinheira, sendo a inspiração para que o trabalho em restaurantes se tornasse uma de suas atividades profissionais. E o seu pai, por ser militar, foi um fator que o motivou a prestar concurso para a polícia. Outro caso marcado pelo exemplo da mãe cozinheira é Vinicius Valdez[17], que passou a infância ajudando a sua figura materna na área.

O relato familiar de Gabriel Guerrero[18] está mais focado no trauma de presenciar os negócios de seus pais indo à falência. A empresa de sua mãe, focada em trajes de banho foi à bancarrota, e as operações da bicicletaria de seu pai foram canceladas. Contudo, as atividades relativas à manutenção de microcomputadores se mostraram como um dos negócios mais duradouros da família, atividade na qual ele chegou a trabalhar por algum tempo.

Outra importante instituição social concebida por Durkheim como meio de socialização é a escola. Todavia, é necessário realizar alguns apontamentos acerca dela no presente trabalho. Primeiro, a nossa concepção de escola, enquanto meio de educação formal, não se resume apenas aos ensinos primário e secundário, abarcando também outros cursos e níveis de ensino. Segundo, a socialização na escola segue diretrizes estabelecidas pelo Estado, devendo ser seguidas por todas

[15] Natural de Maracaibo, estudou engenharia em Valência. Nome fictício.
[16] Nascido em Caracas, porém cresceu em La Guaira. Nome fictício.
[17] Nascido em Barcelona, ajudante de cozinha, solteiro e sem filhos. Nome fictício.
[18] Natural de Cunamá, formado em engenharia civil. Nome fictício.

as instituições de ensino localizadas no território sob sua jurisdição.

Apesar de a análise durkheimiana da educação estar focada no nível básico, a educação superior também possui um caráter institucional e socializador, tendo um importante impacto no presente e nos planejamentos futuros dos estudantes. Ferreira (2014) concebe a universidade como um meio de socialização, se perfazendo como uma complexa dinâmica adaptativa dos sujeitos e da própria composição social. Em nossas entrevistas, os imigrantes tiveram um foco muito maior em relatar suas experiências no ensino técnico e superior do que nos níveis primário e secundário, sendo, inclusive, um dos pontos mais mencionados em seus depoimentos.

Um exemplo desse acontecimento está no apego de Anita González ao seu curso de engenharia e no seu respectivo lamento em ter que abandonar a graduação devido a problemas estruturais enfrentados pela instituição na Venezuela. Por ser um sonho obter o diploma na sua área, ela chegou a tentar concluir o ensino superior em uma universidade particular, porém, por questões financeiras e de saúde, teve que abandoná-lo, relatando ser um dos fatores que contribuíram para a fragilização da sua saúde mental.

A instituição de educação superior tem um impacto emocional não apenas durante a realização do curso, mas também em seus egressos, pois existe uma expectativa por parte do ex-universitário de se dedicar a uma profissão que demandou anos de investimento financeiro e esforço. De todos os relatos, o que mais tornou isso explícito foi o de Roberto Rodríguez, que, formado em direito, diz nunca ter conseguido exercer a advocacia em seu país de origem, tendo que desempenhar subempregos para sobreviver.

A universidade, por ser um dos meios de profissionalização, e como o exercício profissional não está relacionado apenas com a questão de obtenção de renda, mas também se insere no âmbito das realizações pessoais, tem, consequentemente, uma dimensão emocional para os sujeitos. Vinicius Valdez, por exemplo, lamentou não ter concluído o seu curso de gastronomia, uma vez que uma das suas inspirações para realizar essa graduação foi a sua memória afetiva na cozinha de sua mãe.

De modo geral, o cancelamento ou trancamento dos cursos nas

universidades está relacionado a problemas políticos e econômicos que o país tem enfrentado. Anita González, por exemplo, afirma que a universidade em que estudava na Venezuela passou por um intenso processo de sucateamento que prejudicou o andamento do seu curso, e acrescenta que esse problema não é exclusivo das instituições públicas, sendo também comum nas instituições de ensino superior privadas. Desta forma, González afirma não ter se arrependido de ter desistido de seu primeiro curso de engenharia, apesar dos desconfortos que isso lhe causou, pois, mesmo estando em uma fase avançada da graduação:

> A faculdade parou tanto tempo que até hoje eu não me arrependo de ter deixado a faculdade no oitavo no semestre. Até agora as pessoas que estavam estudando comigo mudaram de semestre, trocaram de faculdade para particulares que na época eu não tinha como pagar isso, ou ainda simplesmente não se graduaram na minha faculdade, além de ter sido cortado os cabos das interações das instalações dos sistemas com a questão muito complexa (Anita González - Salvador, agosto de 2022).

Relato semelhante foi enunciado por Julio Rojo[19], pois, em seu entendimento, as estruturas universitárias da Venezuela e encontram particularmente precarizadas, sobretudo no que tange às suas estruturas físicas, sendo um importante problema educacional.

Quanto a essa situação, as Academias Nacionais da Venezuela, órgãos de Estado pautados pela divulgação da ciência nas suas diversas áreas do conhecimento, em nota conjunta, consideram as políticas públicas para o ensino superior no país como inadequadas, afetando negativamente instituições acadêmicas e científicas, destacando a queda do investimento nas universidades, interferências na autonomia das mesmas e defasagem salarial nos profissionais da educação superior (Academia Venezolana de la Lengua; Academia de Ciencias Físicas, Matemáticas y Naturales; Academia Nacional de la Ingeniería e El Hábitat; Academia Nacional de la Historia et al., 2022).

Em 2020, Maduro anunciou a Missão Venezuela Bela, que tem como um dos objetivos a reestruturação de universidades públicas, utilizando divisas e o setor petrolífero para impulsionar as atividades universitárias. Também houve a promessa de melhorias nas bibliotecas digitais em espaços acadêmicos, assim como solicitação de um reforço da "[...] formação político-ideológica dos valores e espírito revolucionário para ser ponta de lança na solução dos problemas inseridos no setor

[19] Natural de Barcelona, casado e com um filho, graduado em engenharia da computação.

universitário" (Alba Ciudad, 2020).

Quanto ao Estado, Durkheim (1958, p. 477) o concebe como algo muito mais do que uma instituição meramente isolada das demais, o definindo como "[...] o conjunto de corpos sociais que tem por única qualidade de falar em agir em nome da sociedade". Desta forma, nesta seção de capítulo, compreendemos que o Estado é todo o conjunto de instituições públicas e suas concessões, sendo representado pelos órgãos estatais e serviços, ainda que privados, que estejam sob a sua tutela.

A inflação foi um dos aspectos mais citados pelos imigrantes em relação às características recentes da instituição Estado. O relato de Nicanor Domínguez[20] resume o impacto dessa questão econômica no cotidiano da seguinte forma:

> O problema da alimentação, do dinheiro... A economia mudou muito... Uma realidade que você não entendia... Ganhava um salário e o salário equivalia a comprar um sonho na semana de alimentação, então era muito difícil, né? Você tratava de comprar as outras coisas com o seu [dinheiro], tratar de alimentar-se o resto do mês porque era uma economia com uma inflação muito alta, então você se sentia muito golpeado (Nicanor Dominguez – Salvador, agosto de 2022).

Logo, a elevação dos preços dos produtos, sem um aumento da renda que acompanhe esta mudança, gera problemas econômicos pessoais que afetam várias esferas da vida pessoal. Alguns dos exemplos informados por Anita González sobre essa questão é que a alta precificação, somada ao desabastecimento de mercadorias no país, impactou na aquisição de produtos básicos, incluindo alimentos e higiene pessoal. Júlio Rojo, por sua vez, tem se queixado sobre como pessoas, incluindo ele e seus colegas de turma, mesmo sendo profissionais com ensino superior e exercendo a profissão para a qual foram formados, não conseguem um salário suficiente para se manterem com algum conforto no seu país natal, enfrentando dificuldades no pagamento das mensalidades do aluguel e da alimentação.

Como o foco da compra da maioria dos imigrantes estava relacionado a produtos e serviços de sobrevivência imediata, outras mercadorias passaram a fazer falta na vida dessas pessoas, conforme o exemplo citado por Vinicius Valdez, que se queixa de não estar mais conseguindo consumir novos vestuários.

Josias Jordán[21] afirma que a desvalorização da moeda local fez com que

[20] Nascida em Coro, graduada em informática com mestrado incompleto em educação. Nome fictício.
[21] Nascido em Maracaibo, graduado em engenharia elétrica, solteiro e sem filhos.

parte da população deixasse de consumir em Bolívar, passando a realizar as suas transações comerciais em dólar. Anita González, por sua vez, chama a atenção para duas coisas importantes sobre essa questão: primeiro, que existem grupos particularmente vulneráveis, como é o caso das crianças; segundo, que a dolarização não voluntária da economia venezuelana não resolve a questão de existir uma renda insuficiente para uma aquisição suficientemente confortável de mantimentos.

> Cara, eram muitas dificuldades, inclusive eu sendo adulta, quando cheguei na Colômbia eu tinha desnutrição e já era uma menina grande, entendeu? Imagina acerca das crianças? Se eu que estava 'comendo bem' tinha desnutrição, como estavam as crianças? Aí você imagina as coisas, mas dificuldades eram muitas. O transporte, a gasolina, os implementos, a comida, os remédios... nossa! Não tinha remédios na época, agora que falam que tem em dólar e ninguém tem dólar, segue sendo uma loucura. (Anita González - Salvador, agosto de 2022)

A diminuição do poder de compra de parte da população venezuelana estaria, segundo a entrevistada Nicanor Dominguez, relacionada à falência de uma série de pequenos e médios negócios, uma vez que eles não conseguiam vender o suficiente para obter um *superávit*, o que, na sua interpretação, teria contribuído com o fechamento de sua estamparia.

A elevação da precificação das mercadorias na Venezuela pode ser confirmada pela série histórica do Índice Nacional de Precios al Consumidor do Banco Central de Venezuela (2007). O índice inflacionário do país entre janeiro de 2017 e dezembro de 2020 foi multiplicado em 31.582.612 vezes no país, cuja desvalorização chegou ao ponto da moeda nacional venezuelana sequer ser a mais comumente usada no país, sendo utilizado principalmente o dólar estadunidense nas transações comerciais (Sequín, 2022) e o Real, no caso da fronteira com o Brasil (A Tarde, 2021).

Apesar do cenário econômico, todos os participantes da pesquisa que estavam em seu país natal durante o período de recessão econômica estavam exercendo algum ofício, condizendo com os dados do Instituto Nacional de Estadística (INE) (2020), que explicitavam que a taxa de ocupação da população economicamente ativa venezuelana ultrapassava os 90% entre 2017 e 2020. Todavia, conforme verificado nos relatos, estar empregado não necessariamente resulta em ter um salário que suprisse as suas necessidades básicas, pois, alguns dos entrevistados inclusive, se queixaram de insegurança alimentar.

Apesar dos relatos dos participantes da pesquisa e das altas taxas de inflação apontadas pelo Banco Central de Venezuela (2022), o Instituto Nacional de Estadística (2019) demonstra que mesmo entre 2016 e 2019 havia uma tendência de redução da pobreza e da extrema pobreza no país, sendo elas, respectivamente, de 17% e 4% em 2019.

Segundo o órgão, a metodologia adotada para chegar a tais resultados foi o Índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas (INBI), que define a pobreza a partir de variáveis como assistência escolar, condições de vida (estrutura e serviços), educação do chefe de família e dependência dos ocupados.

O indicador para inassistência escolar por esse método são as casas com crianças entre 7 e 12 anos que não vão à escola (INE, 2019). O que indica a superlotação de lares por essa metodologia são as casas que possuem quartos em que há mais de três pessoas dormindo. Sua definição consiste no quociente entre o número de pessoas residentes na moradia e o número de dormitórios (INE, 2019). São contabilizadas como carências de serviços básicos as residências com inacessibilidade a água potável e serviços de eliminação de excremento (INE, 2019). Já o indicador da alta dependência econômica se refere aos lares, cujos chefes de família possuem uma escolaridade menor do que três anos ou três graus da educação formal e onde o número de ocupantes na casa é superior a três pessoas. Sua definição consiste em residências cujos chefes de famílias declaram possuir no máximo o segundo grau do ensino básico em um lar ocupado por pelo menos quatro pessoas (INE, 2019). Pelo índice de Necessidades Insatisfeitas, são consideradas residências pobres aquelas que possuem carências de aspectos avaliados como necessidades básicas. Um lugar é dito pobre se apresenta ao menos uma das variáveis associadas a carências; já o pobre extremo são os que apresentam mais de uma das fragilidades reconhecidas por esse método (INE, 2019).

A partir desse estudo, é gerado o mapa da pobreza como produto principal, sendo indicado pelas variáveis e indicadores da metodologia abordada. Esses indicadores podem registrar carências que medem mudanças estruturais associadas aos planos de desenvolvimento, além de servir como base para a estruturação de políticas associadas ao desenvolvimento social e econômico das regiões, estados e municípios venezuelanos (INE, 2019).

As variáveis e indicadores, por sua vez, são diferentes do que os

colaboradores da pesquisa entendem como pobreza, já que os focos dos mesmos estão essencialmente relacionados com o seu poder de compra, independente do capital cultural ou da escolaridade do chefe de família.

Um índice de medição que mais se aproxima da percepção dos imigrantes entrevistados é a pobreza multidimensional, método utilizado pelo Instituto de Investigaciones Sociales da Universidad Católica Andrés Bello (2021), cujos elementos de análise são a "conquista educacional", que considera a relevância do capital cultural da população adulta, "posse da casa", relacionada às necessidades de migrar ou não, e acesso a serviços como água potável e esgotamento sanitário.

Como a maioria dos entrevistados possui ensino superior completo ou incompleto e comumente seus pais tinham um razoável nível de escolaridade, os mesmos teriam menos indicadores para serem considerados como pobres considerando as variáveis e os critérios do índice de necessidades insatisfeitas. No entanto, devido ao fato de passarem por dificuldades financeiras, apesar de terem concluído o terceiro grau, os filhos de pais com ensino secundário ou terceiro grau, estariam pontuados para entrar no indicador da pobreza multidimensional.

Além disso, a necessidade de migrar seria um critério de pobreza multidimensional, mas não apontada pelo índice de necessidades insatisfeitas. Por essas diferenças de critério, o Instituto de Investigaciones Sociales chegou à conclusão de que em 2021, 94,5% da população venezuelana passaria por algum tipo de pobreza, das quais 76,6% estariam em situações de pobreza extrema. Um resumo da comparação entre os métodos utilizados pelo Instituto Nacional de Estadística (2019) e o Instituto de Investigaciones Sociales encontra-se no Quadro 4.

Outro fator comumente citado nas entrevistas foi a falência de micro e pequenos negócios, seja do próprio entrevistado, seja de familiares. Para sanar a situação, o governo venezuelano tem realizado medidas de apoio ao microempreendedorismo, tais como o não pagamento de taxas até 3 meses após o fim da pandemia da Covid-19, a abonação do pagamento de impostos sobre rendimentos da empresa até 6 meses após o cessamento das ondas de contaminação por coronavírus, somado a um sistema de desburocratização para registro de negócios formais (Venezuela, 2020). Desde 2021, os registros de pequenos empreendimentos são concedidos gratuitamente pelo Estado

venezuelano (Reuters, 2021). Além disso, o governo assumiu por 6 meses, a folha de pagamento de pequenas e médias empresas no ano de 2020 (Prata, 2020).

Quadro 4. Comparação entre os índices de pobreza por necessidades insatisfeitas e multidimensional na Venezuela.

	Pobreza por Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI)	**Pobreza Multidimensional**
Utilizado por:	Instituto Nacional de Estadística (INE) (2019)	Instituto de Investigaciones Sociales da Universidad Católica Andrés Bello (2020)
Critérios utilizados medição da pobreza.	Assistência escolar. Condições do lugar de moradia (Estruturais e de serviços). Educação do chefe de família.	Conquistas educacionais. Tendência de permanecer no mesmo lugar. Serviço de água potável e eliminação de excrementos.
Pobreza venezuelana registrada.	17%	94,5%
Extrema pobreza venezuelana registrada.	4%	76,6%

Fonte: Instituto Nacional de Estadística (2019); Instituto de Investigaciones Sociales (2020).
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos.

Quanto à questão sanitária, além dos já relatados problemas de saúde mental e dificuldades para adquirir medicamentos, seja por falta de dinheiro para comprá-los ou por escassez nos serviços privados, também existem pessoas que relacionam a crise alimentar no país como um fator que prejudica a saúde da população local, conforme o exemplo da fala de Nazaré Nuñez[22], que acredita que a escassez de mantimentos teria colaborado com o adoecimento e morte de sua mãe.

Existem outras questões estruturais neste sistema que foram descritas, como a falta de equipamentos básicos em unidades hospitalares, conforme o relato de Vinícius Valdez acerca das dificuldades para obtenção de atendimento para suas irmãs grávidas.

Para lidar com essa questão, o governo venezuelano anunciou em 2018 o investimento de 270 milhões de Euros no setor sanitário, com o intuito de serem usados em áreas como a modernização de hospitais universitários, fornecimento de medicamentos de alto custo para pacientes com câncer, portadores da síndrome da imunodeficiência adquirida e transplantados, remédios de utilização em massa,

[22] Gerente de vendas, casada e com um filho. Nome fictício.

recuperação de seguros sociais, hemodiálise, atenção hospitalar, entre outros (Venezuela, 2018).

A insegurança pública também foi uma questão relatada por alguns dos nossos entrevistados. Na percepção da imigrante Anita González, o país tem enfrentado um aumento da criminalidade devido ao empobrecimento de parte da população local, que, segundo ela, levaria algumas pessoas a tomarem atitudes desesperadas para sobreviverem. O venezuelano Raul Riviera [23]inclusive relata ter sido vítima de uma tentativa de latrocínio por meio de arma branca, gerando sequelas em seu corpo e levando à necessidade de realizar procedimentos cirúrgicos. Júlio Rojo, por sua vez, responsabiliza radicalismos políticos, tanto da oposição quanto da situação, pelas tensões envolvendo a integridade física das pessoas. Rojo diz ainda que essa situação o torna temeroso quanto à integridade de seus familiares.

Para lidar com os problemas de segurança urbana, Maduro propôs, no ano de 2022, uma reformulação no sistema policial venezuelano, com o objetivo de torná-lo "mais humanizado", priorizando a "paz" e a "convivência cidadã". Ele afirmou que a polícia está preparada para lutar continuamente contra a criminalidade e proteger a população em todo país (Gazeta do Povo, 2022).

Também há relatos de instabilidade nos serviços de energia e internet, que não são utilizados apenas para o lazer, mas também para o exercício das atividades laborais, conforme explicado por Júlio Rojo, que afirma ter enfrentado dificuldades para exercer a função de engenheiro de *software*, dizendo que a fragilização destes sistemas chegou a colocar o seu emprego em risco.

1. Urribarrí e Hernandéz (2018) apontam que, a partir de 2015, devido a uma crise econômica, houve uma forte deterioração dos serviços de telecomunicações. Também em 2015, o governo bolivariano prometeu duplicar a velocidade do acesso à internet pública do país, inclusive realizando um convênio com a China para melhorar os serviços de telecomunicações. Naquele mesmo ano, o governo afirmou que a internet pública já estava disponível em 4.300.000 residências (Venezuela, 2015). O governo venezuelano alega que há

[23] Nascido em Bolívar, cabelereiro, solteiro e sem filhos.

> uma guerra energética no país, causada por fatores externos, com o objetivo de instalar o terror na população local, e responsabiliza os Estados Unidos e a extrema direita venezuelana por esses ataques. Também afirma que essas sabotagens ao setor energético "[...] geraram uma maior unidade do povo diante da adversidade e aumentaram os níveis de consciência e luta para preservar a paz e a estabilidade no país" (Venezuela, 2020, s. n.).

Vinicius Valdez se queixa de que houve uma piora nos serviços de transporte público no país, o que, em sua interpretação da realidade, faz com que muitas pessoas tenham que se deslocar por longas distâncias a pé até o trabalho. Para solucionar esta questão, o governo elaborou uma série de estratégias para a melhoria da operacionalidade do sistema. Os principais aspectos abordados para atingir esse objetivo foram: o policiamento nos terminais e vias de trânsito, a criação de espaços destinados nas autoestradas a atenderem as necessidades do transporte público, a diminuição no tempo de espera e maior mobilidade no transporte interurbano (VTV, 2020).

Em última análise, podemos concluir que essa desterritorialização na imobilidade é resultado da fragilização das instituições sociais do país. Esse enfraquecimento das relações territoriais se enquadra em duas das perspectivas da desterritorialização, conforme proposto por Haesbaert (2011), a econômica e a política.

A primeira perspectiva dimensional da desterritorialização explicitada pelo autor Haesbaert é a econômica, configurada pela dinâmica entre o território e o mundo empresarial e financeiro. Em nosso contexto, essa perspectiva está presente justamente na descaracterização da economia venezuelana, afetando empresas, indústrias e corporações, tanto públicas quanto privadas, e interferindo diretamente na renda e nos meios de subsistência de parte da população local. Essa situação é amplamente evidenciada nos relatos dos imigrantes entrevistados.

Uma segunda dimensão da desterritorialização a ser analisada neste aspecto, segundo os critérios do geógrafo citado, é a política, focada nas questões territoriais do Estado-nação. Em nosso caso, constatamos que a Venezuela, desde meados de 2010, tem passado por graves momentos de turbulência política, enfrentando tentativas de golpes e atentados homicidas ao presidente venezuelano,

protestos violentos e a autoproclamação do poder legislativo em escolher quem seria o legítimo líder do país.

Além das questões envolvendo o reconhecimento da comunidade internacional a Maduro ou Guaidó, quanto à legitimidade do mandato presidencial, há a descredibilização por parte da população em relação às instituições estatais, resultando, inclusive, na baixa adesão ao voto nas urnas. Ainda nessa seara, o governo de Maduro tem sido constantemente acusado de violações de direitos humanos e de adotar posturas ditatoriais.

3.3. Caminhos para o Brasil: principais motivações, rotas, desafios e sobrevivências

As principais motivações relatadas pelos participantes da pesquisa para saírem do seu país de origem são variadas, porém, é necessário encontrarmos padrões nas narrativas, pois elas não comportam

> [...] apenas a listagem de acontecimentos, mas uma tentativa de ligá-los, tanto no tempo quanto no sentido. Se nós considerarmos os acontecimentos isolados, eles nos apresentam como simples proposições que descrevem acontecimentos independentes. Mas se eles são contados estruturados em uma história, as maneiras como eles são contados permitem a operação de sentidos do enredo (Jovchelovitch; Bauer, 2008, p. 92).

E diante destes depoimentos, constatamos que, em sua maioria, as migrações foram decididas principalmente por questões financeiras, sendo a precarização de serviços públicos o segundo fator mais relatado. Também existem pessoas que saíram da Venezuela antes dos problemas econômicos no país, mas que não pretendem retornar à nação bolivariana devido aos desafios enfrentados no território sul-americano em questão.

Nicanor Domiguez, por exemplo, relata que inicialmente trabalhava como coordenador no setor de informática da prefeitura na cidade em que residia. Porém, com o mandato de uma nova gestão municipal, houve uma reestruturação do quadro de funcionários públicos da cidade. Com isso, a depoente retornou à sua cidade natal e abriu um negócio na área que, apesar de julgar inicialmente rentável, passou

a apresentar sucessivos *déficits* ao longo do tempo. A falta de perspectivas foi considerada um dos principais motivadores de sua emigração.

Júlio Rojo, por sua vez, responsabiliza a desvalorização do Bolívar, que minou consideravelmente seu poder de compra, como um dos principais fatores para sua decisão de sair da Venezuela. No entanto, o que sacramentou sua decisão foi um episódio no qual sua cidade ficou 10 dias com lapsos de energia elétrica entre 8 e 9 horas, atrasando sensivelmente as metas de seu trabalho. Esse mesmo evento, segundo seu relato, também motivou a emigração de mais duas colegas de trabalho, que também são engenheiras de *software*.

Josías Jordan também responsabiliza a crise venezuelana por sua saída do país. No entanto, sua decisão foi sacramentada pela emigração de sua namorada, o que o levou a acompanhá-la em sua jornada.

Já Roberto Rodríguez diz ter planejado sair do país desde 2016, motivado, sobretudo, pela insegurança alimentar e pela deterioração das condições de trabalho em seu território de origem. Ele chega a afirmar que até mesmo os professores estão aceitando “qualquer coisa para sobreviver”. Essa situação, em sua interpretação da realidade, seria inclusive uma das grandes causas do êxodo de venezuelanos para outros países. Ele também afirmou sentir sensação de prisão, pois planejava sair do país há certo tempo, mas não conseguia acumular a quantia necessária para a concretização de sua migração. No entanto, acredita que a situação é pior para quem tem filhos.

> Se você tem filhos você tem que juntar dinheiro também para mandar ele para a escola, para que eles façam faculdade, então é tudo uma complicação. Por exemplo, em um dia eu poderia ganhar 10 dólares e aí esse 10 dólares você gastava ele em uma comida, café da manhã, um almoço, uma janta, então isso é uma pressão que você tem em sua cabeça, ‘o que eu vou comer amanhã?’, ‘o que eu vou comer hoje?’ e o que eu vou dar para comer para os meus filhos, para a minha mãe, para o meu pai. Essa é a principal realidade da Venezuela, que você fica preso no seu país, não pode sair e se você sair, então, você tem a sua família que está lá e você fica pensando o dia todo ‘a minha família está lá, eles estão comendo, eles estão bem, eles têm remédios, eles têm coisas lá?’, você fica pensando o dia todo se você está fora. E se você fica no país, aí então você está pensando ‘o que eu vou fazer com a minha vida’ (Roberto Rodríguez, Salvador, agosto de 2022).

Apesar de Roberto Rodríguez não ter filhos, foi justamente ter que focar nas necessidades imediatas de sobrevivência que fez com que o participante da pesquisa tivesse o seu planejamento para chegar ao Brasil em 2016 retardados,

situação essa que ele diz ter causado uma sensação de insegurança.

O evento que consolidou a decisão de Jonas Jimenez de sair do país foi o seu descrédito com as instituições nacionais, uma vez que este entrevistado diz ter participado de um concurso público para a carreira policial. Acredita, contudo, que tenha acontecido uma série de irregularidades no decorrer do processo seletivo. De acordo com suas palavras, houve pessoas que se ausentaram nas primeiras etapas do processo, mas, ainda assim, estariam em fases avançadas, incidente que, segundo a sua acusação, o teria prejudicado. Ele afirma sentir-se injustiçado e humilhado.

Daniel Santander[24], por sua vez representa um caso à parte em relação ao perfil de nossos entrevistados, uma vez que ele chegou ao Brasil no ano de 2007, seis anos dos primeiros indícios de crise no país. Santander relata não ter passado por nenhuma grande dificuldade financeira ou problemas com as instituições sociais venezuelanas, sendo a sua emigração motivada por um programa de intercâmbio entre o Brasil e a Venezuela, quando o mesmo aproveitou a oportunidade para seguir pós-graduação no país lusófono, o que não se configuraria como uma "migração de crise".

As despedidas demonstraram ser um momento particularmente sensível para a maioria dos depoentes devido à necessidade de deixar seus amigos e familiares. Por exemplo, Anita González, apesar de afirmar que uma de suas motivações é ajudar financeiramente aos seus pais, relata ter sido bastante doloroso se despedir da sua mãe, apontando como principal causa de sua angústia a incerteza de vê-la novamente.

Outra despedida foi a de Jonas Jiménez, que por sua vez, se resumiu ao seu núcleo familiar composto por sua mãe, avó e irmão, chegando a realizar uma viagem para dar as suas últimas palavras presenciais ao seu pai antes de sair do seu país natal. A sua viagem internacional surpreendeu os seus amigos, já que o período entre a decisão de migrar e a saída da Venezuela demorou poucos dias, não chegando inclusive a comunicar este evento para não consanguíneos.

Roberto Rodríguez se comportou de outra forma perante esta situação,

[24] Natural de Mérida, professor, casado e sem filhos. Graduado em administração, mestre e doutor em engenharia da produção. Nome fictício.

preferindo se despedir de cada um dos seus amigos e familiares mais próximos, afirmando ter sido uma experiência triste, uma vez que, apesar da sua promessa de retorno, no fundo, todos sabiam que era algo incerto. Apesar de toda carga emocional envolvida neste processo, seus amigos e familiares apoiaram a sua saída do território venezuelano, que na interpretação de Rodríguez, ocorreu justamente pela ciência das adversidades que ele tinha enfrentado em sua terra natal.

Os relatos de despedida mais tranquilos vieram de Raul Riviera e de Daniel Santander. O primeiro teve a sua saída do país planejada há anos, o que em tese teria preparado tanto o depoente quanto os seus familiares para este momento, relatando que o seu caso também foi um consenso entre os seus familiares. Quanto a experiência de Santander foi um contexto de despedida em que todos imaginavam que ele apenas realizaria pós-graduação no Brasil e voltaria assim que concluísse os seus estudos, não gerando assim nenhum tipo de trauma nem para ele e nem para os seus familiares quanto a saída da Venezuela em si.

As maiorias dos imigrantes relataram também já estar no outro lado das despedidas, tendo amigos e familiares espalhados pelo mundo. Foi a situação de Nicanor Dominguez que possui uma irmã e uma sobrinha residentes no Peru e uma tia na Espanha. Quanto aos amigos, estariam dispersados pelo mundo, relatando que os destinos deles estão relacionados com a sua classe social, enquanto os que possuíam as menores rendas tendiam a ir para outros países da América Latina, os que detinham melhores condições financeiras emigravam principalmente para Estados Unidos e Europa.

Podemos compreender estes laços afetivos a partir do ponto de vista dardeliano de que, para cada pessoa e agrupamento humano os diferentes países possuem uma carga subjetiva, assim como a força dos espaços de vivência são tão importantes para nós que uma alteração não desejada de onde vivemos, ou a nossa impossibilidade de permanecer nele pode nos trazer nostalgias e sentimentos ruins devido a um conflito entre o “interior” e o “exterior” (Dardel, 2011).

Segundo Dardel (2011), existe uma grande vontade de voltar a viver naquilo que nos sentíamos confortáveis, cujas mudanças materiais são mais do que uma matéria em si, e sim um conjunto de lembranças que se relacionam com a nossa história. Segundo o mesmo autor, a nossa existência, isto é, o nosso “Ser no mundo”, ocorreria a partir do nosso país natal, sair dele é sair de onde nos sentimos

seguros enquanto sensação de pertencimento para nos aventurarmos no desconhecido. É não estarmos mais no nosso “lar”, estando fora de onde inicialmente nos sentíamos acolhidos.

Os locais mais citados pelos imigrantes quanto ao destino de amigos e familiares são os Estados Unidos da América e países da América Latina e Europa. Raúl Rivera, por exemplo, afirma ter pessoas próximas que, até o momento da entrevista, se encontravam na Colômbia, no Peru e nos Estados Unidos. Gabriel Guerrero revela que a sua mãe mora na Espanha, e seu pai e seu irmão na Colômbia.

Outros relatos de amigos e familiares que estão fora da Venezuela são de Josias Jordán. O imigrante revelou ter irmãos na Espanha, Austrália, México e Reino Unido. Roberto Rodríguez diz que seus pais estão no Peru e seus amigos estão na Argentina, no Chile, na Colômbia e no Equador. Júlio Rojo, por sua vez, diz ter um amigo na Argentina, mas que o principal destino dos seus amigos seria o Chile, existindo alguns amigos também no Peru, na Colômbia, na Bolívia, no Panamá, no Equador, na Espanha e em Portugal, Argentina, Paraguai e Irlanda. Esses relatos revelam um processo de dispersão geográfica dos migrantes e, uma desagregação familiar. Trata-se de vidas partidas que afetam a convivência cotidiana.

O Brasil nem sempre foi o primeiro destino dos imigrantes entrevistados, tendo alguns migrado primeiro para Colômbia, a exemplo de Anita González que neste país teve a sua primeira residência internacional, se aproveitando do fato do seu pai ser colombiano.

González relata que os problemas passados na Venezuela a adoeceram, indo para o país vizinho já enferma, necessitando ter que ficar cerca de um mês internada. Também houve uma mudança de paradigma na sua vida profissional, já que na Venezuela vendia cadernos com a sua mãe e na outra nação andina ela continuou no comércio, porém no setor de roupas. Todavia, vale ressaltar que neste novo estabelecimento a entrevistada relata ter sofrido assédio moral, causando assim um agravamento do seu quadro depressivo.

Apesar de também ter nacionalidade colombiana, Anita revela ter sofrido xenofobia devido à nacionalidade do seu pai, sendo identificada como estrangeira em decorrência de seu sotaque, recebendo ainda mais ofensas quando passou a

trabalhar no ramo de telemarketing, recebendo xingamentos das pessoas que atendia, o que agravou sua saúde mental.

> O processo de você ser migrante é muito incrível, pensar que mesmo nós sendo hispanohablantes eu recebi xenofobia, aí quando a gente vai pegar algum produto para o seu telefone e percebiam o meu sotaque já falavam ‘venezuelana’ (Anita González, Salvador, agosto de 2022).

Essas adversidades, somadas a sua demissão a motivou residir no Peru, todavia, diz ter sido alertada por agentes de migração colombianos que também sofreria intolerância em território peruano, o que segundo a depoente, viria a ser confirmado. Chegando ao seu segundo país de imigração, González também afirma ter sofrido xenofobia, sendo o seu sotaque igualmente um marcador da sua estrangeiridade e consequente repulsa por parte da população local. Outro problema em território peruano foram os subempregos em que a mesma teve que se sujeitar para sobreviver. Anita fez a seguinte reflexão de suas migrações para a Colômbia e o Peru:

> A migração me fez enxergar uma parede que eu parei meus estudos, minha faculdade, e você vê os anos se passando, mas não enxerga a evolução, você está trancada em um buraco muito grande. Foi tudo muito complicado, financeiro e social como mulher e como migrante. [...] Às vezes mexem muito com você e você não sabe muito bem como reagir. Acontece que me machucaram muito porque já tinham muitas coisas acontecendo comigo, como uma cirurgia ao qual me fez perder um ovário. Não tinha mais o bom cartão que eu queria por ser estudante e depois vivia o dia-dia com louvor, trabalhava, ia para casa e dormia. Essa era minha vida. (Anita González, Salvador, agosto de 2022)

Estes desafios da mulher migrante são discutidos por Roig (2018), cuja interpretação consiste no fato do gênero feminino ser historicamente desprivilegiado na questão salarial, fator que, aliado às próprias fragilidades de grande parte dos imigrantes pelo mundo agravam as vulnerabilidades femininas, as levando a empregos que as tornam ainda mais sujeitas a exploração, a violência e ao abuso.

Já a deterioração da sua saúde não se dá por acaso, uma vez que, segundo Topa, Neves e Nogueira (2013), as mulheres migrantes são mais sujeitas a doenças físicas e mentais do que as do próprio país. No entanto, as autoras ressaltam que nem toda mulher migrante está tão susceptível, sendo agravado pela inacessibilidade de serviços sanitários e falta de preparo dos profissionais de saúde.

Quem também fez esse percurso, inicialmente para a Colômbia e posteriormente para o Peru, foi Josias Jordán, onde chegou a atuar como

engenheiro em Bogotá sem grandes dificuldades para conseguir o seu primeiro emprego, porém, devido a um conjunto de problemas pessoais teve que se mudar para o Peru. O mesmo relata ter passado por longas filas e intempéries, tanto para entrar quanto para sair do seu segundo país de migração. No Peru ele se queixa de receber discriminação no mercado de trabalho por questões de xenofobia, alegando receber menos mesmo exercendo as mesmas funções que os locais, havendo também uma dificuldade para ascender profissionalmente.

A Colômbia também foi o destino inicial de Jonas Jimenez. Ele relata ter passado por um breve momento antes de chegar ao Brasil, após ter conseguido juntar dinheiro trabalhando no restaurante de sua mãe. Esse mesmo país também foi a primeira migração internacional de Raul Riviera, que, assim que se recuperou de uma tentativa de latrocínio, decidiu residir no país vizinho, chegando a morar lá por oito meses. Roberto Rodríguez, assim como Nicanor Domínguez, também moraram na Colômbia, mas não foram diretamente ao país lusófono, pois retornaram à Venezuela para um breve reencontro com amigos e familiares antes de virem para o Brasil.

A proporção de pessoas que chegaram a residir no território colombiano está de acordo com a dinâmica dos fluxos migratórios venezuelanos, conforme explicitado na Tabela 4. Nela, constata-se que a Colômbia é o principal destino desses migrantes, com um contingente de 2.500.000 venezuelanos até março de 2023. Isso ocorre porque a Colômbia é o único país vizinho que também fala espanhol. Em segundo lugar está o Peru, com 1.500.000 venezuelanos, que, além de ser outro país de língua castelhana, é vizinho da própria Colômbia, recebendo assim parte dos imigrantes que inicialmente migraram para aquele país.

Em terceiro lugar, estão os Estados Unidos, país com um longo histórico de imigração internacional, sendo um dos principais destinos de toda a migração latino-americana. No que diz respeito especificamente à imigração da população venezuelana, os Estados Unidos são seguidos pelo Equador, também vizinho da Colômbia, com 502.500 pessoas, e pelo Chile, com 444.400 pessoas, sendo outro país de língua espanhola na América do Sul. O fator do idioma, aliado aos laços históricos, faz com que a Espanha seja o sexto principal destino dessa emigração (R4V, 2023).

Apesar de ser um país vizinho, o Brasil é apenas o sétimo com o maior

contingente de venezuelanos, principalmente devido à diferença de idioma. Em oitavo lugar, temos a Argentina, com cerca de 22.600 venezuelanos, um país que, apesar de também estar na América do Sul e falar espanhol, possui uma distância geográfica considerável da Venezuela. Outro país latino-americano que figura entre os mais procurados é o Panamá, com 147.600 venezuelanos, e em décimo lugar temos a República Dominicana, com 11.300 migrantes venezuelanos.

Tabela 4 - Principais destinos dos migrantes venezuelanos (2023)

País	Migrantes venezuelanos
Colômbia	2.500.000
Peru	1.500.000
Estados Unidos	545.200
Equador	502.200
Chile	444.400
Espanha	438.400
Brasil	426.000
Argentina	220.600
Panamá	147.600
República Dominicana	115.300

Fonte: R4V (2023).
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos.

4. A RETERRITORIALIZAÇÃO DE IMIGRANTES VENEZUELANOS EM SALVADOR: perfil e travessias.

Chegar em outro país envolve a experiência de uma nova territorialidade, processo conhecido como reterritorialização, que em um contexto migratório é descrito por Haesbaert (2000) como uma des(-re)territorialização “no movimento”, fenômeno que buscamos compreender nesta parte do trabalho.

Na primeira seção levantamos um perfil geral dos migrantes e a distribuição espacial da comunidade venezuelana nas escalas nacional, estadual e municipal, por meio dos dados disponibilizados pelo SISMIGRA. Para que esta sistematização fosse realizada consideramos os fluxos dessa diáspora, assim como locais de residência e ocupações exercidas.

Nossos dados primários são decorrentes dos relatos de 10 venezuelanos que residem ou já residiram no município de Salvador, levando em consideração a readaptação dos mesmos à suas novas realidades territoriais e, os dados secundários são provenientes de órgãos estatais brasileiros, assim como artigos e matérias jornalísticas.

A partir deste conjunto de informações elaboramos o segundo subcapítulo, intitulado de “Travessias: venezuelanas em Salvador: rotas e redes”. O primeiro momento dessa discussão reside na contextualização da chegada na capital baiana a partir do momento em que o migrante já está em território brasileiro. Nessa etapa, questionamos os imigrantes sobre os seus primeiros passos no Brasil, incluindo o processo de entrada, transportes utilizados, municípios de residência antes de chegar a Salvador e quem os ajudou a se estabelecer na capital baiana.

Já a terceira seção, chamada de “A vida migrante em Salvador: reterritorializações nas perspectivas política, cultural e econômica” adaptamos as discussões de Rogério Haesbaert sobre as perspectivas da desterritorialização para as próprias reterritorirializações no contexto da diáspora venezuelana na capital baiana, pois o próprio autor compreende que para toda desterritorialização há uma reterritorialização, logo, para toda a desterritorialização política há uma reteterritorialização política, para toda desterritorialização cultural há também uma reterritorialização cultural e para toda desterritorialização econômica há também

uma reterritorialização econômica.

Estas perspectivas foram relacionadas com os conceitos bourdesianos de campo, mais especificamente aos campos político, cultural e econômico, por serem dimensões da vida humana que participam diretamente das reterritorializações nas perspectivas anteriormente mencionadas.

Neste subcapítulo as perguntas foram separadas em dois blocos. No primeiro nos referimos mais diretamente a sua experiência migrante na realidade soteropolitana, como as principais diferenças e semelhanças entre viver em Salvador e no seu país natal, ofícios laborais exercidos e relações com outros venezuelanos. No segundo bloco os indagamos sobre os seus planos para o futuro, como planejamentos ou não de voltar à Venezuela, profissionalização no Brasil e a forma sobre como eles planejam estar no país em um prazo de quatro anos.

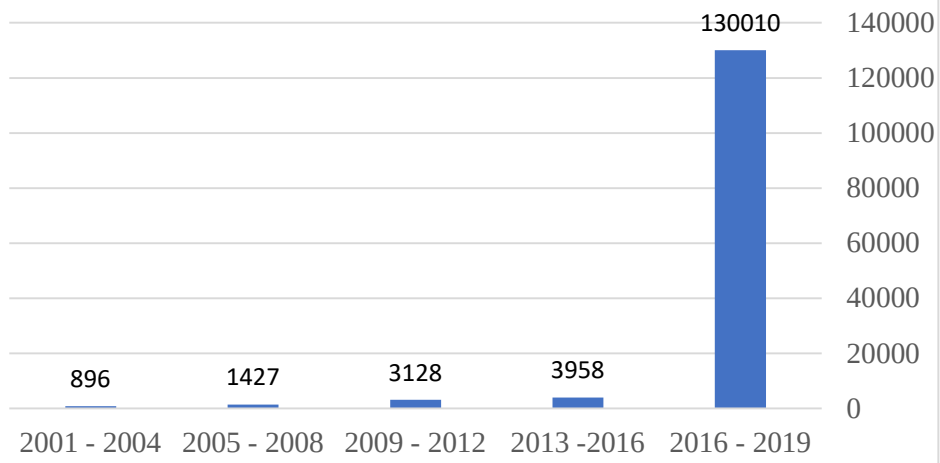
4.1. Perfil ocupacional e distribuição espacial dos imigrantes

4.1.1 No Brasil

Os dados explicitados no Gráfico 1 demonstram que a chegada de venezuelanos no Brasil não ocorreu de maneira temporalmente uniforme, mas apresentam uma concentração no final da segunda década do século XXI. Apesar de Brasil e Venezuela serem países vizinhos, a migração dos andinos na América Portuguesa era pouco expressiva até o quadriênio 2013-2016, tendo o Brasil recebido apenas 896 (0,6%) venezuelanos entre 2001 e 2004; 1.427 (1%) entre 2005 e 2008; 3.128 (2,2%) entre 2009 e 2012; 3.958 (2,8%), entre 2013 e 2016, enquanto imigraram 130.010 (93,2%) andinos entre 2017 e 2019.

A mudança desse cenário coincide com a crise que a Venezuela tem enfrentado desde a segunda metade dos anos 2010, tendo o quadriênio 2017-2019 somado mais caribenhos do que todos os outros anos anteriores deste século juntos.

Gráfico 1 - Venezuelanos com Registro Nacional Migratório no Brasil (2001-2019).



Fonte: SISMIGRA, 2020.
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos

Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2022) interpretam que existem três ondas de imigração venezuelana no Brasil, tendo a primeira como destino principalmente a região Sudeste entre os anos 2000 e 2015, se configurando, segundo as autoras, como migrações transnacionais advindo da realocação de empresas e não se relacionando com qualquer ação de caráter humanitário.

A segunda e a terceira ondas estão relacionadas com a intensificação do fluxo de venezuelanos no Brasil devido à crise econômica e política em seu país natal. Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2022) afirmam que a segunda onda compreende ao biênio entre 2016 e 2017 de pessoas que pleiteavam se estabelecer em território brasileiro.

A terceira onda, segundo as autoras, é marcada pela flexibilização das leis migratórias envolvendo os venezuelanos no Brasil, apesar da existência de uma série de desafios existentes para a emissão de vistos permanentes no país, pois apesar dos avanços ainda se constata uma falta de clareza que prejudica a regularização de parte dessa comunidade no país lusófono.

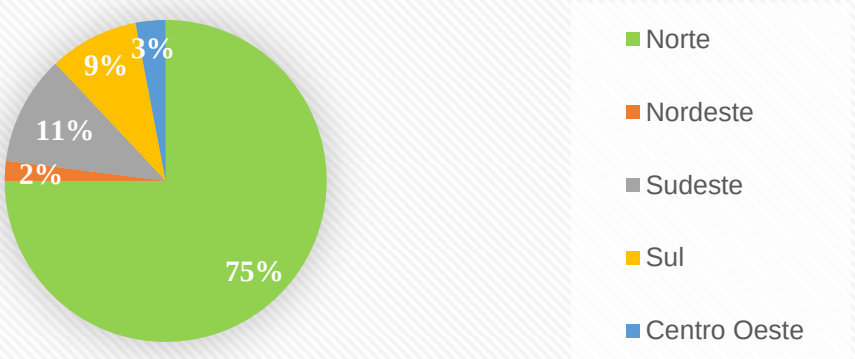
Nesta fase também se consolida o caráter humanitário voltado para parte dos estrangeirizados, havendo parcerias mais concretas entre a ONU e o poder público brasileiro. Em termos de fluxos migratórios, uma das principais características dessa onda, é a diminuição da chegada de imigrantes no de 2020 devido às restrições das

migrações internacionais devido à pandemia do coronavírus, podendo se pensar em quarta onda durante o período pós-pandêmico.

Segundo o SISMIGRA (2020), entre 2000 e 2019 adentraram no território brasileiro 71.915 homens venezuelanos e 66.657 venezuelanas e 8 pessoas de gênero não especificado, o que corresponde a respectivamente a 52%, 48% e menos de 1% de toda essa população caribenha no Brasil. Já em 2020, até o mês de março, quando as fronteiras terrestres e voos internacionais passaram por severas restrições devido à pandemia do coronavírus, as proporções entre as migrações por gênero também eram de 52% (12.438) para homens e 48% (11.485) para mulheres. Esses dados demonstram que a migração masculina é apenas levemente maior, não havendo uma discrepância significativa entre os gêneros.

Os dados do Gráfico 2 demonstram que a distribuição da população de venezuelanos no Brasil também não é uniforme, pois existe uma concentração de pessoas portadoras de Registro Nacional Migratório (RNM) no Norte, totalizando 75% de todos estes documentos, devido principalmente ao fato desta região ser fronteiriça entre os dois países. Outras regiões com venezuelanos no Brasil explicitados no Gráfico 2 são a Sudeste com 11% de toda essa população, Sul com 9%, Centro Oeste com 3% e Nordeste com 2%.

Gráfico 2 - Venezuelanos residentes no Brasil, por região. (2000 e 2019)



Fonte: SISMIGRA 2020.
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos.

Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2022) realizaram uma correlação entre os períodos das ondas migratórias venezuelana no Brasil e os destinos de estabelecimento dos imigrantes na América Portuguesa. Na interpretação das demógrafas, durante a primeira onda migratória (2000-2015), os principais destinos eram as regiões metropolitanas do Sudeste do país, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, amparados pelo antigo Estatuto do Estrangeiro, que cumpria as questões burocráticas para a entrada de pessoas de outras nacionalidades em um caráter não emergencial, pelo fato da Venezuela ser até então um membro do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) os bolivarianos possuíam facilidade maior de circulação no Brasil do que a maioria das pessoas de outros blocos econômicos devido a acordos internos de migração.

Na segunda onda (2016-2017) as migrações venezuelanas passaram a se concentrar no estado de Roraima, havendo também um grande contingente populacional dessa diáspora no Amazonas, Minas Gerais e estados do Sul do Brasil, sendo que nessa região há uma importante comunidade do país andino no interior de suas unidades da federação (Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2020).

Segundo as autoras, a terceira onda, iniciada a partir de 2018, se concentra em Roraima e no Amazonas, porém, estados fora da região Norte passaram a receber mais pessoas dessa comunidade bolivariana no Brasil, sobretudo as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Segundo o Sistema Nacional de Registro Migratório (SISMIGRA, 2020) apenas o estado de Roraima tinha mais de 80% de toda essa população bolivariana na região Norte do Brasil, justificando assim políticas de redistribuição populacional por meio da “Operação Acolhida”, programa criado em 2018 pelo Governo Federal especializado no atendimento de venezuelanos na fronteira, dadas as fragilidades estruturais daquele estado, pois, desde a fundação do projeto mais de 64 mil pessoas foram levadas para outros estados (BRASIL, 2022)

Esse deslocamento populacional resultou em uma série de problemas. Um deles refere-se à ocupação laboral, principal objetivo daqueles que emigraram. Conseguir emprego em outros estados federados é uma das razões pelas quais a Operação Acolhida realiza o transporte interestadual, se limitando a os levar para outra unidade da federação, o que não é garantia de conseguir emprego, ainda mais em um período que coincide com a fase de recessão econômica no Brasil.

Dessa forma, a questão do emprego fica a cargo tanto das pessoas e organizações que os acolhem em outros estados brasileiros, quanto dos próprios imigrantes, causando uma grande vulnerabilidade social, correndo o risco, que mesmo fora de Roraima, continuem desempregados ou se sujeitam a subempregos. Isso não é um problema apenas para o imigrante em si, mas também para os membros da família, necessitantes da ajuda financeira do mesmo, já que nem toda casa de acolhimento consegue atender todo o núcleo familiar, existindo a possibilidade da separação dos seus membros em organizações diferentes, ou mesmo em outros países, principalmente da América Latina.

Ainda na região Norte do Brasil, existe outro estado com um grande contingente de venezuelanos, o Amazonas. O Serviço Nacional de Registros Nacionais Migratórios (SISMIGRA) computou mais de 4 mil novos documentos entre 2018 e 2020, o que justificou a instalação de postos da Operação Acolhida na cidade de Manaus.

Nesse mesmo período, o órgão brasileiro responsável pela contagem de estrangeiros revela que São Paulo é o único estado fora da região Norte a ser a moradia de mais de 6 mil venezuelanos, contabilizando, sozinho, mais imigrantes do que todos os outros estados do Sudeste somados. Apesar do grande contingente em terras paulistas é a região Sul que mais tem imigrantes residentes dessa nacionalidade no intervalo de tempo mencionado, com uma população de 14.262 bolivarianos nos três estados, sendo 4.552 no Rio Grande do Sul, 4.895 em Santa Catarina e 4.815 no Paraná.

Segundo os dados da Tabela 1 (que só aparecem as funções ocupadas por pelo menos 2.000 pessoas), mais de dois terços da comunidade venezuelana no Brasil, entre os anos de 2000 e 2019 (cuja grande maioria chegou a partir de 2016), já exerciam alguma atividade laboral antes de entrar no país. Destes, 87% realizavam trabalhos que não necessariamente exigia ensino superior que, por sua vez, equivalem a atividades bastante diversificadas, porém, algumas se destacam, como é o caso dos serviços domésticos, que nesse período somava 10.780 trabalhadores, isto é, 12% dos migrantes objeto do levantamento. Todavia, a categoria mais numerosa eram os que informavam os estudos como principal ocupação, atingindo o número expressivo de 27%.

Tabela 1: Ocupações exercidas por venezuelanos no Brasil entre 2000 e 2019.

OCUPAÇÃO	NÚMEROS	
	ABSOLUTOS	RELATIVOS
Estudantes	24.838	27%
Serviços domésticos	10.780	12%
Vendedores, comerciantes e afins	9.334	10%
Menor de idade (não estudante)	8.699	9%
Trabalhadores da construção civil sem ensino técnico ou superior	8.358	9%
Sem ocupação	6.482	7%
Mecânicos, metalúrgicos e afins	4.436	5%
Professor ou assemelhado	4.034	4%
Cozinheiros, mordomos, governantas e afins	4.024	4%
Barbeiros, cabelereiros, esteticistas e afins	3.805	4%
Motoristas e trabalhadores do transporte rodoviário	2.252	2%
Profissionais liberais e afins	2.233	2%
Arquiteto, engenheiro civil, agrimensor ou assemelhado	2.040	2%
Eletricista, mecânico, reparador de aparelhos e afins	2.001	2%
Total	93.316	100%

Fonte: SISMIGRA 2020.
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos

Também pela Tabela 1 é demonstrado que os venezuelanos têm sido bastante atuantes no comércio, pois, no intervalo de tempo entre 2000 e 2019, representavam 9.334 imigrantes no Brasil. Outras ocupações de destaque dessa população se refere aos profissionais da área de mecânica e metalurgia com 4.436 operários, os professores com 4.034 pessoas. As atividades específicas do lar, como cozinheiros, governantas e mordomos, somavam 4.024 pessoas.

A Tabela 1 também explicita que na faixa abaixo dos 4 mil profissionais venezuelanos, existem várias outras ocupações, indicando, assim, que o perfil laboral dos andinos em questão é muito diversificado no Brasil, não havendo,

portanto, nenhuma concentração em uma só profissão ou setor, apesar de existirem áreas de atuação mais numerosas do que outras.

Segundo o Sistema Nacional de Registro Migratório (2020), 35% dos venezuelanos que chegaram ao Brasil no período entre 2000 e 2019 não possuíam nenhuma profissão por uma série de fatores, sendo a mais comum o fato de serem estudantes que na época somava 24.848 imigrantes, formando proporcionalmente 27% de toda essa população bolivariana. Os que eram até então menores de idade, mas que não estudavam, eram 9% dos venezuelanos. Não trabalhavam ou estudavam equivaliam a 5% dos caribenhos no território brasileiro. Aposentados, pensionistas, donas de casa, entre outras categorias, que não são contabilizadas nem como trabalhador, estudante ou menor de idade, chegavam apenas a 1% dos migrantes venezuelanos.

Tais dados, portanto, revelam que a maioria dos venezuelanos que chegam ao Brasil já possui alguma função profissional e dos que não possuem têm como maior recorte os estudantes. Sobre os que estavam trabalhando, conforme os dados obtidos pela Tabela 1, podemos compreender que a maioria, até o ano de 2020, estavam em atividades profissionais que não exigem ensino superior. Quanto ao nível de escolaridade das ocupações exercidas por venezuelanos no Brasil entre 2000 e 2019, conforme os dados explicitados pelo Gráfico 3, 87% estão em ocupações que não exigem nível superior, enquanto os 13% estão exercendo funções cujo 3º grau é obrigatório.

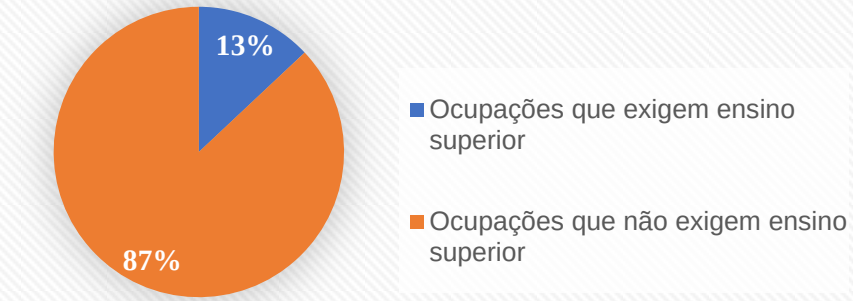
Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2022) afirmam que existe uma correlação entre o perfil ocupacional dos imigrantes venezuelanos e o período de entrada dos mesmos. Segundo a recuperação histórica realizada pelas autoras, o Brasil apresentou uma “entrada de cérebros” venezuelanos na década de 1990, todavia houve uma diminuição dessa imigração nos anos 2000, devido a problemas econômicos no país lusófono. Contudo, esse tipo de migração volta a crescer na primeira metade da década de 2010, devido a transferência de empresas transnacionais para a América Portuguesa.

Segundo as demógrafas, até o ano de 2015, essa imigração era composta principalmente por cientistas, pesquisadores, professores, estudantes universitários, administradores, gerentes, diretores, executivos e médicos, tendo esta última profissão relacionada com o Programa Mais Médicos. Outras carreiras de destaque

também envolviam empreendedores, químicos, economistas, físicos, geólogos e programadores.

A partir de 2016 houve uma mudança no perfil ocupacional dos imigrantes dessa comunidade no Brasil, tendo uma mesclagem entre profissionais da alta hierarquia social e de pessoas que compunham as bases da pirâmide econômica da sociedade venezuelana. O ano de 2018, inicia um período de maior entrada de um terceiro perfil ocupacional de imigrantes, aqueles que ainda não possuem uma ocupação profissional, envolvendo principalmente estudantes, menores de idade (excetuando os estudantes) e os que ainda não possuem uma ocupação, justamente os conjuntos mais vulneráveis e que necessitam de mais assistência (Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2022).

Gráfico 3 - Qualificação exigida das ocupações dos venezuelanos que chegaram ao Brasil (2000-2019)



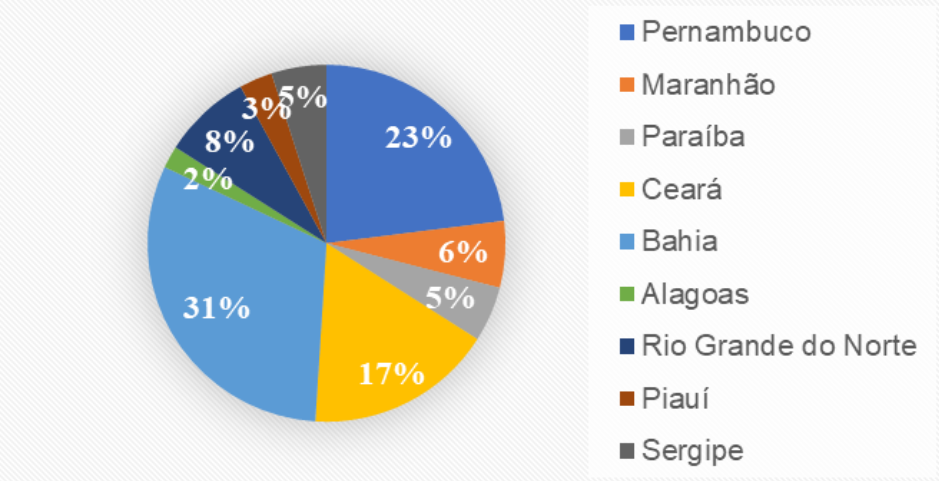
Fonte: SISMIGRA, 2020.
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos

Segundo o SISMIGRA (2020), no que tange à população total de venezuelanos no Brasil, demonstra que a maioria trabalha (41%) ou estuda (15%), representando 56% de toda essa população, todavia é preocupante como 27% de todos esses imigrantes não estudem e nem trabalhem por diversos motivos, como não ter conseguido um emprego no Brasil ou não conseguirem se matricular em alguma instituição, seja por desespero pela situação de vulnerabilidade pelo qual se encontram ou por falta de informação sobre os procedimentos (sob uma situação documental que não pode ser resolvida a curto prazo), seja devido às dificuldades para que os registros cobrados pelas instituições de ensino cheguem na mão do estudante ou responsável rapidamente.

No contexto do Nordeste do Brasil, segundo o Gráfico 4, de um total de 3.369

andinos, três são os estados que mais receberam os imigrantes caribenhos entre 2000 e o início de 2020, a saber: Bahia, Ceará e Pernambuco, juntos correspondendo a 71% dos imigrantes na região, com os outros 29% distribuídos em outras unidades da federação dessa região do país. A distribuição da população venezuelana no Nordeste brasileiro no ano de 2020 se dava da seguinte forma: Na Bahia estavam 31% de todos os bolivarianos; Pernambuco 23%; Ceará 17%; Rio Grande do Norte 8%; Maranhão 6%; Sergipe 5%; Paraíba 5% e Alagoas 2%.

Gráfico 4 - Proporção de estadual de venezuelanos no Nordeste (2020)



Fonte: SISMIGRA, 2020.
Elaborado por: Emanuel Gonzaga dos Santos

Como o emprego é uma das prioridades de quem sai de um determinado país, se entende que as migrações internacionais tendem a se concentrar nas regiões metropolitanas (Benko e Lipietz, 1994) e como Salvador, Fortaleza e Recife são as maiores metrópoles do Nordeste (IBGE, 2010), temos como consequência os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará como os maiores receptores de imigrantes venezuelanos nessa parte do Brasil.

Queiroz e Baeninger (2022) apontam que a imigração venezuelana para o Nordeste acontece em maior número a partir de 2018, entre outros fatores, por ser a última região brasileira a ser significativamente contemplada pela Operação Acolhida, no que tange a redistribuição dessa população no país. As autoras apontam que Bahia e Pernambuco se sobressaíram numericamente como destino

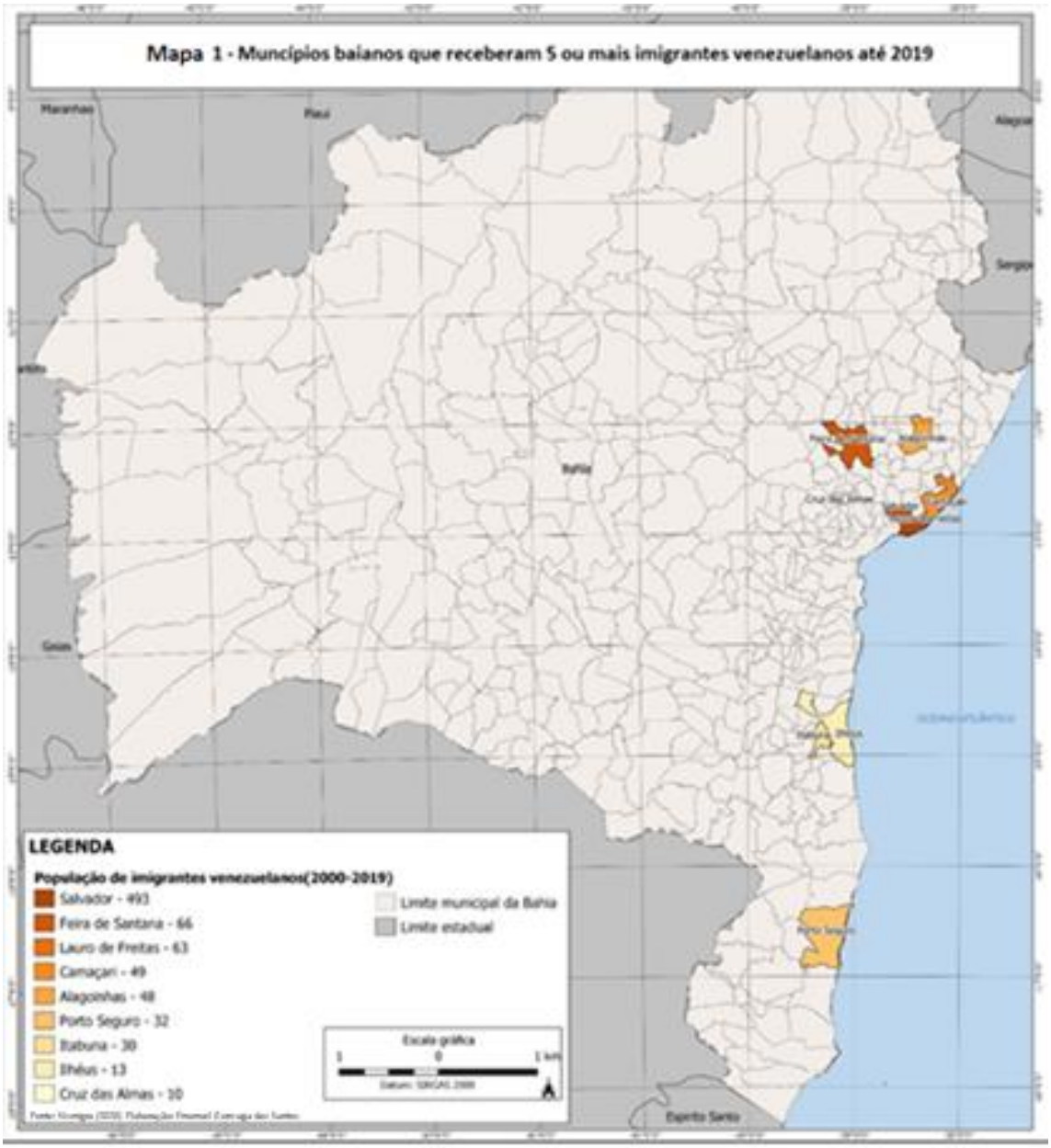
de migração da comunidade venezuelana durante a crise sanitária do coronavírus entre os anos 2020 e 2021, sendo o fortalecimento das redes de apoio em 2021 uma importante contribuição de acesso e permanência a essa região, principalmente na Bahia e no Ceará, se tornando um atrativo para os estrangeirizados.

Queiroz e Baeninger (2022) também constatam que os imigrantes venezuelanos estão dispersos nos principais centros urbanos da região, porém tendo um fluxo cada vez mais maior nas cidades médias e pequenas. Além do poder público, as demógrafas sinalizam que a sociedade civil, principalmente por meio da abertura das suas residências a venezuelanos, como importantes centros de apoio na política interna das migrações internacionais direcionadas, fazendo do Nordeste brasileiro um novo espaço de imigração.

4.1.2 Na Bahia

No estado da Bahia, segundo dados do Mapa 1, a maior concentração desses imigrantes ocorre no município de Salvador, com 493 pessoas, representando 55% de todos eles no estado entre os anos 2000 e 2019, seguido por Porto Seguro com 92 (9%), Feira de Santana com 66 pessoas, isso é, somava 6% desses migrantes, e Lauro de Freitas com 63 venezuelanos, perfazendo 6% dessa comunidade no estado. Os outros municípios possuem menos de 50 pessoas dos 995 das que estavam presentes na Bahia, tendo, portanto, menos de 5% do total das mesmas no estado.

Conforme explicitado por Benko e Lipietz (2014), as metrópoles são consideradas como “regiões ganhadoras” no que tange às migrações internacionais, demonstrando a razão pela qual as regiões metropolitanas de Salvador e de Feira de Santana apresentarem o maior contingente de imigrantes venezuelanos na Bahia.

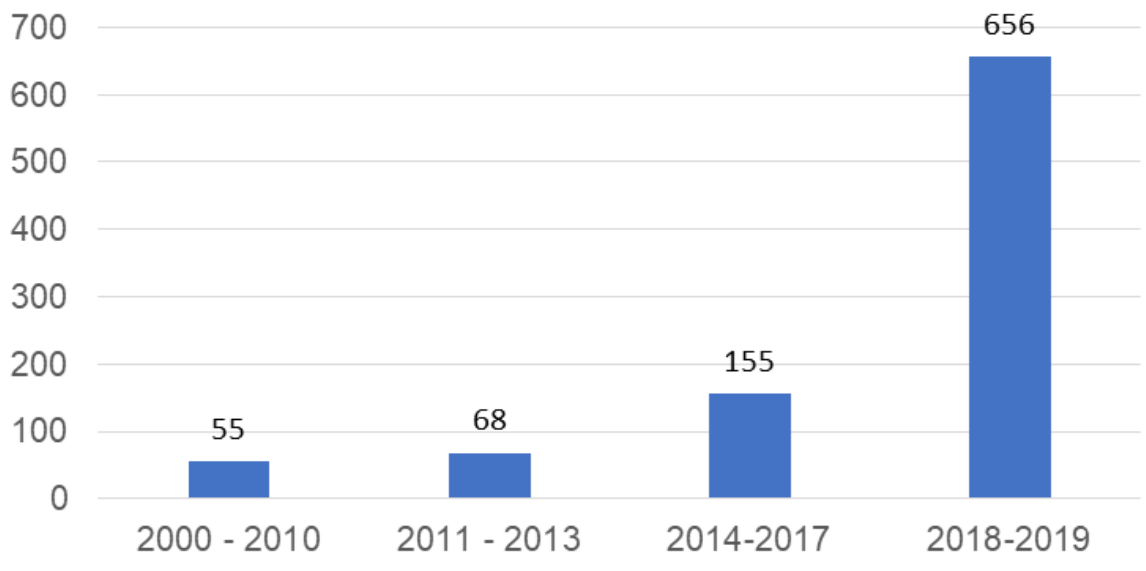


Quanto ao período de chegada à Bahia (Gráfico 5), assim como no Brasil, possui uma relação direta com a temporalidade da crise venezuelana, tendo a sua distribuição temporal se comportando da seguinte forma: 55 imigrantes vieram entre 2000 e 2010, totalizando 5,8% da imigração dessa população para Bahia, entre 2000 e 2019. Já no quadriênio entre 2011 e 2014, chegaram 68 antilhanos no estado, perfazendo 7,2% dos que entraram neste recorte temporal. Entre 2014 e 2017 adentraram nessa unidade de federação 155 andinos, somando 16,5% que atravessaram as divisas baianas no intervalo citado. Por fim, o biênio 2018-2019 foi especialmente numeroso, recendo 656 bolivarianos, representando 70,2% de todos

que foram ao território baiano na virada do milênio até o penúltimo ano da década de 2010.

Essa correlação entre o agravamento das fragilidades multissetoriais do país hispano-americano e a chegada de venezuelanos na Bahia pode ser compreendida como uma migração de crise, conforme os termos expostos por Moreira e Borba (2020), uma vez que os presentes autores caracterizam esse tipo de movimento, entre outros fatores, como uma consequência da violência e da insegurança alimentar. Vale ressaltar que os pesquisadores em questão não entram no mérito se o governo do país de origem é responsável ou não pelas vulnerabilidades que motivaram a migração.

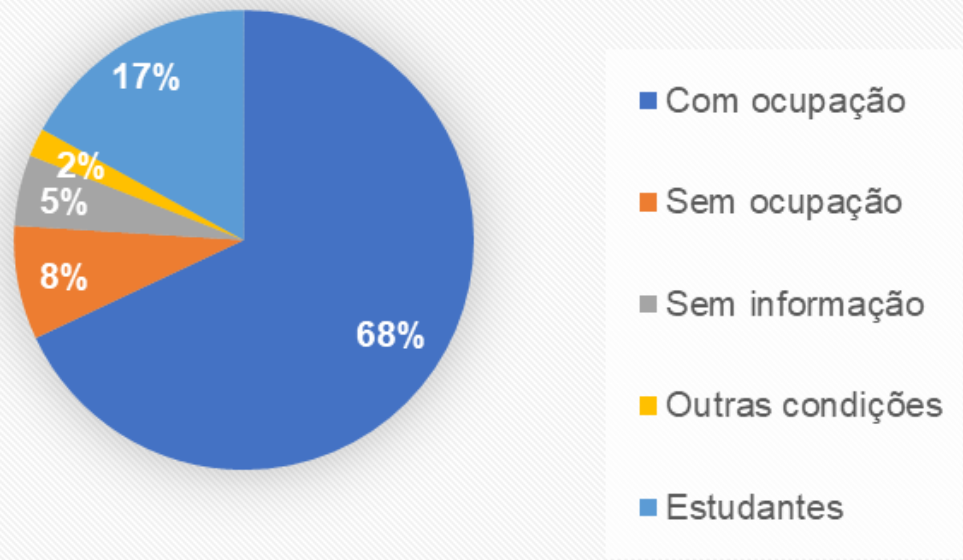
Gráfico 5 - Chegada de venezuelanos na Bahia (2000 e 2019)



Fonte: SISMIGRA, 2020.
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos

No que tange a sua situação ocupacional, de acordo com o Gráfico 6, 68% dos venezuelanos que estavam no estado da Bahia entre 2000 e 2019 se encontravam empregados e 17% dessa população era composta por estudantes, ou seja, por volta de 85% ou estudavam ou trabalhavam, revelando que a grande parte dessa população se encontrava ocupada.

Gráfico 6 - Situação laboral dos imigrantes venezuelanos na Bahia (2000- 2019)



Fonte: SISMIGRA, 2020.
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos

Devemos lembrar que no Gráfico 6, os 8% “sem ocupação” não estão necessariamente “sem fazer nada”, uma vez que desempenham o papel de donas de casa e são computadas nessa categoria. Também lembremos que os que estão cuidando de idosos, crianças e doentes também se inserem nessa classificação, assim como pessoas em busca de emprego ou estudos. Também salientamos que estão inseridos nos “outros” aposentados, pensionistas, rentistas, entre outras situações de remuneração que não se encaixam como estudo ou profissão, totalizando 2%. Os “sem informação” formam 5% desse contingente populacional.

Os altos índices de ocupação da comunidade venezuelana na Bahia é resultado da urgência tanto para se manter, quanto para fornecer apoio financeiro para familiares. Vale ressaltar que as profissões exercidas não necessariamente são das áreas em que os mesmos se formaram, uma vez que nem sempre conseguem emprego conforme a sua área de maior titulação, os obrigando a exercer outras profissões.

Segundo a Tabela 2, os engenheiros representam a maior parcela ocupacional na Bahia, com 18% dos venezuelanos. Em segundo e em terceiro lugar, respectivamente, estão os setores das prendas domésticas 14% e do comércio 14%, porém, o que realmente chama atenção é a navegação ser o quarto ramo com 9%, empregando mais venezuelanos entre 2000 e 2019, já que essa área sequer aparece entre as 10 áreas que mais empregam esses imigrantes em escala nacional.

Tabela 2 – Ofícios ocupados por 10 ou mais venezuelanos na Bahia em 2019

OCUPAÇÃO	**NÚMEROS**	
	ABSOLUTOS	**RELATIVOS**
Engenheiros	64	18%
Domésticos	50	14%
Vendedor ou comerciante	48	14%
Trabalhadores de navegação marítima ou fluvial	31	9%
Professores	28	8%
Músicos ou artistas	25	7%
Trabalhador da construção civil de ofícios que não exigem ensino superior ou técnico.	24	7%
Trabalhador de atividades burocráticas da iniciativa privada	23	7%
Líderes de atividades empresariais	22	6%
Garçons ou lideranças de serviços domésticos	20	6%
Trabalhador da construção civil de atividades que requerem ensino técnico.	18	5%
Metalúrgico	17	5%
Arquiteto e afins	16	5%
Funcionário público	15	4%
Trabalhador na área de processamento eletrônico de dados	15	4%
Profissional liberal	12	3%
Publicitário e afins	12	3%
Artesão	10	3%
Motorista ou trabalhador do transporte rodoviário	10	3%
Total	**346**	**100%**

Fonte: SISMIGRA 2020.
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos

As outras ocupações não chegam a 10%, porém são bastante diversificadas, sendo representadas pelos trabalhadores da navegação marítima ou fluvial (9%), professores (8%), músicos ou artistas (7%), trabalhadores da construção civil em atividades que não exigem ensino superior ou técnico (7%), burocratas da iniciativa privada (7%), líderes empresariais (6%), garçons e líderes de atividades domésticas

(6%), trabalhadores da construção civil em atividades que requerem ensino técnico (5%), metalúrgicos (5%), arquitetos (5%), funcionários públicos (4%), processadores de dados (4%), profissionais liberais (3%), publicitários (3%), artesãos (3%) e motoristas ou trabalhadores do transporte rodoviário (3%)

Outro setor em que os venezuelanos se diferem significativamente em termos de áreas de trabalho, em relação ao total da comunidade no Brasil, é o setor da construção civil, pois se no cenário nacional essa era a segunda área que mais empregava venezuelanos (8.358), na Bahia esse agrupamento cai para a sétima colocação, com 24 pessoas. Diante desses dados podemos concluir que:

> Cada pessoa refugiada e migrante que se desloca, seja de maneira forçada ou voluntária, leva consigo uma bagagem de sonhos, desejos e vontades de uma vida melhor para si e sua família. Trazem também uma bagagem de saberes, habilidades e qualificações e buscam oportunidades para as empregar a fim de reconstruírem sua vida, seu lar e suas relações sociais, com segurança e acolhimento. O deslocamento humano e as (re)construções que o seguem são um processo que envolve não apenas a pessoa refugiada ou migrante, mas também a sociedade que a recebe e pode, a partir desse momento, proporcionar oportunidades de desenvolvimento para ambas as partes (Acnur Brasil, 2022).

No caso da experiência baiana, estes múltiplos saberes trazidos pelos imigrantes podem contribuir nas profissões tanto de alta, quanto de baixa qualificação profissional. No primeiro caso, a Força Sindical (2017) aponta que é muito comum existir uma mão de obra qualificada dessa comunidade no Brasil, sendo consequentemente os profissionais estrangeiros mais bem remunerados da América do Sul no país, principalmente os engenheiros, não raramente vindos a convite para o Brasil e sendo motivados por uma melhor situação financeira em relação ao seu país natal.

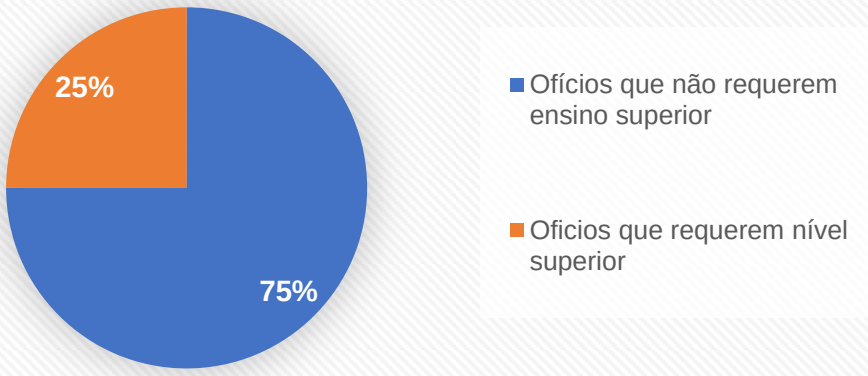
No segundo caso, conforme já discutido anteriormente, nem todos conseguem atuar na sua área de formação, sobrevivendo em empregos de menor qualificação profissional ou subempregos, principalmente aqueles que vieram sem uma rede de contatos de trabalho consolidada. Além do mais, existem aqueles que vieram ao Brasil sem ter uma profissão de ensino superior.

O emprego de baixa qualificação mais comum realizado pela comunidade venezuelana na Bahia foram os trabalhos domésticos, que na interpretação de Silva (2019) além de possuírem uma baixa remuneração é marcada pela precarização do seu exercício, sendo resultantes de processos estruturais no Sul global. Silva (2019)

também destaca que estes trabalhadores sofrem preconceitos decorrentes de uma sociedade com histórico escravagista e com tratamento diferenciado, inclusive, em relação aos brasileiros que desempenham essa mesma função.

Segundo a informação obtida no Gráfico 7, 75% dos venezuelanos residentes na Bahia estão exercendo ofícios que não exigem ensino superior, todavia, vale ressaltar que existem aqueles que apesar de exercerem funções de menor grau educacional são diplomados no ensino superior, mas que não exercem seus ofícios por múltiplas razões, tais como não validação do diploma, não inscrição em conselho profissional, falta de oportunidade na sua área de formação ou mudanças voluntárias de carreira profissional.

Gráfico 7 - Nível de escolaridade das ocupações exercidas por venezuelanos na Bahia (2000-2019)



Fonte: SISMIGRA, 2020.
Elaborado por Emanuel Gonzaga dos Santos

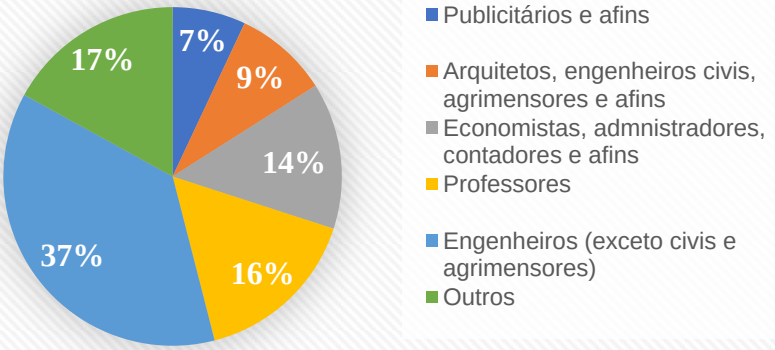
Vale ressaltar que, apesar de ser a minoria dessa comunidade, esta proporção de venezuelanos exercendo atividades de ensino superior na Bahia é 2,5 vezes maior do que o montante geral do estado que é de 10% (IBGE, 2019), o que demonstra uma alta qualificação relativa destes profissionais em relação à comunidade local, fenômeno semelhante com o que Simões (2021) se deparou em Boa Vista. Na ocasião, o autor constatou que na capital roraimense aproximadamente um terço de todos os imigrantes possuíam o terceiro grau, enquanto a proporção da população do município com esse grau de escolaridade representava cerca de 20% (IBGE, 2010).

Considerando que Boa Vista é uma das principais rotas de venezuelanos para outras partes do Brasil, Simões (2017) destaca que a maioria desses imigrantes, independente do seu grau de escolaridade, desejava sair de Roraima, entendemos que isso chegou a influenciar também na proporção de outros estados, entre eles a Bahia.

Se realizarmos uma divisão interna dos ofícios de ensino superior, levando em consideração toda população venezuelana na Bahia, conforme retratado no Gráfico 8, chegaremos à conclusão de que os engenheiros se destacam nesse ofício, correspondendo a mais de um terço de todos concluintes de curso superior, mesmo excluindo os civis e agrimensores, seguidos dos professores com 16%.

Esta proporcionalidade das funções que exigem nível superior é reflexo do próprio perfil universitário venezuelano, pois segundo o Instituto Nacional de Estadística (2020), cursos como administração de empresas, educação e engenharias voltadas ao setor industrial, estão entre os cursos de graduação que mais formam profissionais no país.

Gráfico 8 - Proporção das ocupações de nível superior exercidas por venezuelanos na Bahia (2000-2019)



Fonte: SISMIGRA, 2020.
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos

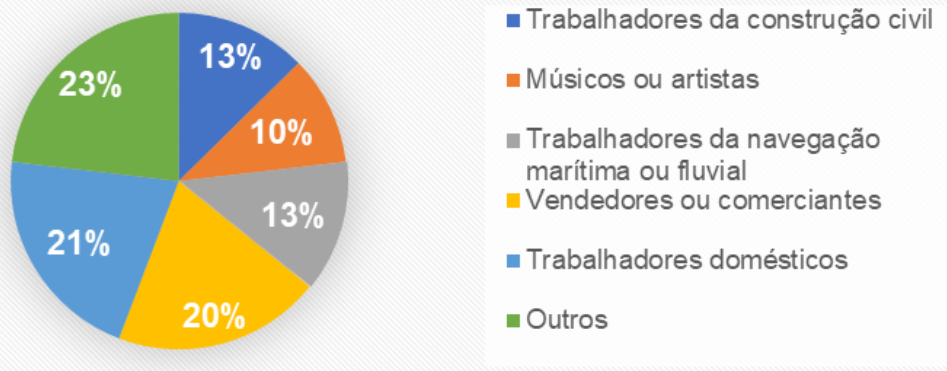
Quanto aos que não estão exercendo atividades de ensino superior, constatamos, conforme exposto no Gráfico 9, que os setores que mais os empregam são o comércio e as atividades domésticas, com respectivamente 21% e 20% dessas ocupações profissionais. Elas são seguidas de trabalhadores da construção civil e da navegação, ambos com 13% e músicos e artistas com 10% no estado da

Bahia. Quanto a esses profissionais, a procuradora geral do trabalho Cristiane Lopes, alerta sobre a vulnerabilidade em que parte destes trabalhadores estão inseridos:

> Trabalho rural, trabalho doméstico, trabalho na construção civil e trabalho no comércio. Estas são as oportunidades que estão sendo oferecidas aos migrantes no local. Geralmente, essas oportunidades são sem carteira de trabalho e em valor inferior ao que é pago para brasileiros que aceitam os mesmos postos de trabalho (Lopes, 2018, online).

Diante disso ela afirma que é necessária uma mediação de órgãos públicos nas relações trabalhistas dessa população para evitar a exploração e violação de direitos humanos (Agência da Câmara de Notícias, 2018).

Gráfico 9 - Proporção das ocupações que não exigem nível superior dos imigrantes venezuelanos na Bahia (2000-2019).



Fonte: SISMIGRA, 2020.
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos

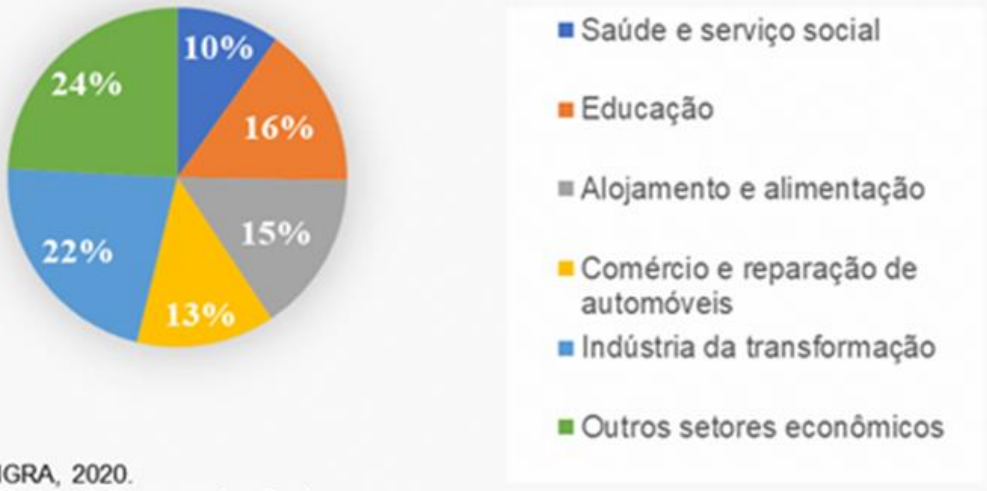
Um exemplo de exploração que pode ser citado no contexto baiano é a pesquisa realizada por Andrade (2022) sobre os trabalhos análogos à escravidão, exercidos por imigrantes venezuelanos no município de Itabuna. Na ocasião, o Ministério Público do Trabalho (MPT) afirmou que bolivarianos foram aliciados por um site de empregos, intermediado por um venezuelano que também já estava trabalhando em situações precárias no Sul da Bahia.

As irregularidades encontradas foram: falta de carteira de trabalho (e consequentemente da garantia de direitos trabalhistas), condições insalubres de

trabalho e residência, descontos abusivos no salário (envolvendo endividamento por compras de alimentos e demais produtos básicos de sobrevivência na loja do próprio patrão) e falta de repouso semanal. O G1 (2018) afirmou que se tratava de uma oficina, havendo 9 trabalhadores, cujas vítimas estavam nessa situação por 3 meses. Os dois patrões foram presos e foi prometido por parte do Estado acesso a carteira de trabalho e seguro desemprego.

Ao separamos o total da população venezuelana da Bahia por setor produtivo, chegaremos aos resultados do Gráfico 10, o qual demonstra a não concentração desses imigrantes em uma só área de ocupação, sendo a indústria da transformação a maior parcela com 22%, seguido da educação com 16%, alojamento e alimentação 15%, comércio e reparação de automóveis 13% e saúde e serviço social 10%. Outros setores ocupam 24% dos trabalhadores venezuelanos.

Gráfico 10 - Ocupações da população venezuelana na Bahia por setor (2000-2019).



Fonte: SISMIGRA, 2020.
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos

A heterogeneidade dos ramos de atividade também estão nos conformes da pesquisa realizada por Simões (2017), onde mesmo constata que os “outros” são principalmente trabalhadores do lar e prostituição, tendo ambas as atividades um predomínio do gênero feminino. O autor também ressalta que mesmo entre

trabalhadores de um mesmo setor existe uma desigualdade salarial de gênero, tendo os homens maiores rendimentos monetários do que as mulheres. Simões (2017) também constata que os menos alfabetizados tendem a trabalhar no ramo da construção civil, enquanto que os demais níveis de escolaridade tendem a predominar o comércio e o setor de alimentação, padrão esse que constatamos que ocorre em nível nacional, incluindo na Bahia.

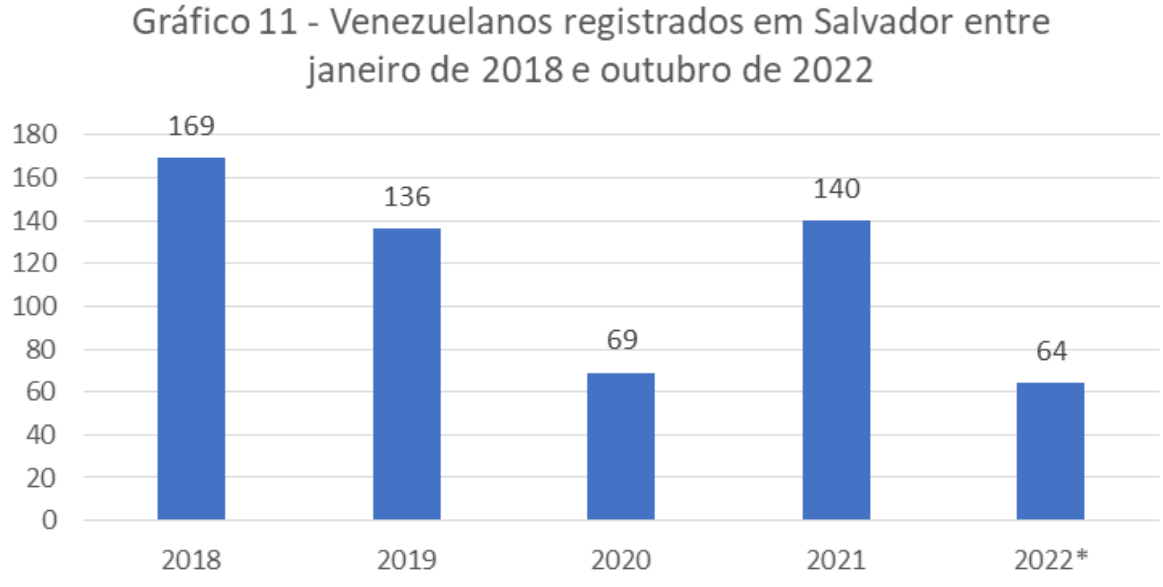
4.1.3 Em Salvador

Segundo os dados revelados no Gráfico 11, o número de venezuelanos que foi registrado em Salvador entre 2018 e 2022 detinha uma tendência de queda de novos registros de venezuelanos nos três primeiros anos dessa série temporal. Em 2018 havia 169 andinos, que foram documentados pela Polícia Federal, caindo 136 em 2019, e 69 em 2020, porém avança para 140 em 2021.

O decréscimo desse fluxo migratório ocorre devido aos constantes fechamentos das fronteiras e cancelamento de voos no ano de 2020 decorrentes de biossegurança decorrente da elevação dos casos da Covid-19 pelo mundo, com a flexibilização dessas medidas, a partir do ano seguinte ocorre uma intensificação dos deslocamentos internacionais em 2021, inclusive para Salvador.

O quantitativo dos caribenhos volta a decrescer na capital baiana no ano de 2022, pois além de 2021 já ter contemplado parte dos que não conseguiram chegar à Bahia, no referido ano houve uma desaceleração dos índices de inflação na Venezuela, conforme explicitado no Gráfico 11.

A Tabela 3 demonstra que entre as ocupações exercidas por 10 ou mais venezuelanos entre janeiro de 2018 e outubro de 2022, os estudantes possuíam o maior quantitativo com 119 pessoas, representando 29% de toda diáspora no período de tempo de citado. O setor de comércio e os imigrantes sem ocupação representam, cada um deles, 11% dos venezuelanos do recorte utilizado, com respectivamente 44 e 43 indivíduos.



Fonte: SISMIGRA, 2022.
* De janeiro a outubro.
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos

Com menos de um décimo dessa seleção realizada quantificamos que os trabalhadores domésticos representam 37 pessoas (9%), menores de idade que não estudam 25 imigrantes (6%), trabalhadores da construção civil em atividades que não requerem obrigatoriamente ensino superior e mecânicos, metalúrgicos e afins, representam cada um deles, 22 estrangeirizados (5%).

Constatamos que os cozinheiros, mordomos e afins, artistas, músicos e afins, profissionais da construção civil com ensino superior e professores ou assemelhados representam, cada um deles, 4% de toda comunidade andina no recorte retratado , com respectivamente 16, 17, 15 e 15 venezuelanos. Com 12 pessoas e 3% do existem os decoradores, costureiros, alfaiates e afins, os profissionais da beleza sem ensino superior e administradores, profissionais da beleza e afins.

Quando realizamos um recorte de gênero no município segundo os dados do SISMIGRA (2022), constatamos que migraram para Salvador entre janeiro e fevereiro de 2022, 28 mulheres e 36 homens. Estes números correspondem proporcionalmente a aproximadamente 53% de venezuelanos e cerca de 43% de venezuelanas. Dessa forma, concluímos que no ano de 2022, apesar dos homens

representarem o gênero mais numeroso, eles não representam uma maioria absoluta dos andinos na capital baiana havendo um equilíbrio na distribuição dos sexos, seguindo a tendência nacional.

Tabela 3: Ocupações exercidas por 10 ou mais venezuelanos em Salvador entre janeiro de 2018 e agosto de 2022.

OCUPAÇÃO	NÚMEROS	
	ABSOLUTOS	RELATIVOS
Estudante	119	29%
Vendedores, comerciantes e afins	44	11%
Sem ocupação	43	11%
Trabalhos domésticos	37	9%
Menor de idade	25	6%
Trabalhadores da construção civil sem ensino superior	22	5%
Mecânico, metalúrgico e afins	22	5%
Cozinheiro, mordomo, governanta e afins	17	4%
Artistas, músicos e afins	16	4%
Profissionais da construção civil com ensino superior	15	4%
Professor ou assemelhados	15	4%
Decorador, costureiro, alfaiate e afins	12	3%
Profissionais da beleza sem ensino superior	12	3%
Administradores, funcionários executivos e afins	12	3%
Total	**409**	**100%**

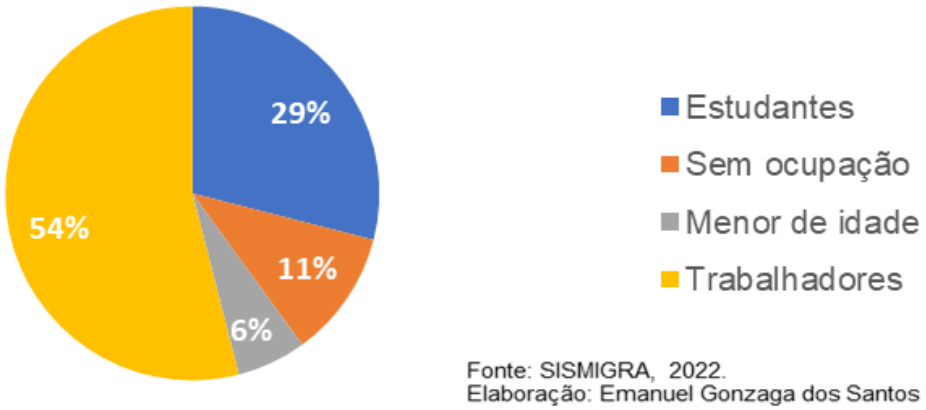
Fonte: Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) (2022).
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos.

De acordo com as informações obtidas no Gráfico 12, a maioria dos imigrantes que chegaram em Salvador entre janeiro e outubro de 2022 exercia ofícios que não obrigatoriamente necessitavam de diploma de ensino superior, correspondendo a 58% de toda essa comunidade na capital da Bahia. Conforme também verificamos na Tabela 3, o contingente de estudantes demonstrou ser expressivo correspondendo a 24% de todos os venezuelanos que imigraram para o

município soteropolitano naquela época. Os que estavam exercendo ofícios que obrigatoriamente exigem o terceiro grau somam apenas 14% de toda essa comunidade, seguindo, portanto, as tendências nacional e estadual. Os que foram quantificados nas categorias menor de idade ou outros representam 4% de toda essa população.

De acordo com as informações demonstradas no Gráfico 13, das ocupações mais comuns de venezuelanos registrados em Salvador no quinquênio entre 2018 e 2022, os ofícios profissionais eram os mais comuns, que em seu conjunto representavam a maior parte dessa população com 54%, sendo discrepante com as demais categorias. Os estudantes representavam apenas 29% desse contingente, o que por sua vez também possui uma proporção muito maior que os “sem ocupação” com 11% e menores de idade com 6%. Desta forma, chegamos à conclusão de que a migração venezuelana na capital baiana, pelo menos entre os grupos mais numerosos, é composta principalmente por trabalhadores e estudantes.

Gráfico 12. Proporção entre os ofícios declarados por 10 ou mais venezuelanos registrados em Salvador entre janeiro de 2018 e agosto de 2022

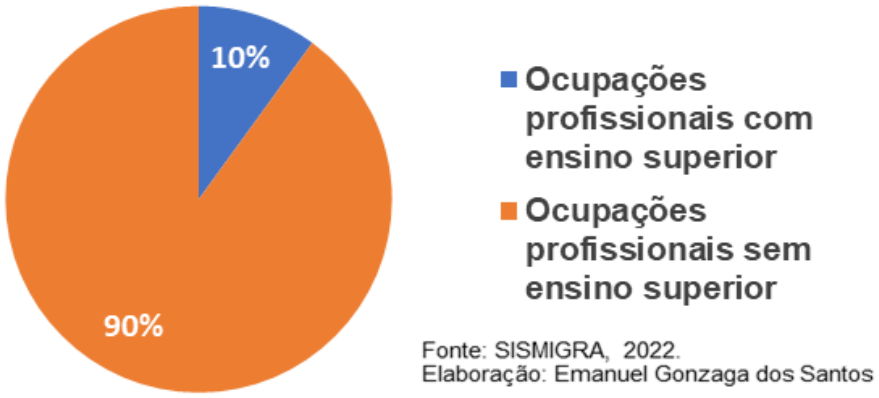


Fonte: SISMIGRA, 2022.
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos

Quanto ao perfil da mão de obra, os resultados obtidos pelo Gráfico 13 demonstram que a grande maioria dos trabalhadores é composta de ofícios que exigem no máximo curso técnico, com 90% da comunidade declarando essas

profissões, enquanto a força de trabalho mais qualificada representou apenas 10% dessa diáspora no município.

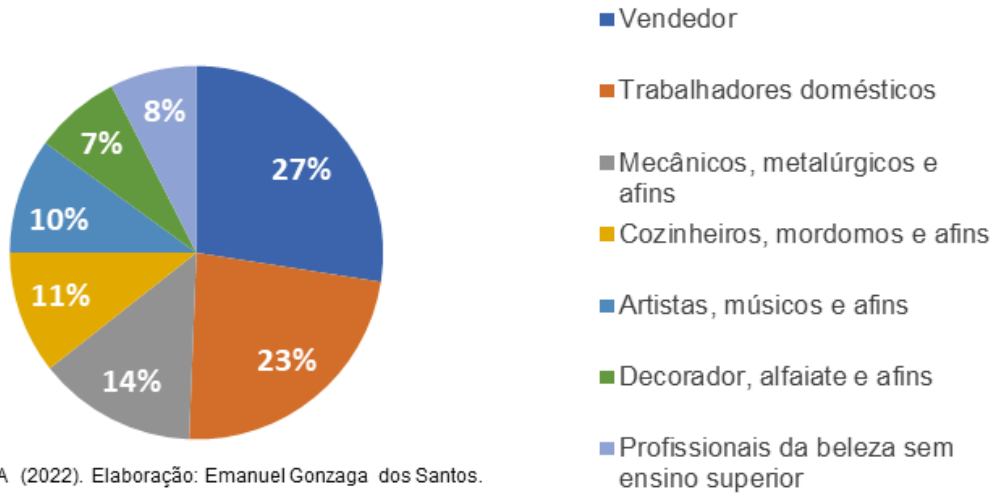
Gráfico 13. Ocupações profissionais exercidas por 10 ou mais venezuelanos, registrados em Salvador entre janeiro de 2018 e agosto de 2022, por grau de escolaridade.



Fonte: SISMIGRA, 2022.
Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos

Já o Gráfico 14 demonstra que entre as principais ocupações profissionais de menor qualificação a metade se encontra ou no setor de vendas (27%), ou realizando trabalhos do lar como as empregadas domésticas e diaristas (23%). As demais ocupações de menor qualificação profissional declaradas por 10 ou mais venezuelanos em Salvador, entre janeiro de 2018 e agosto de 2022 foram: mecânicos, metalúrgicos e afins (14%), cozinheiros, mordomos e afins (11%), artistas, músicos e afins (10%), profissionais da beleza (8%) e decoradores, alfaiates e afins (7%).

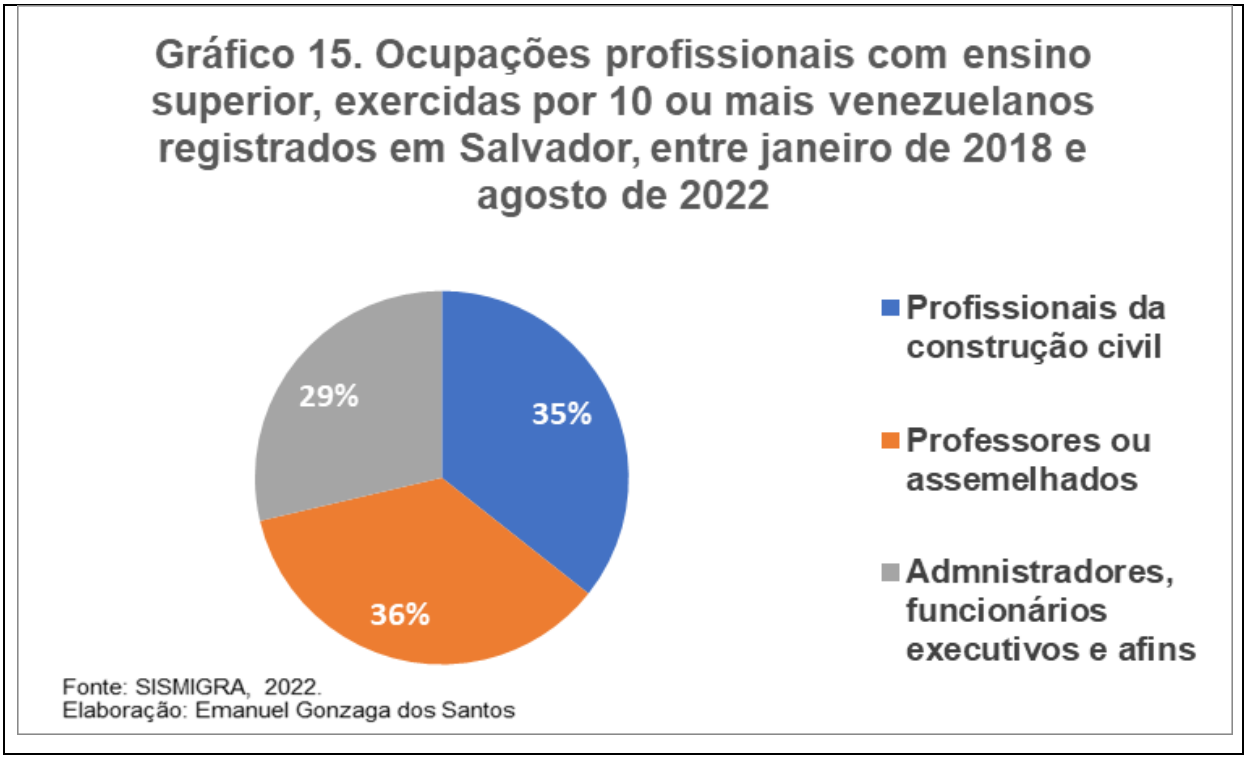
Gráfico 14. Proporção das ocupações profissionais sem ensino superior, exercidos por 10 ou mais venezuelanos em Salvador, entre janeiro de 2018 e agosto de 2022



Fonte: SISMIGRA (2022). Elaboração: Emanuel Gonzaga dos Santos.

De acordo com o Gráfico 15 existe uma distribuição relativamente uniforme entre as profissões de nível superior obrigatório exercidas por 10 ou mais venezuelanos registrados em Salvador entre janeiro de 2018 e agosto de 2022, sendo representado por 3 setores, a saber: professores e assemelhados com 36%, profissionais da construção civil representando 35% desse contingente e administradores e funcionários executivos e afins com 29%.

A configuração ocupacional presente na Tabela 3 e nos gráficos 12 a 15 são resultantes do próprio perfil temporal de imigração para o Brasil, sendo que o período entre 2018 e 2022 representa justamente a maior parcela dos imigrantes venezuelanos no município. Pelo fato do Nordeste brasileiro ser a última região brasileira a receber um contingente expressivo dessa migração, período que também é marcado por uma maior entrada de pessoas de baixa qualificação de mão de obra em relação aos anos anteriores, refletindo, portanto, nas profissões dos bolivarianos registrados na capital baiana no quadriênio citado. Desta forma, das funções mais numerosas desta comunidade no município se destacam as que não precisam de curso universitário.



Dessa força de trabalho, cujas funções não exigem graduação, se destacam aquelas cujo ensino secundário já contempla o desempenho das suas atividades, a saber: vendedores e trabalhadores domésticos, em detrimento de funções que precisam de cursos técnicos para o seu desempenho.

Juršá (2021) descreve alguns pontos importantes das condições de vida dessa comunidade na capital baiana. A autora destaca que parte dos imigrantes estão exercendo funções precárias como a realização de malabarismos frente a semáforos fechados e ou atuando na função de baleiro. Além das fragilizações econômicas, parte deles também tem enfrentado preconceitos como racismo e xenofobia, situações estas compartilhadas também por haitianos e colombianos que vivem no município.

Outro desafio para os imigrantes em Salvador, segundo a autora, é o desconhecimento dos direitos sanitários na capital baiana por não terem familiaridade com sistema de saúde público brasileiro, inclusive na pandemia. Tal fenômeno pode ocorrer por diferentes razões, como negligência e omissão das autoridades competentes em os informar sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), medo por parte dos estrangeirizados de sofrer sanções legais por parte do Estado brasileiro devido a pendências documentais para permanecer em

território nacional ou acreditar que não podem solicitar os serviços por não possuir residência fixa.

Juršá (2021) também comenta que essa comunidade passa por barreiras referentes a serviços de assistência social, tendo como exemplo o auxílio emergencial durante o período mais crítico da pandemia do COVID-19 no Brasil. Os empecilhos burocráticos para estrangeiros adquirirem este direito, assim como o descaso no atendimento motivado por xenofobia e problemas de comunicação, foram os principais fatores elencados pela autora para explicar esta violação de direitos.

A presente autora também cita existência de negligências do poder público estadual e municipal em auxiliar os imigrantes durante a pandemia, tendo as pastorais e organizações não governamentais um papel mais relevante no acolhimento dos imigrantes durante esse período do que a Prefeitura Municipal de Salvador e o Governo do Estado da Bahia. Outros exemplos citados foi o fato de grande parte da diáspora venezuelana em Salvador não ter direito ao auxílio de 270 reais durante a pandemia e a questão do estado baiano não ter nenhuma política pública específica para imigrantes.

Diante deste cenário a Defensoria Pública da Bahia, em conjunto com o Ministério Público da Bahia e a Defensoria Pública da União afirmam que estão dispostos a garantir que os direitos dessa comunidade como o acesso a saúde, assistência social, educação, trabalho e combate à xenofobia, perpassando também pelo acesso à informação dessa diáspora na capital da Bahia. Fabiana Miranda, então representante da Defensoria Pública do Estado da Bahia, afirma que a chegada de imigrantes venezuelanos na Bahia, especialmente a Salvador, é um alerta para que o poder público esteja mais preparado para as demandas jurídicas e sociais desse recorte populacional (Costa, 2018).

4.2 Travessias venezuelanas em Salvador: o recomeço na capital baiana.

A migração como um processo de deslocamentos humanos, pode ser interpretada como o que Durkheim (2007) compreendia como um fato social, pois, apesar da carga subjetiva, que este evento desencadeia nos indivíduos, este

fenômeno ocorre objetivamente. Em outras palavras, os movimentos migratórios em si são acontecimentos sociais existentes independentemente da interpretação que se dá sobre eles. Essa mesma característica faz com que o deslocamento entre diferentes territórios também faça parte do que Berger e Luckmann (2004) denominavam de realidade objetiva.

A migração, como fato social, perpassa por dimensões da realidade que são exteriores ao controle dos próprios migrantes, tais como os diferentes territórios e fronteiras, leis e normas sociais a serem seguidas, e principalmente a sua condição de estrangeiridade. Apesar disso, as rotas e os territórios-rede criados a partir deste movimento são importantes componentes existenciais dos sujeitos, configurando o próprio "ser migrante", conforme proposto por Marandola Júnior e Gallo (2010) e na manifestação do héxis (presença) no que Ennes (2020) conceitua como corpo-migrante.

Em cada um dos relatos sobre as rotas e redes realizadas simultaneamente, há um componente objetivo composto pelas instituições sociais, e subjetivos, formados pela própria percepção do migrante sobre o fenômeno em que se encontram inseridos, interferindo, ou melhor, sendo, as suas próprias escolhas, incluindo os próprios trajetos.

As rotas utilizadas pelos participantes da pesquisa podem ser divididas em dois caminhos principais: aqueles que vieram diretamente da Venezuela e aqueles que passaram pelo Peru. O primeiro grupo pode ser subdividido em dois agrupamentos: os que vieram pela fronteira terrestre por Roraima e os que foram diretamente para a capital baiana ou que moraram em outros estados (com exceção de Roraima) antes de residirem na capital baiana.

Aqueles que vieram pelo Peru não tinham o Brasil como destino original de sua migração. Por exemplo, Anita González e Josias Jordán passaram por dificuldades na Colômbia, e por conta disso realizaram uma nova migração para o Peru e, posteriormente, se mudaram para o Brasil. Uma das razões alegadas por ambos para sair do Peru foi o problema da xenofobia no mercado de trabalho local, visto que Josias trabalhava apenas como técnico, apesar de ser engenheiro, e Anita exercia apenas funções em subempregos.

Tanto Anita quanto Josias acreditam que a migração para o Brasil foi

burocraticamente mais fácil do que para o Peru, afirmando que havia intensas filas e exposição às intempéries para entrar na nação peruana. Anita, inclusive, relata ter conseguido seu Cadastro de Pessoa Física em 15 dias e o Registro Nacional Migratório em 1 mês.

Aqueles que vieram diretamente da Venezuela, sem passar por Roraima, foram o então estudante universitário Daniel Santander, que realizou um voo direto do seu país até o estado de São Paulo; Nazaré Nuñez, que veio diretamente para Salvador junto com seu marido e filhos. Esse trajeto também foi realizado por Júlio Rojo.

Vinicius Valdez, por sua vez, chegou à Salvador por meio de um veículo fretado até a fronteira com o Brasil em Santa Elena de Uairén, chegando ao estado de Roraima por meio do município vizinho de Pacaraima, seguindo de ônibus de linha até Boa Vista, e depois partindo para Salvador.

Nicanor Domínguez, por sua vez, chegou a morar em Roraima, porém, devido à precariedade em suas condições de subsistência, migrou posteriormente para a Colômbia e para o Peru, decidindo retornar ao estado nortista pela fronteira com a Venezuela após passar um breve período em sua cidade natal.

Já Gabriel Guerrero e Roberto Rodríguez vieram juntos para o Brasil. Como a migração foi realizada no ano de 2021, período em que a fronteira entre os países passava por constantes fechamentos devido à pandemia do coronavírus, ambos tiveram que entrar no país lusófono utilizando rotas alternativas com o auxílio de coiotes. Como adentraram o território nacional sem o policiamento dos agentes fronteiriços, eles temiam a deportação em decorrência de uma suposta imigração ilegal. Apesar da inicial insegurança, afirmam que não passaram por nenhum tipo de problema referente a essa questão. Rodríguez afirma ter mais dificuldades para conseguir o passaporte brasileiro por dificuldade de juntar dinheiro para adquiri-lo do que permanecer no Brasil em si.

No que tange ao atendimento de fronteira da dupla de amigos, Gabriel Guerrero relata que as oficinas de migração da Polícia Federal só funcionavam das 9 às 15 horas, o que consideravam ser um tempo insuficiente para suprir as demandas migratórias do período em que chegaram ao país. Além das poucas horas de disponibilidade do serviço, revela que o quantitativo de funcionários

também era aquém do que avaliava como necessário para realizar os atendimentos em tempo hábil. Dessa forma, não seria possível realizar os encaminhamentos a todos no mesmo dia, fazendo com que alguns esperassem semanas nas filas. No seu caso, ele relata que o período entre a sua entrada na fronteira e a resolução dos trâmites burocráticos para a permanência no país durou aproximadamente duas semanas.

Raul Riviera faz parte do grupo que não teve Salvador como a sua primeira residência no Brasil, pois, de Boa Vista, migrou para Brasília, onde residiu por alguns meses. Riviera afirma que:

> Eu gosto muito de Salvador. Eu vim embora de Brasília foi por causa da praia, era doido para morar assim em uma cidade com praia, aí escolhi Salvador pelo Youtube, porque no Youtube tem vídeos de melhores cidades litorâneas para morar no Brasil, aí Salvador sempre estava em primeiro lugar, assim queria escolher Salvador. Muita coisa para conhecer, muita coisa para curtir (Raul Riviera, Salvador, agosto 2022).

Quem também chegou a residir no Distrito Federal foi Roberto Rodríguez, que de Boa Vista partiu para Manaus onde morou por 3 anos, e posteriormente foi para Brasília residindo no Distrito Federal por 4 meses. Quanto à Jonas Jimenez, chega no país lusófono por meio de Roraima, mas não apenas como uma rota e sim como um local de moradia durante 8 meses.

Tão importante quanto os trajetos realizados são os capitais da mobilidade de cada um dos imigrantes. Este capital envolve, entre outros fatores, os diferentes capitais que facilitem o trânsito e a permanência dos indivíduos para o exterior. Todavia os capitais sociais e da mobilidade não surgem do nada, sendo este um dos resultados possíveis das redes sociais formadas pelos sujeitos no decorrer das suas vidas.

Entre os participantes da pesquisa, podemos constatar três tipos principais de redes sociais que foram decisivas no processo migratório para Salvador: as formadas por amigos, as formadas por instituições religiosas e aquelas que chegaram diretamente à capital baiana.

Um exemplo do primeiro agrupamento remete a Josias Jordán, que chegou a morar em Salvador a convite de um empreendedor mexicano cuja empresa se localiza em Camaçari. Junto a ele estava Anita González. Ambos se hospedaram inicialmente na casa de um amigo no bairro da Pituba, conforme relato:

> Eu achava que sabia português, mas não entendia o sotaque para não dizer nada, pois nunca tinha escutado. Me senti confortável e tínhamos privacidade e isso foi muito bonito na casa do amigo do meu namorado, esse acolhimento me fez achar o pessoal de Salvador 'top' (Anita González, Salvador, agosto de 2022).

Josias Jordán acrescenta que outra contribuição importante dessa rede contatos no Brasil foram pessoas que forneceram aconselhamentos sobre as questões burocráticas do Brasil, tornando a sua legalização mais célere. Anita considera que essa ajuda foi de extrema importância, uma vez que, afirma ter ciência de que existem muitos venezuelanos que migram para o Brasil em condições de vulnerabilidade, considerando a primeira residência onde morou confortável para o seu estabelecimento na Bahia.

Quanto às instituições religiosas, por se distribuírem em uma rede de territórios, tenderam a formar pontos de apoio entre os seus membros de diferentes nacionalidades, como no exemplo de Nazaré Nuñez, testemunha de Jeová, cujo translado dela e de sua família para Salvador foi custeado pelos membros de sua comunidade religiosa. Situação semelhante ocorreu com Gabriel Guerrero e Roberto Rodríguez, que conheceram um padre. Ao saberem da situação deles, o padre os convidou para ir para Salvador, oferecendo-lhes moradia na capital baiana, com o translado sendo quitado pela ONG da qual o sacerdote fazia parte, auxiliando-os por meio de conhecidos, passando ambos dois meses em sua residência.

Essa mesma situação ocorreu com Nicanor Domínguez, que conheceu o sacerdote em sua primeira vinda ao Brasil, no ano de 2018, quando estava em situação de rua. Ela escutou o sacerdote falando em espanhol para seus conterrâneos nas vias públicas da cidade, o que chamou sua atenção, levando-a a estabelecer uma amizade com o mesmo. Nesse mesmo período, ela migrou para o Peru, retornando à Venezuela um ano depois, quando foi convidada pelo religioso a ir para Salvador, junto com sua companheira, sobrinho e um amigo da família.

Já a ajuda a Roberto Rodríguez ocorre quando uma pastoral especializada em imigrantes lhe presta assistência ao migrar de Brasília para Salvador, especialmente quando ele perde o emprego no shopping em que trabalhava em decorrência dos eventos ocasionados pela pandemia do coronavírus.

Representando aqueles que chegaram à Salvador por conta própria (sem a

assistência de amigos e instituições religiosas), temos Vinicius Valdez, que após morar por um tempo em Boa Vista, planejou residir na capital baiana por considerar que na Bahia teria melhores oportunidades do que em Roraima. Quem também chegou ao município com recursos financeiros próprios foi Jonas Jimenez, que apesar de ter conhecidos no município, migrou de forma relativamente autônoma. Já Daniel Santander representa um caso específico em que o que o atraiu para Salvador foi ter sido convocado em um concurso público, sendo outra migração autônoma, não necessitando assim de assistência financeira ou de abrigo de intermediários.

4.3. A vida migrante em Salvador: desterritorializações nas perspectivas política, cultural e econômica.

O território, por participar de múltiplas dimensões da existência humana, representa uma categoria especial dos fatos sociais, que são os fatos sociais totais, compreendidos como:

> [...] tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas – até as da proto-história. Nesses fenômenos sociais 'totais', como nos propomos chamá-los, exprimem-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições:1 religiosas, jurídicas e morais – estas políticas e familiais ao mesmo tempo; econômicas – supondo formas particulares de produção e de consumo, ou antes, de prestação e de distribuição, sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam estas instituições (Mauss,1974, p.41).

Em uma análise territorial, as des-reterritorializações resultantes do processo migratório causaram reconfigurações das territorialidades dos participantes da pesquisa, resultando em alterações de todos os aspectos da sua vida, e por isso, concordamos que:

> O fato social total apresenta-se, pois, com um caráter tridimensional. Deve fazer coincidir a dimensão propriamente sociológica com seus múltiplos aspectos sincrônicos; a dimensão histórica, ou diacrônica; e, finalmente, a dimensão fisio-psicológica. Ora, é só nos indivíduos que esta tríplice abordagem pode ser feita. [...] A noção de fato social total está em relação direta com a dupla preocupação, que para nós havia parecido única até agora, de ligar o social e o individual de um lado, o físico (ou o fisiológico) e o psíquico de outro (Levi-Strauss, 1974, p.14-15).

É justamente devido a essa complexidade envolvida nesse conceito que Sayad (1998) se aprofunda na ideia de que a migração pode ser considerada como um fato social total, sendo necessário compreender o migrante a partir de seu país

de origem, perpassando por sua condição de estrangeiridade, para que se possa realizar uma análise mais completa do fenômeno estudado.

As reterritorializações dos venezuelanos que chegaram à capital baiana perpassaram por uma série de choques tanto socioculturais e econômicos, como existenciais, cujas experiências alteraram a visão que alguns possuíam sobre si mesmo e sobre os outros. Esses diferentes pontos de vistas, são influenciados pelos diferentes espaços que eles frequentam.

Vale ressaltar que a primeira residência em Salvador não costuma ser o seu único local de moradia, sendo apenas o início da sua reterritorialização. A maioria dos que migraram para Salvador em condições de maior vulnerabilidade mudam frequentemente de endereço, a exemplo de Raul Riviera que chegou a morar em três bairros diferentes, tendo o fator econômico como principal critério das mudanças realizadas.

Aqueles que chegaram a morar na casa de amigos ou sob supervisão de instituições religiosas também tiveram a questão do aluguel como um dos principais critérios de mudança residencial, pois se mudaram assim que puderam alugar um imóvel, como o caso de Nicanor Domínguez, que meses após residir na instituição que o acolheu, foi mudando para uma série de bairros diferentes de Salvador.

Evento similar ocorreu com a dupla de amigos Gustavo Guerrero e Roberto Rodríguez, que por um curto período de tempo chegaram a residir no mesmo estabelecimento, o que também chegou a ocorrer com a religiosa Nazaré Nuñez, cuja sua comunidade a ajudou a conseguir uma casa em Salvador até ela e sua família conseguirem realizar a mudança.

Isso também ocorre com os que residiam na casa de amigos, como foi o caso de Anita González e Josias Jordán, que após passarem um curto período na casa de um amigo também decidiram mudar de endereço, o mesmo acontecendo com Vinicius Valdez. Estas mudanças em todos os relatos são motivadas por um sentimento de maior independência e de uma autoculpabilização em estar “incomodandos os outros”.

Os que não chegaram a mudar de bairros ou fizeram este movimento poucas vezes, normalmente são os que migraram para Salvador com maior conforto, como o professor universitário Daniel Santander e o engenheiro Julio Rojo.

Imigrar também está na dimensão da afetividade, conforme as discussões de Sayad (1998) sobre a dupla ausência, caracterizada pelo não pertencimento a uma realidade territorial, ao mesmo tempo em que se está distante das pessoas com quem mantém uma relação de familiaridade no seu país natal.

É nessa dupla ausência que as saudades são reafirmadas, conforme expresso no relato de Nicanor Domínguez, que afirma sentir falta de suas reuniões familiares. Situação similar à de Josías Jordán, que recorda dos momentos de descontração na Venezuela, realizando brincadeiras com seus amigos e familiares. Essa falta não é substituída apenas por conhecer novas pessoas, conforme o relato de Gabriel Guerrero, que, ao ser indagado sobre o que mais sente falta de seu país natal, responde:

> Da minha família, sem dúvidas nenhuma, da minha família. Da minha vó, da minha mãe, do meu pai eu sinto falta. Da minha cidade eu acho que sou a última pessoa do mundo, você pode tentar a verdade é que você tem um lar ali. E você pode morar em outro país, conhecer novas pessoas e conhecer outras coisas, outra cultura, mas você não troca isso, você não troca isso, não troco. E acho que eu, que meu relacionamento com a minha cidade é muito grande, muito grande, muito, muito. Eu gosto das pessoas da minha cidade, eu gosto da praia porque a gente fica muito perto da praia lá, então é uma coisa que tem muita semelhança com a Bahia (Gabriel Guerrero, Salvador, agosto de 2022).

É justamente por essas relações interpessoais com as pessoas mais próximas que Roberto Rodríguez diz sentir saudades do "calor venezuelano". Este sentimento de falta perdura mesmo quando a migração é realizada juntamente com outros membros da família, conforme explicitado por Nazaré Nuñez, que mesmo imigrando com seu marido e filho, afirma sentir muita falta de sua mãe.

Um agravante deste sentimento de falta é quando está acompanhado pela autoculpabilização. Temos como exemplo o relato de Anita González, que se lamenta por não ter conseguido fornecer o devido auxílio financeiro à sua mãe, fazendo com que ela também tivesse que realizar um movimento migratório para a Colômbia, juntamente com o seu padrasto. A mesma migrante diz sentir saudade das relações sociais que possuía na Venezuela como um todo, perpassando por amigos, familiares e vizinhos.

A falta é algo que também permeia os sentimentos de Daniel Santander, especialmente de familiares e amigos. No entanto, a forma com que ele se reterritorializa no Brasil causa uma sensível mudança na perspectiva do seu "ser migrante", pois, devido ao contexto em que viajou, acreditando que só estudaria e

voltaria à Venezuela, teve um sentimento inicial de saudades diferente da maioria dos participantes da pesquisa. Ele relata, inclusive, que ao chegar na América Portuguesa não se sentia como um imigrante, perspectiva essa que muda ao perceber o panorama da economia venezuelana, que aliado ao concurso que tinha sido aprovado em Salvador, o faz decidir que moraria no país que o recebeu, fazendo-o enxergar a si mesmo como um imigrante.

A reterritorialização do ser e do “corpo-migrante”, por sua vez, não está relacionada apenas com os que ficaram, mas também com as novas socializações formadas a partir do movimento migratório. De maneira geral, os imigrantes demonstraram possuir boas relações com os brasileiros na América Portuguesa, a exemplo de Anita González, que afirma ter se sentido bastante acolhida pelos brasileiros, especialmente por aqueles que a ajudaram a se estabelecer na Bahia. Fenômeno também ocorrido com Josias Jordán, sendo que o engenheiro acrescenta que é uma das "regras da casa" manter uma relação de cordialidade com a população local, afirmando, inclusive, ser padrinho de um dos seus amigos brasileiros, sendo íntimo dessa família.

Já o depoimento de Gabriel Guerrero demonstra como há o sentimento de curiosidade do brasileiro em relação aos venezuelanos, ou seja, entre o "eu" e o "outro":

> Olha, isso é interessante porque não gosta dos venezuelanos, pelo contrário, os brasileiros gostam dos venezuelanos, toda vez que eu chego aqui ‘você vem da onde?’, porque sempre falam ‘você tem aquele sotaque, aquela coisa de que você é estrangeiro’, ‘eu sou venezuelano’, ‘ah, você é venezuelano?!, seja bem-vindo ao Brasil, nosso povo quer acolher você porque vocês são pessoas muito boas, vocês gostam de trabalhar’. Na verdade, não tive aquela sensação de xenofobia, não, nunca tive isso. (Gabriel Guerrero, Salvador, agosto de 2022).

Diante dessa interpretação da realidade, Guerrero afirma que a hospitalidade do brasileiro é semelhante à do venezuelano, mesmo considerando que a maneira dos países em receber imigrantes sejam diferentes, as alteridades entre a população dos países é o que o permitiria ter essa “consciência de ser um estrangeiro”. Júlio Rojo realiza uma comparação de semelhança entre a população da Venezuela e da Bahia, considerando-as como abertas e participativas. De acordo com ele, essa hospitalidade possibilitou que ele se sentisse seguro em Salvador e elogia a comodidade que o imigrante tem para lidar digitalmente com as questões

burocráticas no Brasil após a legalização no país.

Daniel Santander também afirma possuir uma boa relação com os brasileiros, todavia, lamenta sobre como a maioria das pessoas do país lusófono de maneira geral conhecem muito pouco sobre a América Latina, chegando a se espantar que, apesar do Brasil e Venezuela serem países vizinhos, a maioria dos habitantes da América Portuguesa, segundo o seu relato, sequer sabem onde o país caribenho está localizado, algo que afirma existir com menos frequência em países da América Espanhola.

Na interpretação de Santander este fenômeno aconteceria devido ao próprio estado brasileiro em seu histórico educacional ter mirado muito mais para os Estados Unidos e a Europa do que para os seus vizinhos. Apesar disso, o professor considera que os dois países guardam uma série de semelhanças comportamentais que o faz não raramente se sentir em casa quanto aos *habitus* existentes entre os dois países.

A configuração dessas relações entre brasileiros e venezuelanos não ocorre apenas de forma direta entre as pessoas, já que também sofre influência das propagandas que cada país faz de si mesmo, conforme o exemplo de Raul Riviera, que expressa o desejo de conhecer pessoas de outras partes do país.

Apesar da maioria dos relatos ser positiva, Raul Riviera menciona que as semelhanças comportamentais entre brasileiros e venezuelanos não ocorrem somente em aspectos considerados bons. Ele exemplifica que a população de ambos os países está inserida em uma estrutura racista e xenofóbica, o que repercute nas relações sociais. No entanto, ele sente que esses padrões são mais "pesados" no Brasil do que em seu país natal. Além disso, ele expressa preocupação com a continuidade desse comportamento da população brasileira diante da ascensão do bolsonarismo, lembrando que, na época da entrevista, o Brasil era governado por Jair Bolsonaro.

Essas percepções das relações entre Brasil e Venezuela têm como base as vivências pessoais dos próprios migrantes. Conforme compreensão de Relph (1979), as experiências humanas são diversificadas e nem sempre positivas. Ele reconhece a "topofilia" como os sentimentos relacionados a uma determinada área que proporcionam boas sensações, enquanto a "topofobia" ocorre quando uma

determinada porção do espaço, devido a algum evento no passado ou presente, nos causa uma sensação de repulsa. Ambos os casos fazem parte do que ele considera como "mundo vivido", que são as experiências diretas do cotidiano, uma dimensão extremamente variada e sujeita a contradições.

Além dos brasileiros, também é importante analisar as relações entre os próprios venezuelanos, pois, segundo a interpretação de Almeida (2015), a diáspora é um fenômeno que implica territorialidade, desterritorialização e reterritorialização, envolvendo uma ou várias pessoas e alterando as relações entre espaço e tempo.

A relação entre os membros de uma determinada diáspora pode se diferenciar com as dos nacionais devido aos interesses similares que podem ocorrer entre essas pessoas, tendo como consequência um maior sentimento de empatia e familiaridade. Gabriel Guerrero afirma que os venezuelanos residentes no Brasil que ele conhece são como uma família para ele, uma vez que, segundo o depoente, compreendem as suas complexidades como imigrante melhor do que qualquer outro grupo.

Ressaltamos, porém, que as relações entre os membros de uma mesma comunidade nacional no exterior não se comportam de maneira uniforme, pois cada um dos sujeitos possui suas próprias intersubjetividades. No caso específico dos venezuelanos residentes no município de Salvador, se constata uma diáspora ainda em estágio inicial por dois motivos principais: primeiro por ser um caminho relativamente recente para as pessoas dessa nacionalidade, e segundo pela alta rotatividade apresentada por estes imigrantes, pois da mesma forma que a capital baiana não é o primeiro destino de parte destes estrangeirizados, ela comumente também não é a última.

Esses espaços de convivência entre os venezuelanos podem ocorrer de múltiplas formas, uma delas é por meio de cursos que sejam de interesse comum, como o caso de Anita González que afirma ter chegado ao Brasil sem conhecer a língua portuguesa, fazendo assim um curso desta língua voltado a estrangeiros, no qual veio a conhecer alguns conterrâneos.

Outra forma de relacionamento entre pessoas da mesma nacionalidade no exterior, constatada nesta pesquisa, é por meio do comércio. Conforme explicitado no relato de Nazaré Nuñez, que trabalha vendendo um produto chamado de *harina*

pan, matéria-prima para a preparação da arepa, ela chama a atenção de alguns compatriotas próximos que desejam manter algum vínculo com a culinária de seu país de origem.

A condição de destaque em sua carreira profissional pode tornar uma pessoa conhecida, chamando assim a atenção de outros indivíduos de sua nacionalidade que desejam se estabelecer no país. Esse tem sido o caso de Daniel Santander, que, sendo um professor e pesquisador conhecido em suas áreas de atuação, costuma ser contatado por venezuelanos que desejam migrar para o Brasil, auxiliando-os nos trâmites burocráticos para a residência de estrangeiros na América Portuguesa.

No entanto, nem todos os venezuelanos estabelecem vínculos com outras pessoas de sua diáspora, como exemplificado pelo senhor Jimenez, que afirma ter conhecido pessoalmente poucos venezuelanos na capital baiana, mantendo contato com outras pessoas dessa comunidade principalmente por meio das redes sociais. O imigrante afirma que isso se deve à característica da própria migração, que os obriga a ter várias jornadas de trabalho, restando pouco tempo para atividades de socialização.

Roberto Rodríguez, por sua vez, afirma que não conhece muitos venezuelanos em Salvador, pois não é uma comunidade expressiva, havendo uma quantidade menor de imigrantes deste país em comparação com o Sul e Sudeste do Brasil, por exemplo. O depoente também menciona que, mesmo em escala nacional, o país lusófono não tem tantos imigrantes quanto os países da América Espanhola, como Colômbia e Peru, devido à barreira do idioma, que, em sua interpretação, desincentiva a chegada de muitos desses indivíduos ao país.

Existem também aqueles que apenas demonstraram que conhecer outros venezuelanos em território brasileiro não é uma prioridade, como Vinicius Valdez, Jonas Jimenez e Josías Jordán. O que não significa necessariamente que eles não conheçam outras pessoas de sua nacionalidade no Brasil.

Diante das complexas relações humanas explicitadas, é relevante concluir que os:

> [...] territórios tornaram-se práticas passageiras de indivíduos que por eles transitam, atuam e os reconstroem, simultaneamente com grupos portadores de suas práticas e territorialidades, sem, portanto, deixar, de ser

> a matriz e o produto dessas ações individuais (Almeida, 2015, p.187).

Vale ressaltar que a comunicação desses imigrantes com seus conterrâneos em Salvador não exclui de forma alguma a manutenção da comunicação com os familiares e amigos que permanecem na Venezuela ou que imigraram para outros países. Eles mantêm contato principalmente por telefonemas e aplicativos de mensagens virtuais. O senhor Jimenez, por exemplo, conseguiu trazer sua mãe e padrasto para a capital baiana durante as conversas a distância com a família.

A troca de telefonemas e mensagens serve para ambos os lados da linha, já que aqueles que estão na Venezuela ou em outros países também se preocupam com as condições daqueles que estão no Brasil. Roberto Rodríguez, por exemplo, além de falar com a família, também troca informações constantes com outros venezuelanos que estão na nação lusófona, principalmente aqueles que estão instalados nas regiões Sul e Sudeste. Isso é um fenômeno semelhante ao relatado por Julio Rojo, porém, com um foco maior nos conterrâneos que estão em outros municípios da Bahia. A situação de Vinicius Valdez é ainda mais extrema, uma vez que a comunicação virtual dele com pessoas de outras nacionalidades é quase exclusivamente realizada com aquelas que estão em seu país natal.

A comunicação com o lado andino, por outro lado, nem sempre é perfeita, levando em conta as dificuldades operacionais internas do país. Conforme lembra Gabriel Guerrero, instabilidades nos serviços de internet e de energia elétrica podem comprometer temporariamente as conversas realizadas à distância. Apesar dessas dificuldades e das diferenças de perfil, todos os imigrantes entrevistados afirmaram manter algum tipo de contato regular por meio de telefonemas e aplicativos de mensagens com as pessoas próximas que não estão no Brasil.

A relação entre a desterritorialização e a reterritorialização dos imigrantes também está relacionada à memória afetiva do meio físico. Como o município de Salvador não possui formações montanhosas, como a Cordilheira dos Andes, e a sua vegetação florestal encontra-se em um estágio avançado de degradação, torna-se difícil estabelecer qualquer tipo de associação com a Amazônia venezuelana. Os imigrantes que melhor conseguiram estabelecer conexões entre o ambiente natural de seu país de origem e a capital baiana eram originários de municípios litorâneos ou localidades próximas ao mar.

Conforme discutido por Massey (2008), os espaços de afetividade também são constituídos pelo meio físico, pois eles fazem parte das paisagens, as quais são apropriadas pela sociedade. Massey critica uma suposta perspectiva das ciências sociais de tratarem as relações emocionais do homem com a natureza como algo pouco importante na formação do ser humano.

Esta relação se dá, sobretudo, pela intensa relação que os imigrantes entrevistados naturais de zonas costeiras possuíam com o Mar do Caribe, conforme expresso nos relatos do cotidiano de Anita González cujo passeios na praia eram considerados por ela como uma fonte de lazer e autoconhecimento. Já Gabriel Guerrero deu destaque para o aspecto de que seria a costa venezuelana o ambiente de recreação com a família.

Foi justamente devido às relações que o ambiente do Mar das Antilhas promovia com os outros e consigo mesmo que Josías Jordán diz gostar tanto das semelhanças das praias de Salvador e do Litoral Norte da Bahia. Essa circunstância o fez repetir muitos de seus rituais sociais que antes realizava na Venezuela. Roberto Rodríguez vive uma experiência similar e, quando questionado sobre o que mais gosta em Salvador, respondeu:

> Eu gostei de Salvador, as praias de Salvador, o clima da Salvador que me faz lembrar a minha cidade, é igualzinha, um calor muito forte, muita praia, muita gente alegre, muita gente na rua, fazendo festas e coisas e achei interessantíssimo isso (Roberto Rodriguez, Salvador, agosto de 2022).

Devido às múltiplas possibilidades relacionais nas áreas praianas, Tavares, Vaz e Matos (2021) consideram a praia como um meio de socialização e de criação de territorialidades. Essa interpretação é semelhante à de Azevedo (2016), que entende que a praia possui sua própria cultura, cuja dinâmica é influenciada pelo espaço-tempo da sociedade em que está localizada.

Foi justamente a busca desse espaço de sociabilidade e territorialidade que motivou Raul Riviera a deixar o Planalto Central brasileiro em direção às planícies costeiras soteropolitanas. Ele considerou as praias como uma forma de manifestação, de assimilação e expressão de seu bem-estar. O entrevistado transformou a praia em uma forma particular de vivenciar a cidade, utilizando-a não apenas como um ambiente para banho e caminhada, mas também como uma forma de reflexão sobre a própria metrópole, fazendo com que buscasse um melhor

reconhecimento dos meios físicos e sociais do território.

4.4 As reterritorializações nas perspectivas política, econômica e cultural: um diálogo entre o campo, o território e a empiria migrante.

Como toda desterritorialização requer uma reterritorialização, Haesbaert (2000) interpreta que a primeira pode ser subdividida nas perspectivas política, cultural e econômica. Consideramos que as des-reterritorializações são dialogáveis com os conceitos bourdesianos de campos, que se apresentam como:

> [...] à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem de posições nesses espaços, podendo ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes (em partes determinadas por elas) (Bourdieu, 1983, p. 89).

Apesar de propositalmente não se aprofundar nas questões territoriais, Bourdieu reconhece os campos como um espaço de interesses e disputas, que é o cerne do próprio conceito de território.

> Um campo, e também o campo científico, se define, entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios dos campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados). Para que o campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos, das disputas, etc. (Bourdieu, 1983, p. 89)

Em outras palavras, os interesses e disputas nos diferentes campos requerem preparo entre os seus agentes para a estratégia e o uso de determinados aspectos inseridos em uma realidade específica. O autor também realiza uma série de subdivisões dos campos, entre eles o político, o cultural e o econômico. O campo político seria:

> [...] um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social (Bourdieu, 2011, p.195).

Esse campo se manifesta entre os participantes da pesquisa como a própria reterritorialização política, principalmente por meio de sua condição de estrangeiridade. Daniel Santander migra para o Brasil como pesquisador por meio de acordos interestatais de caráter científico entre o Brasil e a Venezuela no período do Governo Lula (2003-2010), até a mudança de condições governamentais nas políticas internas e externas desses países. No processo de imigração de Josias Jordán, suas alegações foram suficientes para que o estado brasileiro o considerasse como refugiado.

No campo político, também se manifesta a forma como as disputas de poder afetaram cada um dos depoentes, assim como as políticas migratórias brasileiras afetaram cada um deles, como nos períodos de abertura e fechamento da fronteira Brasil-Venezuela durante os períodos mais críticos da pandemia do coronavírus, além dos procedimentos burocráticos e outras condições para que o imigrante caribenho permaneça legalmente em território brasileiro.

Esses procedimentos, por sua vez, não surgem do nada, mas estão fundamentados nas legislações nacionais vigentes para estrangeiros, como a Lei de Imigração 13.445 de 2017, que na prática funciona como uma atualização e aperfeiçoamento do antigo Estatuto do Estrangeiro. As especificidades da migração venezuelana para o Brasil no século XXI também estão no âmbito das portarias interministeriais e parcerias com organismos internacionais, como o ACNUR (2021). O campo político e a des-reterritorialização política também se configuram na forma como o Estado brasileiro recebe, mas não acolhe os imigrantes venezuelanos, sendo a negligência das necessidades de trabalho e moradia, um reflexo das próprias ideologias vigentes no país, conforme discutido por Sayad (1998).

Já o campo cultural é representado pela dimensão das disputas e interesses expressos nos signos e significados, ou, em outras palavras, na legitimidade do poder simbólico. Ele se diferencia do campo intelectual principalmente por estar no domínio do nosso inconsciente, enquanto o campo intelectual está no domínio sistematizado e consciente de nossos pensamentos. O autor também esclarece que, apesar de seu poder sobre as massas, cada sujeito possui sua percepção individual dessa dimensão da realidade (Bourdieu, 2002).

A concepção de campo cultural é próxima da ideia de desterritorialização (e consequentemente reterritorialização) cultural de Haesbaert (2000), cujo foco está na dimensão simbólica e material do território. Nessa linha de pensamento, o geógrafo em questão rompe com a dicotomia material-imaterial ao compreender que é o contexto histórico, geográfico e social que faz com que um determinado símbolo tenha um significado específico, ao mesmo tempo em que o objeto a ser significado emite uma determinada mensagem não verbal.

Além das interpretações sobre os *habitus* e as consequentes territorialidades anteriormente mencionadas, o processo de re-territorialização cultural mais proeminente nos relatos coletados diz respeito à questão do idioma. Sobre a relação entre língua, poder e cultura, Mendes (2022) considera que:

> A dimensão da língua e da linguagem é a nossa porta de entrada para o mundo e o nosso modo, também, de nos dizer no mundo. Quem nós somos e como vivemos as nossas vidas são constituídos pela linguagem. Assim, ao nos referirmos a uma língua em particular como o português, compreendemos a sua estreita relação com outras dimensões importantes da vida social, como a cultura, a ideologia e a política, por exemplo. Nessa perspectiva, as práticas de linguagem que desenvolvemos quando interagimos com o mundo são orientadas por essas outras dimensões e estruturadas por relações de poder, que se processam em diferentes níveis, desde o das políticas que são implementadas pelos governos e instituições civis, até o nível das relações individuais. Língua é poder. (Mendes, 2022, s. n.)

Desta forma, a língua possui uma dimensão tanto simbólica quanto prática nas relações territoriais desenvolvidas pelos imigrantes. Júlio Rojo explica que, chegar ao Brasil, já sabendo dominar a língua portuguesa, possibilitou uma série de vantagens sociais em relação a outras pessoas de seu país natal que migraram para a Bahia. Assim, o português, além de estar inserido no campo cultural de Pierre Bourdieu, também se torna um capital da mobilidade, facilitando a criação de multiterritorialidades.

A realidade para os que residiram em Salvador sem o domínio da língua local demonstrou ser um desafio a mais no processo de reterritorialização na capital baiana, pois os participantes da pesquisa consideram que sem isso o imigrante é automaticamente marginalizado no mercado de trabalho. Esta discriminação na dimensão do trabalho e emprego pode ser concebida como a exclusão a partir da territorialidade alheia motivada pelo etnocentrismo, concebido por Rocha (1998) como:

> [...] uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc. Perguntar sobre o que é etnocentrismo é, pois, indagar sobre um fenômeno onde se misturam tanto elementos intelectuais e racionais quanto elementos emocionais e afetivos. No etnocentrismo, estes dois planos do espírito humano – sentimento e pensamento – vão juntos compondo um fenômeno não apenas fortemente arraigado na história das sociedades como também facilmente encontrável no dia-a-dia das nossas vidas (Rocha, 1988, p. 5).

A partir de nossas vivências aprendemos um conjunto de simbologias que não necessariamente fazem parte da experiência do outro, causando assim uma série de estranhamentos entre o “eu” e o “diferente”, repercutindo, portanto, sobre a forma como percebemos o outro. Tendemos a encarar os nossos costumes como a única forma correta possível de viver, tendo tudo aquilo que é dissonante como uma “ameaça” à ordem e que, portanto, deve ser “neutralizada”.

Vale ressaltar que o processo de aprendizado da língua portuguesa depende, entre outros fatores, da forma como a migração se dá. Por exemplo, a chegada de Jonas Jimenez, que por ter planejado a imigração para o país lusófono, há anos estudou português nos tempos livres, facilitando, assim, a sua reterritorialização. Desta forma, a xenofobia a partir da língua e do sotaque tende a se manifestar de uma forma mais severa naqueles que migraram em condições de maior vulnerabilidade.

O idioma, enquanto cultura, também se torna um fator na formação de identidades e alteridades, conforme ressalta Daniel Santander, que afirma que, pelo fato do português e do castelhano partirem da mesma raiz, compartilham de similaridades, cujos fatores históricos e geográficos construíram o que hoje denominamos de América Latina. Porém, apesar das semelhanças, questões geolinguísticas promoveram mais subdivisões no continente americano, a saber: América Espanhola e América Portuguesa.

Essas duas Américas, de acordo com sua interpretação da realidade, são próximas e distantes ao mesmo tempo, já que as identidades formadas e as memórias afetivas entre essas duas regiões vão muito além da questão idiomática. O depoente diz que o processo de readaptação territorial ao Brasil não foi tão difícil para ele justamente devido às associações que tem feito com o país natal,

principalmente no que tange à culinária e musicalidade e até mesmo à proximidade entre os idiomas, todavia sabe que não é brasileiro. Na verdade, o entrevistado afirma que, no início de seu processo migratório, sequer se enxergava como um imigrante, condição essa que muda quando decide permanecer no país que o recebeu após o início da crise em seu país de nascimento.

Existem situações, porém, em que o idioma castelhano pode permanecer no cotidiano dos venezuelanos, mesmo inseridos em território brasileiro, como é o caso dos encontros entre pessoas da diáspora, pela vinda de amigos e familiares à cidade, ou mesmo por meio de partes de organizações religiosas cujas reuniões estejam voltadas para uma determinada comunidade.

Esse último caso está presente no relato de Nazaré Nuñez, que em seu depoimento afirma que existem salões do reino em que as mensagens são transmitidas em espanhol, visando justamente atender essa diáspora. Estar constantemente rodeada de pessoas que falam espanhol, como familiares e comunidade religiosa, apaziguou a questão da barreira linguística no processo de reterritorialização da religião em questão.

Diante das experiências explicitadas, concordamos com a interpretação de Corrêa (2014), que entende que as dimensões econômicas e políticas compõem a mesma realidade social inserida numa matriz cultural, cujas interações na sociedade se manifestam material e simbolicamente no espaço geográfico e nas manifestações religiosas.

Para Corrêa, a linguagem é o principal meio de expressão das identidades culturais, o que consequentemente repercute nas manifestações toponímicas de um determinado lugar, sendo a restrição de idiomas e dialetos uma estratégia de enfraquecimento de identidades para imporem sua visão de mundo, utilizados por grupos hegemônicos, que, em nosso caso, são os próprios brasileiros.

Tanto a língua quanto a toponímia são manifestações que podem ocorrer em escalas regionais e nacionais, como acontece com o Brasil. Corrêa (2014) afirma que as manifestações culturais estão repletas de iconografias, que não são politicamente neutras, sendo portadoras de mensagens que indicam uma determinada visão de mundo e processos de reafirmações identitárias.

Porém, de todos os aspectos citados nas entrevistas do presente trabalho, o

maior foco dos relatos estava na esfera econômica, relacionando-se assim com o que Bourdieu (2005) denomina de campo econômico, definido pelo autor como "[...] quando o campo é apreendido por agentes dotados das disposições adequadas, porque adquiridas em e por uma experiência precoce das necessidades do campo" (Bourdieu, p. 2005. p. 22), aplicado ao próprio jogo econômico. Esse aspecto da realidade, por sua vez, não ocorre de forma completamente racional-matemática, pois:

> [...] a lógica do mercado nunca conseguiu suplantar completamente os fatores não econômicos na produção ou no consumo (por exemplo, na economia da casa, os aspectos simbólicos, que permanecem muito importantes, podem ser explorados economicamente). As trocas nunca são completamente reduzidas a sua dimensão econômica, e, como lembrava Durkheim, os contratos têm sempre cláusulas não contratuais (Bourdieu, p. 22, 2005).

O sociólogo também afirma que o campo econômico é divido entre agentes e consumidores. Em uma conceituação similar à do território econômico, compreende-se que os primeiros como aqueles que "[...] criam o espaço, isto é, o campo econômico, que só existem pelos agentes que se encontram nele, e que deformam o espaço na sua vizinhança, conferindo-lhe uma certa estrutura (Bourdieu, 2005, p. 23).

Quanto aos consumidores o "[...] seu comportamento se reduziria inteiramente ao efeito do campo, se eles não tivessem uma certa interação com ele" (Bourdieu, 2005, p.24). Bourdieu afirma, desse modo, que os sujeitos não são meramente passivos aos agentes que compõe uma determinada estrutura econômica. E acrescenta que o "[...] peso associado de um agente depende de todos os outros pontos e das relações entre esses outros pontos, isto é, de todo o modo o espaço compreendido como uma constelação relacional" (Bourdieu, 2005, p. 24).

Esta relação entre o espaço/território e agentes e consumidores, em uma análise territorial, condiz com o que Haesbaert (2000) compreende como uma des(-re)territorialização numa perspectiva econômica. No entendimento do mencionado pesquisador, é interessante focar a análise desta perspectiva no âmbito da exclusão socioespacial, ligada às estruturas impostas pelo modelo de produção vigente que causam fragilizações nas relações territoriais, chamando o leitor à reflexão sobre a questão da "desterritorialização por quem e para quem?", afirmando que:

> Geralmente estes discursos da desterritorialização – seja da globalização do capitalismo (de acumulação flexível), da fluidez do capital financeiro ou da 'deslocalização' das grandes empresas – servem apenas para ocultar a real desterritorialização, a daqueles que, submetidos a essa 'liberdade improdutiva', e à flexibilidade das relações de trabalho, acabam não tendo emprego ou sendo obrigados a subordinar-se a condições de trabalho cada vez mais degradantes (Haesbaert, 2000, p.193-194).

A esta linha de raciocínio acrescentamos dois adendos: primeiro que, conforme explicado pelo próprio autor, para toda desterritorialização existe uma reterritorialização. Nisto, podemos compreender, portanto, que os migrantes econômicos passam por uma reterritorialização econômica, o que não quer dizer que haja necessariamente uma melhora das condições financeiras ou de empregabilidade dos estrangeirizados, e sim que os venezuelanos radicados no Brasil estão inseridos em uma nova configuração da estrutura do campo econômico.

O segundo ponto é que a análise do autor está focada na des-reterritorialização causada pelas grandes empresas capitalistas. Porém, a exclusão socioespacial não ocorre apenas por ações diretas dessas corporações, pois conforme explicitado nos capítulos 2 e 3, as fragilizações de grandes empresas estatais, mesmo em governos autoproclamados socialistas (principalmente se os rendimentos do país forem condicionados essencialmente por empresas do Estado), podem contribuir com uma crise econômica que resultem no enfraquecimento das relações da população local com o território.

O processo de reterritorialização econômica, contudo, não atingiu aos participantes da pesquisa de maneira igualitária, pois são diferentes configurações da complexidade imigrante envolvida, perpassando pelo capital econômico, social, cultural e de mobilidade existentes na questão do atravessamento das fronteiras internacionais. Estes imigrantes podem subdivididos em 4 grupos, a saber: os que já chegaram com emprego garantido; os que tiveram que procurar uma fonte de renda; os que não chegaram a exercer atividades remuneradas no município baiano e o que entrou em território nacional com finalidades estudantis.

Faz parte desse primeiro grupo Josías Jordán, que chegou ao Brasil a convite de um amigo mexicano que atua em uma empresa no município de Camaçari e já conhecia o seu trabalho no exterior. Inicialmente, ele atuou como técnico mecatrônico neste município da Região Metropolitana de Salvador, porém, o seu

chefe também se interessou pelos seus conhecimentos na área de programação. O senhor Jordán afirma que existe uma sensível diferença no cenário econômico entre o Brasil e o seu país natal, uma vez que, com os rendimentos obtidos na nação lusófona, ele tem conseguido quitar seus débitos no supermercado e acreditar na possibilidade de ascender economicamente no estado da Bahia.

Outro imigrante que também chegou a Salvador com emprego garantido foi Julio Rojo, todavia não foi por via de contratação por uma alguma organização brasileira e sim pela manutenção do seu trabalho como engenheiro de *software* a uma empresa estadunidense em que ele já atuava na Venezuela na modalidade à distância. O mesmo depoente julga que Salvador possui os serviços de internet e energia elétrica mais estáveis que o seu país natal, facilitando, assim, a execução do seu ofício laboral.

O grupo mais numeroso entre os entrevistados, porém, foi o dos que chegaram ao Brasil tendo que buscar emprego em território nacional, possuindo uma realidade sensivelmente diferenciada em relação ao primeiro grupo. Um exemplo de alguém que passa por essa situação é Anita González, cuja narrativa informa que é o "quem indica", ou seja, a existência de pessoas influentes em uma determinada empresa que têm o poder de inserir alguém em seu quadro de funcionários. Isso é extremamente importante para ingressar no mercado de trabalho em ambos os casos, porém, ela sente que essa situação é ainda mais marcante na Bahia.

A participante da pesquisa relata que apesar disso conseguiu trabalhar por 5 meses na área de telemarketing, sendo demitida da sua ocupação devido aos eventos relacionados à pandemia do coronavírus. Diante de tal cenário, se dedicou ao empreendedorismo na área de *design* gráfico, afirmando que, além de ter facilidade para aprender a parte técnica da área, o trabalho rendeu um rápido retorno financeiro:

> A gente transformou a casa em um escritório e depois comecei a fazer minhas coisas. A trabalhar em conjunto, então estou fazendo estudos a distância, esse negócio de ead, esse negócio de viajar não dá certo para gente, ainda mais que eu sou *freelancer*, então me dediquei a área digital a qual abri uma agência a qual estou iniciando. É meu sonho, minhas coisas, estou tirando a minha frustração porque estou fazendo o que eu gosto. Estou trabalhando tranquila, algo que a gente não conseguia. Estou conseguindo fazer as minhas coisas. (Anita Gonzalez, Salvador, agosto de 2022)

Isso exemplifica como questões na vida financeira e profissional impactam na saúde mental dos indivíduos, sendo uma das possíveis consequências resultantes da des-reterritorialização no movimento. Quem também atua no setor de vendas é a imigrante Nazaré Nuñez, no seu já mencionado negócio de venda da matéria-prima da Arepa. No entanto, essa não é sua única fonte de renda, pois ela também trabalha em uma empresa de turismo. Com essa dupla fonte de renda, a imigrante afirma que tem conseguido ajudar financeiramente a sua família na Venezuela, inclusive sua irmã que, até o momento da entrevista, estava enferma.

Entre todos os entrevistados desse grupo, o único que exerceu apenas uma função durante toda sua migração para a capital baiana foi Raul Riviera, trabalhando como cabeleireiro. Ele realizou uma série de cursos profissionalizantes relacionados tanto à sua atual profissão quanto a de outras áreas, acumulando, até o momento da nossa entrevista, 23 certificados.

Jonas Jimenez demonstrou uma maior variedade ocupacional do que os três primeiros imigrantes, tendo trabalhado em boates e restaurantes. No entanto, com o surgimento da pandemia de Covid-19, ele não conseguiu continuar nessas áreas e passou a realizar trabalhos na construção civil. Essa situação é semelhante à de Vinicius Valdez, que relata ter atuado em uma série de subempregos em Salvador e, posteriormente, ingressou no comércio informal. Em um terceiro momento, ele se tornou diarista em um restaurante e, dois meses depois, foi efetivado no cargo.

A dupla de amigos Gustavo Guerrero e Roberto Rodríguez representa aqueles que não chegaram a exercer qualquer tipo de atividade remunerada na capital, pois a migração para Salvador foi muito mais uma ponte para um deslocamento para o Sudeste brasileiro do que uma intenção de reconstruir sua trajetória profissional na capital nordestina. Ambos residiram apenas 2 meses em Salvador, afirmando que não esperavam conseguir qualquer tipo de emprego na metrópole, pois acreditavam que Salvador não é conhecida por ser um local gerador de empregos. Atualmente, residem na cidade de São Paulo.

Daniel Santander, conforme mencionado anteriormente neste trabalho, representa aqueles que chegaram ao Brasil por motivos estudantis, residindo em Salvador após ser convocado em um concurso público para exercer a função de professor universitário.

4.5 As territorializações continuam: planos para o futuro.

Quanto aos planos para o futuro, eles estão atrelados à interpretação que cada um tem das suas des-reterritorializações, refletindo, assim, na forma como cada um deseja viver os diferentes territórios.

Conforme demonstrado pelos estudos de Schittenhelm (2005) e Nohl; Schittenhelm; Scimidtke e Weiss (2014) existem dimensões onde a vida do imigrante e do cidadão se intercalam como a necessidade de qualificação profissional e a entrada no mercado de trabalho, assim como a necessidade da existência de relações sociais tanto com a família como com outras pessoas, sendo a principal diferença entre os migrantes e os naturais a necessidade de atravessamento das fronteiras internacionais e as suas consequências socioespaciais e jurídicas.

Assim, para analisarmos as suas territorializações e multiterritorialidades, podemos separar os participantes da pesquisa em três grupos, a saber: os que planejam voltar à Venezuela, os que querem permanecer no Brasil e os que não têm certeza se retornarão ou continuarão em seu país de recebimento.

Entre os participantes da pesquisa, o único que faz parte deste primeiro grupo é Júlio Rojo, que, apesar de não acreditar em uma recuperação econômica do seu país natal a curto ou médio prazo, planeja retornar ao seu país natal, sendo motivado principalmente pelo sentimento de que se deve fazer algo para que, de alguma forma, ajudar a população do seu país. Ele diz que pretende cumprir com esse objetivo oferecendo cursos gratuitos na área de informática, tendo ênfase ao público juvenil.

Jonas Jimenez, porém, já faz parte do grupo que pretende permanecer no Brasil, pois além de acreditar que seu país natal não se recuperará a curto ou médio prazo da crise, ele planeja se consolidar em sua área de atuação em Salvador. Apesar disso, ele se considera um patriota e pretende visitar regularmente a Venezuela, levando consigo parte de seus aprendizados profissionais e gastronômicos para sua nação de origem. Outro fator que influencia em sua decisão são seus familiares, que residem tanto na Bahia quanto em outras partes da América Portuguesa, contribuindo assim para a reconfiguração de sua

territorialidade.

Quem também pretende seguir a vida em território brasileiro é Josias Jordán, cujo foco está em abrir uma empresa, concluir o seu mestrado e finalizar outros projetos profissionais. Todavia, o fator que mais pesou neste planejamento é a sua desesperança com a recuperação econômica do país, não acreditando que teria uma vida confortável caso voltasse a residir na nação caribenha. Raul Riviera também deseja continuar no país lusófono, porém, sob o argumento de que já reconfigurou a sua vida no país, criando uma nova territorialidade no país que o recebeu.

Apesar da saudade das suas antigas relações territoriais com o seu país natal, outro migrante que não pretende retornar à Venezuela é Gustavo Guerrero. O depoente, inclusive, pretende ter uma casa própria no Brasil, retornando à nação bolivariana apenas com o intuito de visitar familiares e amigos. Aliado a esta meta existem planos correlacionados, como melhorar o domínio da língua portuguesa com o intuito de facilitar as suas relações sociais no Brasil, onde sonha em se casar e ter um filho com características culturais tanto brasileiras quanto venezuelanas.

Quanto a Daniel Santander temos um caso específico de um imigrante que já consolidou a sua carreira profissional no Brasil, estando já casado e tendo uma residência própria. Santander está em condições financeiras mais estáveis do que a maioria dos entrevistados. Esta forma de reterritorialização relativamente pouco conturbada é o principal fator pelo qual o professor universitário deseja permanecer no Brasil, aliado ao fato de também não acreditar em uma rápida recuperação econômica do país andino.

Os que não sabem ao certo se retornarão, em sua maioria demonstram um desejo de voltar à sua terra natal, todavia não há um planejamento mais aprofundado para o seu retorno, fenômeno comum em migrantes internacionais de maneira geral, sendo um dos principais focos de Sayad (1998). O autor considera essa dúvida como um dos principais desafios das trajetórias dos migrantes entre os participantes da pesquisa esta dúvida não está relacionada apenas com as condições políticas, econômicas e sociais da Venezuela, mas também perpassa pelas múltiplas dimensões do “ser migrante”.

Um exemplo dessa complexidade está no relato de Anita González, que,

apesar de considerar que está obtendo avanços na sua vida profissional, encara uma profunda saudade da sua mãe, cogitando inclusive ir mais uma vez a Colômbia residir com ela caso ocorram imprevistos financeiros na Bahia. Outra condição dela retornar ao seu primeiro país de migração está condicionada a conseguir uma clientela naquele país, apesar de temer os trâmites burocráticos para exercer o seu ofício em território colombiano.

Além das questões de saudade de familiares, estabilização da vida profissional e questões legais, existe a divisão sentimental entre seu país natal e o país de acolhimento, uma questão abordada por Nazaré Nuñez. Apesar de essa condição estar também relacionada ao cenário sociopolítico e econômico da Venezuela, em seu processo de reterritorialização, ela estabeleceu uma territorialidade baseada na crença de que o Brasil é um país acolhedor, criando assim a sensação de que sua "segunda casa" se encontra no país lusófono.

Além das questões sociais propriamente ditas, a relação entre as pessoas, o espaço e as identidades, também há uma dimensão ontológica à qual Dardel (2011) aponta que a realidade geográfica das pessoas é a realidade de sua história de vida sobre a Terra, de suas percepções, formando, assim, laços de afetividade ou repulsa, simbologias e imagens que despertam lembranças tanto boas quanto ruins, servindo como base para o planejamento de nossas vidas.

Sentir-se adaptado ao novo território também faz parte da dúvida de Roberto Rodríguez quanto à sua permanência no Brasil, sendo um dos fatores para essa possível permanência, a expectativa de finalmente exercer a sua função de advogado, já que ele julga que seu sonho possui uma possibilidade menor de ser concretizado na nação caribenha.

Diante de tais relatos concordamos com a perspectiva weissiana das migrações:

> Os migrantes diferem dos não migrantes, na medida em que suas mudanças de status não se dão apenas entre educação e mercado de trabalho, e entre ser solteiro e começar uma família, mas também na necessidade de superar regimes de fronteira nacionais, um processo durante o qual pesam as vantagens e desvantagens colocadas pelos diversos contextos, no esforço para melhorar [...] (Weiss, 2018. p. 120).

Aliado a isso, concordamos com Haesbaert (2000) em sua opinião de que as territorialidades construídas nos diferentes territórios não necessariamente se

anulam, pelo contrário, normalmente estão entrelaçadas entre si, desde as perspectivas política, econômica e cultural até as relações de pertencimento.

As territorialidades possuem características de mais de um território manifestas em seu cotidiano, fenômeno denominado pelo autor de multiterritorialidade, marcado, entre outros fatores, por relações de semelhanças, conflitos e ressignificações das formas como o imigrante enxerga a si mesmo e ao mundo a partir de suas dinâmicas territoriais experienciadas.

As migrações, em suas próprias palavras “[...] são um processo multidimensional, condensando toda a complexidade da des-re-territorializações das sociedades” (Haesbaert, 2012, p. 233), sendo “[...] um processo em diversos níveis de “des-re-territorialização” (p. 246).

As complexas relações de territorialidades em um processo migratório, sobretudo aqueles de longa duração, estão condizentes com o pensamento de Hall (2006) de que os indivíduos vivenciam trocas de experiências culturais. Cada local, região ou país possui suas próprias particularidades políticas, econômicas e culturais. Para se adaptar ao novo lugar em que se inserem, os migrantes terão que lidar com as alteridades dos habitantes locais.

De qualquer forma, a relação entre as pessoas, o espaço e as identidades, possui uma dimensão ontológica apontada por Dardel (2011), em que a realidade geográfica de um sujeito é a própria realidade de sua história de vida sobre a Terra. Isso inclui suas percepções, laços de afetividade/repulsa, simbologias e imagens que despertam lembranças tanto boas quanto ruins e nos servem de base para planejarmos nossas vidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o território a partir da concepção clássica da área de jurisdição de um determinado Estado-nação é importante para um maior entendimento de uma série de fenômenos geopolíticos, entre eles, as migrações internacionais, uma vez que o migrante só é concebido como tal diante das fronteiras estatais. Além disso, o contexto histórico e geográfico de uma onda migratória não raramente está atrelado a uma disputa de domínio territorial em um determinado país.

A história da Venezuela é marcada por uma série disputas de poder estatal e consequentemente do seu território. Mesmo diante do puntofijismo, cujo pressuposto era redemocratizar o país após o fim de uma ditadura militar, houve sucessivos episódios de instabilidade política, incluindo tentativas de golpes na maioria dos mandatos dessa era. As inconstâncias desse período também foram comuns nos campos econômicos e social, não sendo raras as crises econômicas, revoltas populares e denúncias de corrupção.

Por outro lado, foi uma era que também apresentou uma série de legados ao país, tendo como exemplo a consolidação do sufrágio universal, construção de estabelecimentos públicos e o fortalecimento das relações internacionais venezuelanas, influenciadas pela sua sólida base petrolífera.

Todavia, a última gestão de Rafael Caldera, marcada pelo agravamento de uma série de crises anteriores, possibilitou que Chávez assumisse o poder em 1999, instaurando uma série de políticas mais ortodoxas à esquerda do que os governos puntofijistas. Chávez institui uma nova era ao país, tendo como uns dos seus principais marcos as reformas agrárias mais abrangentes, ousadas estatizações e a inauguração das *missiones* que abarcavam uma série de políticas públicas para a população.

Vale ressaltar que a Era Chávez também passou por várias acusações de oposicionistas, tais como: corrupção, assassinatos, utilização indevida da máquina pública para fins de perpetuação do poder, entre outros, resultando em uma série de conturbações políticas, de petições para sua retirada do poder e até mesmo tentativas de golpe de Estado. Apesar dessas e outras turbulências, seu governo chega a três mandatos, sendo finalizado com o seu falecimento no ano 2013.

Após a morte de Chávez, Maduro foi eleito como o novo líder do poder executivo. No entanto, seu governo coincidiu com uma crise do petróleo iniciada em 2014, uma vez que o combustível fóssil é a principal fonte de renda do país, e também enfrentou problemas operacionais na estatal petrolífera, resultando na fragilização da economia nacional. Para enfrentar esses desafios, Maduro implementou políticas públicas, especialmente nas áreas de distribuição de alimentos pelos CLAPs e no auxílio estatal a pequenas e médias empresas. Ele responsabiliza potências ocidentais por sabotar a Venezuela, por meio de financiamento de tentativas de golpes e imposição de embargos econômicos.

O governo Maduro também enfrenta uma tentativa de assassinato contra sua pessoa, sanções internacionais, tensões com a oposição política, os impactos da pandemia de Covid-19, falta de reconhecimento por parte de vários países e acusações de violações dos direitos humanos advindas de organizações não governamentais e organismos internacionais.

Dados governamentais da própria Venezuela e o relato dos nossos participantes da pesquisa indicam que o país, desde a segunda metade da década de 2010, tem passado por uma série de fragilidade que modificaram negativamente as relações de parte da sua população local com o território. Essa desterritorialização na imobilidade passa por vários aspectos, sendo a mais priorizada pelos entrevistados a queda do poder de compra por processos inflacionários, seguido do desabastecimento dos supermercados. Outros fatores mencionados foram a precarização de serviços públicos e privados, insegurança e animosidades políticas. Desta forma temos uma desterritorialização política e principalmente econômica.

O governo reconhece a maioria dessas fragilidades e tem realizado reformas econômicas para amenizar os cenários inflacionários e de desabastecimento que tem apresentado resultados positivos a partir de 2022. Quanto à precarização de serviços públicos, Maduro tem anunciado investimentos em diversas áreas. Na seara privada, o presidente tem facilitado a abertura de pequenos e médios negócios por meio da desburocratização de novas empresas.

Porém, diante das dificuldades enfrentadas, milhões de venezuelanos tiveram que atravessar fronteiras internacionais, o que pode ser configurado como uma desterritorialização no movimento. Vale ressaltar que os imigrantes, mesmo em um

contexto de crises internas, não devem ser estereotipados como um grupo homogêneo onde todos estão na mesma situação nos países que os recebem.

Cada migrante, além da sua própria história, possui diferentes recursos para se manter em um outro país. São diversas corporeidades manifestas no seus *hexis* e consequentemente nos corpos migrantes, interpretações da realidade sobre o campo (entendido aqui como o próprio território), redes de contato convertidos em capital social e diplomações profissionais manifestas no capital cultural. Além disso, se torna necessário levarmos em consideração a dimensão temporal, uma vez que as migrações são processos extremamente dinâmicos, existindo períodos de maior facilidade ou dificuldade para atravessar as fronteiras. Todas as variáveis mencionadas fazem parte do capital da mobilidade, em outras palavras, as condições para um determinado imigrante se manter em um dado território.

As migrações internacionais apresentam uma série de componentes territoriais, já que elas são configuradas como um processo de atravessamento das fronteiras. Este deslocamento possui a especificidade de determinar, por meio do território nacional, quem é cidadão e quem é estrangeiro, uma dimensão jurídica sobre os que fazem parte do “nós” e do “eles”, assim como todas as atribuições legais e sociais inseridas nessas alteridades.

O contexto em que uma determinada migração se dá pode inclusive afetar a própria percepção de se reconhecer como um migrante, tendo como exemplo o caso de um estudante universitário que chegou ao Brasil no ano de 2007 e se dedicou à pós-graduação. Até o final do seu doutorado, o mesmo se identificava apenas como alguém que estava “passando” pelo Brasil, mas, a partir do momento que julgou que dificilmente retornaria ao seu país origem, assume uma consciência de ser um imigrante. Tomaremos nota de que todo imigrante também é um emigrante, tendo que abrir mão da proximidade física de amigos, colegas e familiares e até mesmo dos aspectos naturais da paisagem com a qual se apropriava no seu cotidiano.

A imigração para o Brasil está representada por diversas rotas, sendo a mais famosa pela fronteira com a Venezuela pelo estado de Roraima, todavia devemos considerar que a migração não é um fluxo uniforme. Por meio de trabalho de campo constatamos que existem venezuelanos que primeiro migraram para outros países da América do Sul, residindo no Brasil apenas em um segundo ou terceiro momento, assim como também existem aqueles que não estão em sua primeira vinda à

América Portuguesa.

O programa governamental denominado de Operação Acolhida, cujo objetivo é prestar desde 2018 apoio a venezuelanos que chegaram no Brasil via terrestre por Roraima, por uma lado demonstrou atender todos os que solicitaram o serviço, por outro é alvo de reclamações quanto ao tempo para atender os imigrantes durantes períodos de maior fluxo. Também há insatisfações sobre como, apesar do seu nome, a operação apenas os recebe, mas não os acolhe, não fornecendo outras garantias aos beneficiados além de resoluções burocráticas.

Um migrante internacional também pode realizar uma série de deslocamentos no próprio país que o recebe. Entre os nossos entrevistados nem sempre Salvador foi o primeiro destino, sendo mencionados Roraima, Distrito Federal e Rio de Janeiro como outros locais de residência anteriores. A capital baiana também pode não ser o último destino no Brasil para muitos, tendo alguns participantes da pesquisa partindo para municípios de sua Região Metropolitana ou estados do Sul e Sudeste. Os motivos apontados para Salvador ser o destino dos colaboradores da pesquisa foram: apoio de entidades religiosas, o suporte de sacerdote ou amigos, além de trabalho já garantido no município.

Os processos territoriais ocorrem continuamente, uma vez que na mudança de um território para outro se passa a vivenciar uma nova territorialidade, dessa forma, podemos compreender que toda desterritorialização requer uma reterritorialização, que é passar por um novo processo territorial.

Constatamos que as reterritorializações no Brasil, na Bahia e em Salvador ocorrem múltiplos aspectos. Nos três recortes territoriais se percebe que a maioria dos andinos chegaram em um contexto de fragilização econômica da Venezuela, cuja maioria se encontrava trabalhando ou estudando em diferentes profissões e setores. Especificamente em Salvador, foram mencionados uma série de paralelos entre a capital baiana e o país bolivariano, tendo destaque semelhanças entre a geografia física, principalmente no que tange as morfologias costeiras, e os padrões culturais das relações interpessoais, considerados como extrovertidos, bem humorados e hospitaleiros.

A maioria dos entrevistados revelou que não possui muitas relações cotidianas com outros venezuelanos em Salvador, sendo mais comum a interação

com pessoas que vieram juntamente com eles. A maior parte dos contatos com outros venezuelanos no município acontece por intermédio de redes sociais.

Também é a internet o principal meio pelo qual esta comunidade tem se comunicado com seus familiares e amigos, seja na Venezuela ou em outros países do mundo. A comunicação virtual com os que permaneceram na Venezuela também demostrou ser um importante meio de atualização sobre a situação do país de nascimento.

A reterritorialização em Salvador também enfrenta uma série de dificuldades, sendo a inserção no mercado de trabalho a mais apontada, devido a dois motivos principais, a saber: falta de indicação para trabalhar na iniciativa privada e discriminação, especialmente, porque os empregadores em potencial partem do pressuposto de que os imigrantes não sabem falar português. A própria diferença de idioma entre a Venezuela e o Brasil foi abordada como uma das principais diferenças entre os dois países, sendo um fator complicador para a adaptação à nova realidade territorial.

A dificuldade de alguns imigrantes em conseguirem um emprego estável na capital baiana motivou a criação de pequenas atividades comerciais por parte deles. O setor de vendas é a atividade com maior ocupação entre os imigrantes registrados no município. Por outro lado, ocorreu uma guinada na vida profissional de alguns dos colaboradores da pesquisa na mesma capital, por meio de cursos técnicos/profissionalizantes com o intuito de se tornarem mais valiosos para o mercado em um determinado setor.

Apesar dos diversos problemas elencados no processo de reterritorialização explicitados no presente trabalho, todos os colaboradores da pesquisa julgaram que sua saída do país natal foi positiva, pois até o momento das entrevistas, os participantes sinalizaram que Salvador apresentava melhores condições de sobrevivência em relação a Venezuela, principalmente, em relação à renda e acesso aos serviços públicos.

Para alguns, Salvador representa uma reconfiguração de suas vidas familiares. Por um lado, o êxodo venezuelano resultou na dispersão de seus parentes ao redor do mundo. Por outro lado, participou da construção de novos núcleos familiares, com o nascimento de filhos em território brasileiro. Além disso, há

aqueles que pretendem receber parentes que estão no exterior para residirem junto a eles.

Em resumo, as reterritorializações dos imigrantes podem ser analisadas por pelo menos três perspectivas: a política, na qual os sujeitos são estrangeirizados; a cultural, medida em que experimentam outros *habitus* decorrentes de sua nova territorialização; e a econômica, uma vez que são inseridos em um novo contexto econômico que impacta diretamente em suas vidas.

Quanto aos planos para o futuro, conforme depoimentos dos imigrantes, estão intimamente ligados principalmente a duas condições: estabilidade na vida profissional e situação conjugal. Os que já estão em uma situação profissional mais confortável possuem uma tendência maior de permanecerem no Brasil, o mesmo acontece com aqueles que formaram um novo núcleo familiar. Quanto aos que pretendem ou cogitam retornar ao país natal, também são alegados dois motivos principais para esse planejamento, ambos motivados por laços territoriais, a saber: reestabelecer relações de proximidade física com familiares e entes queridos e sentimentos de cunho nacionalista.

Nesta pesquisa, constatamos a existência de uma maior necessidade de integração entre o poder público, a sociedade civil e os próprios imigrantes para a discussão e implementação de políticas efetivas voltadas aos imigrantes no Brasil. Essa integração deve abranger tanto o governo federal quanto os estados e municípios. Essa articulação tornaria mais clara as atribuições de cada nível de governo, facilitando a oferta de serviços destinados à população migrante, que não devem se restringir apenas a questões burocráticas, campos de refugiados e transporte interestadual.

Os migrantes, especialmente aqueles que chegam em condições de maior vulnerabilidade, necessitam de condições que garantam sua qualidade de vida, como moradia digna e oportunidades de emprego. Embora as necessidades dos imigrantes não se resumam a essas duas importantes questões, eles representam os principais fatores pelos quais as pessoas envolvidas no movimento migratório em questão vieram para o Brasil.

Diante de tais análises acreditamos que conseguimos compreender os processos de des-reterritorialização de imigrantes venezuelanos, levando em

consideração seus contextos históricos e geográficos, desterritorializações tanto no seu país natal quanto em Salvador.

No entanto, os processos migratórios e territoriais são extremamente dinâmicos, exigindo atualizações constantes. A própria dissertação foi iniciada durante um período de intenso fluxo de venezuelanos no Brasil e tensões na nação bolivariana. Contudo, não foi viável atualizar a pesquisa sempre que ocorressem mudanças nesses cenários. Dessa forma, uma vez que o trabalho começou a ser redigido em 2021 e a maioria dos nossos dados quantitativos se retrata o cenário do ano de 2019 ou o início de 2020, exceto pelo perfil levantado em Salvador, que foi realizado na parte final da pesquisa. Portanto, nos questionamos: houve alguma mudança no perfil dos venezuelanos no Brasil e na Bahia entre 2020 e 2022?

Salvador apresentou uma alta rotatividade dessa população, o que nos leva a questionar como as territorialidades vividas na capital baiana influenciaram suas migrações posteriores. Em outras palavras, como são construídas as multiterritorialidades a partir da experiência soteropolitana?

A necessidade de atualização também se refere ao momento histórico atual da Venezuela, uma vez que o ano de 2022 trouxe certo alívio em relação às crises multissetoriais enfrentadas pelo país desde a década anterior. Isso pode levar alguns indivíduos a retornarem ao seu estado de origem, levantando questionamentos sobre como suas trajetórias em Salvador influenciam suas novas relações territoriais, mais especificamente em seu país de nascimento.

O tema do nosso trabalho não possui um fim, justamente por ser um processo contínuo, exigindo revisões constantes. Além disso, uma análise territorial envolve diversos elementos que devem ser considerados, requerendo um foco mais aprofundado em alguns de seus aspectos. Portanto, outras abordagens sobre essa mesma temática são bem-vindas, pois nos possibilitam a obtenção de uma visão mais abrangente do fenômeno estudado.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA et al. **Las academias nacionales ante la situación de las instituciones científicas, humanísticas y de la educación superior del país. Caracas**, 2022.

ACCÍON DEMOCRÁTICA. **Somos socialdemocratas**. 2012. Disponível em: https://acciondemocratica.org.ve/adport/somos-socialdemocratas/. Acesso em 24 abr. 2023.

ACNUR BRASIL**. Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Roraima e Manaus:** setor produtivo e potencialidades. Brasília. p.4. 2021.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Procuradora do Trabalho denuncia exploração de venezuelanos em Roraima**. 2018. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/536191-procuradora-do-trabalho-denuncia-exploracao-de-venezuelanos-em-roraima. Acesso em: 01 mai. 2023.

AGUIRRE, Deninson Alessandro Fernandes. **Análise histórica de democracia venezuelana:** de Punto Fijo ao bolivarianismo. 2020. 163 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

ALBA CIUDAD. Maduro: **Universidades del país serán rehabilitadas por la Misíon Venezuela Bella.** 2020. Disponível em << https://albaciudad.org/2020/03/maduro-universidades-del-pais-seran-rehabilitadas-por-la-mision-venezuela-bella/>> Acesso em: 03 dez.2022.

ALLIÉS, Paul. **L'invention du territoire.** Presses Universitaires. Grenoble. 1ª ed. 1980.

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de; BAENINGER, Rosana. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: BAENINGER, Rosana (org.). Coleção Por dentro do Estado de São Paulo, v. 9: **Migração Internacional**. Campinas: Núcleo de Estudos Populacionais Eliza Berquó, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diáspora: viver entre-territórios e entre-culturas? In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequencia, 2015.

ALVAREZ, Ángel E. Venezuela: ¿la revolución pierde su encanto?. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 28, n. 1, p. 405-432, 2008.

AMÉRICA 2.1. **Gehard Cartay / Caldera y Betancourt:** De la confrontación a la alianza política por la democracia. 2016. Disponível em:

<https://americanuestra.com/gehard-cartay-caldera-betancourt-de-la-confrontacion-la-alianza-politica-por-la-democracia/> Acesso em 28 set. 2022.

AMNISTIA INTERNACIONAL. **Report Venezuela**. 2021. Disponível em: <https://www.amnesty.org/es/location/americas/south-america/venezuela/report-venezuela/> Acesso em: 30 mar. 2022.

AMNISTIA INTERNACIONAL. **Global Refugiates Crisis in numbers**. 2015. Disponível em: https://www.amnesty.org/en/latest/press-release/2015/10/global-refugee-crisis-by-the-numbers/. Acesso em: 21 out. 2021.

ANALÍTICA. **Fragmento de conversación durante su cautiverio.** 2013. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20081225021143/http://www.analitica.com/bitblio/hchavez/cautiverio.asp> Acesso em 05 ago. 2022.

ANDRADE, Laís Melo de. A Migração como alienação para o trabalho escravo: um caso análogo a trabalho escravo e migração na cidade de Itabuna – Bahia 2018. **Revista Linguagem, Ensino e Educação.** v.6. n.1. jan-jun. p. 117-134. Criciúma. 2022.

APONTE BLANK, Carlos. **Los Comités Locales de Abastecimiento y Producción (CLAP) y la Gran Corrupción del siglo XXI.** Los nuevos programas prioritarios del sector social en Venezuela, 2016-2019. Observatorio de programas sociales. Transparencia Venezuela. Caracas, 2020.

ASAMBLEA NACIONAL. **Diputados**. 2021. Disponível em <https://www.asambleanacional.gob.ve/diputados?condicion=Principal> Acesso em 01 out. 2022.

ARENDT, Hanna. **Da violência**. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 1969.

ARMANIAN, Nazanín. **Las nueve raziones de EEUU declarar la guerra a Venezuela.** 2019. Disponível em: <https://blogs.publico.es/puntoyseguido/5517/las-nueve-razones-de-eeuu-en-declarar-la-guerra-a-venezuela/> Acesso em 05 fev. 2022.

A TARDE. **Real brasileiro passa a circular em cidade venezuelana.** 2021. Disponível em <https://atarde.com.br/economia/real-brasileiro-passa-a-circular-em-cidade-na-venezuela-1147988>. Acesso em 01 dez. 2022.

AZEVEDO, Thales de. **A praia**: espaço de socialidade. EDUFBA. Salvador. 2ª ed. 2016.

BAENINGER, Rosana. Contribuições da academia para o pacto global da migração: o olhar do Sul. In: BAENINGER, Rosana. et al. **Migrações Sul-Sul**. Núcleo de Estudo de Pesquisa da População “Elza Berquó” (NEPO). 2ª ed. Campinas. p.21. 2018.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. **Revista Latinoamericana de Población**. Rio de Janeiro. v.16. n.1. p.1-29. 2022.

BARROS, Pedro Silva; GONÇALVES, Julia Borba. Fragmentação da governança regional: o Grupo de Lima e a política externa brasileira (2017-2019). **Mundo e Desenvolvimento.** Rio Claro. p.6-39. 2019.

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA**. Índices integrados de volumen y valor de las ventas comerciales**. 2022. Disponível em <http://www.bcv.org.ve/estadisticas/comercio> Acesso em: 25 set. 2022

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA a. **Índices Laspeyres del volumen de ventas. Base 2007=100.** Disponível em: <http://www.bcv.org.ve/estadisticas/manufactura> Acesso em: 25 set. 2022

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA b. **Indice Nacional de Precios al Consumidor.** 2007 (Base deciembre 2007 = 100). Disponível em <https://www.bcv.org.ve/estadisticas/consumidor>. Acesso em 01 set. 2022.

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga; Venezuela em crise: O que mudou com Maduro? **Revista de Derecho y Cambio Social**. p. 1-16. 2018.

BBC NEWS. **Chavez promotes expelled diplomat.** 2006. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4706588.stm> Acesso em: 05 ago. 2022.

BBC NEWS. **Chavez to shut down opposition TV.** 2006**.** Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/6215815.stm>. Acesso em 05 ago. 2022.

BBC NEWS. **Venezuela 'foils national guard rebellion' against Maduro**. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-46945690>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. A. **As regiões ganhadoras - distritos e redes**: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento**.** (Tradução de Floriano de Souza Fernandes). 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). **Geografia Cultural: um século** (3). p. 83. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Editoral Montressor. Buenos Aires. 5ª ed. 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une theorie de la pratique**. ed. Du Seuil. Paris. 2000.

BOURDIEU, Pierre**.** Les Trois étates du capital cultural. **Acts de recherches em sciences sociales**,Paris. v. 30. n. 1. 1979.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Revista Política e Sociedade.** Florianópolis. v.4. n.6. p.15-57. 2005.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília. n.5. p. 193-2016. jan-jun 2011.

BORDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo. p .22-23. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** São Paulo: Ed. Marco Zero, 1983.

BORDIEU, Pierre. **Sociologie Général:** les concepts élémentaites de la sociologie**.** v.1. ed. Seul. Paris. 2015.

BRASIL **Declaração do Grupo de Lima**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-do-grupo-de-lima-1>. Acesso em: 05 ago. 2022

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio, de 2017. Art.1. parágrafo I.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de junho, de 1997. Art. 1º. parágrafo III.

BRASIL. Ministério de Justiça. Gabinete do Ministro. Portaria nº 9, de 14 de março de 2018. Brasília, 2018.

BRASIL Sobre a Operação Acolhida. Casa Civil. GOV.br Brasília – DF. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2> Acesso em 25 out. 2020.

CAMPBELL. Duncan. American Navy 'helped Venezuela coup'. **The Guardian.** 29/04/2002 2022. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/international/story/0,3604,706802,00.html>. Acesso em 05 ago. 2022.

CASTILLO, Tomás A. Arias., La sentencia No 1942/2003 de 15 de julio y la libertad de expresión en Venezuela. **Revista venezoelana de legislacíon y jurisprudência.** Caracas. n1. Janeiro 2013.

CNE – CONSEJO NACIONAL ELECTORAL. **Poder electoral emitió primer boletín oficial de elecciones.** AN. 2015. Disponível em: <http://www.cne.gob.ve/web/sala_prensa/noticia_detallada.php?id=3429> Acesso em 25 set. 2022

CNE – CONSEJO NACIONAL ELECTORAL**. Referendos nacionales efectuados en Venezuela.(1999-2000)**. 2002. Disponível em: http://www.cne.gob.ve/web/documentos/estadisticas/e010.pdf> Acesso em 05 ago. 2022.

COELHO NETO, Agripino, Souza. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. **GEOgraphia,** Niterói (UFF), v. 15, p. 23-52, 2013.

COPOTORTI, Francesco. **Study on the rights of persons belonging to ethnic, religious and linguistic minorits**. United Nations Office of the High Comissioners for Human Rights. Minorits Rights. v.18, n1,1998.

CORRÊA, Roberto, Lobato,. Cultura, política, economia e espaço. **Revista Espaço e Cultura**. n. 35, jan.-jun., p.25-39, 2014.

CORREIO BRAZILIENSE. **Chavismo tem ampla vitória eleitoral com maior abstenção da história da Venezuela**. 2021. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2021/11/4965288-chavismo-tem-ampla-vitoria-eleitoral-com-maior-abstencao-da-historia-na-venezuela.html Acesso em: 20 dez. 2022

CORREIO BRAZILIENSE. **Presidente da Colômbia critica ditadura de Nicolás Maduro na Venezuela**. 2017. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2017/08/17/interna_mundo,618417/presidente-da-colombia-critica-a-ditadura-de-nicolas-maduro-na-venez.shtml> Acesso em: 30 mar 2022.

CORREIO DO BRASIL. **Maduro acusa eua de usar crise humanitária como pretexto para invasão militar**. 2019. Disponível em <https://www.correiodobrasil.com.br/maduro-acusa-eua-crise-humanitaria-pretexto-invasao-militar/> Acesso em: 05 ago. 2022

CORREO DEL ORENOCO. **Grupos violentos presuntamente incendiaron animales para hacer guarimbas, denuncian Colectivos Nevado**. 2014. Disponível em <http://www.correodelorinoco.gob.ve/grupos-violentos-presuntamente-incendiaron-animales-para-hacer-guarimbas-denuncian-colectivos-nevado/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

CORREO DEL ORENOCO. **Un 10 de diciembre el Comandante Chávez aprobó la Ley de Tierras y Desarrollo Agrario.** 2005**.** Disponível em: <http://www.correodelorinoco.gob.ve/un-10-de-diciembre-el-comandante-chavez-aprobo-la-ley-de-tierras-y-desarrollo-agrario-video/>. Acesso em 05 ago. 2022.

COSTA, Luciana. **Situação de refugiados venezuelanos é discutida pela Defensoria Pública da Bahia.** Defensoria Pública do Estado da Bahia. Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/situacao-de-refugiados-venezuelanos-e-discutida-pela-defensoria-publica-da-bahia/>. Acesso em 06 mai .2023.

COUTINHO, Joana A; FERREIRA, John Kennedy; GLAUDIO. Rogata Soares Del (org.). Ascensão da extrema direita: utopia reacionária? Parte II (Apresentação). **Crítica e sociedade:** revista de cultura política. Uberlândia, v.12, n.21. 2022.

CRUZ, Valter, C. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. **Itinerários Geográficos**. ed. UFF. p.13, Niterói, 2017.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 33-46.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. A desterritorialização nas obras de Deleuze e Guattari. In: BRUCE, Glauco; HASBAERT, Rogério (org.). **GEOgrafia**., v.4, n.7, p.1, 2009.

DELLEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix, **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia**.** Ed.34. Rio de Janeiro. v.3. p. 15-30, 1996.

DEMIER, Felipe. **A onda conservadora**. Mauad. Rio de Janeiro. 2016.

DIAS, Gustavo. Da Objetificação a humanização: uma leitura crítica sobre o conceito de imigrante na obra de Abdelmelek Sayad. In: **A contemporaneidade de pensamento de Abdelmelek Sayad**. Ed. PUC-SP. p. 65-92, São Paulo. 2020.

DOMENECH, Eduardo. Inmigracíon, politica (s) y pensamiento de Estado: la mirada crítica heterodoxa de Abdelmelek Sayad. In: **A contemporaneidade do pensamento de Abdelmelek Sayad.** Ed. OUC-SP. São Paulo. p. 93-114. 2020.

Durkheim, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução. Paulo Neves. Revisão da tradução. Eduardo Brandão. Martins Fontes. São Paulo. 2007

DURKHEIM, Émile. **De la división del trabajo social**. Schapire. Buenos Aires. 1973

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Edições 70. Lisboa. 2013.

DURKHEIM, Émile. L'Etat. **Revue philosophique.** Paris. n. 148. p. 433-437. 1958.

EBERHARDT, Maria Laura. La Revocatoria de Mandato en Venezuela y su diseño institucional: el caso Hugo Chávez (2004). **Revista Brasileira de Sociologia**. Porto Alegre. v.4. n.8. p. 59-92, 2016.

EL IMPULSO.COM. **Henri Falcón**: A Capriles Radonski lo apoya "la izquierda eficiente" de Venezuela. 2012. Disponível em: <https://www.elimpulso.com/2012/06/14/henri-falcon-a-capriles-radonski-lo-apoya-la-izquierda-eficiente-de-venezuela/>. Acesso em 24 abr. 2022.

EL NACIONAL. **Compras de PDVAL triplicarón su capacidad de distribuicíon.** 2012. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120119183306/http://www.el-nacional.com/www/site/p_contenido.php?q=nodo%2F143078%2FEconom%C3%ADa%2FCompras-de-Pdval-triplicaron-su-capacidad-de-distribuci%C3%B3n.> Acesso em 05 ago. 2022.

EL NACIONAL. **La Comisión de la Verdad y los hechos de abril de 2002**. 2016. Disponível em: < https://www.elnacional.com/historico/comision-verdad-los-hechos-abril-2002_28543/> Acesso em 05 ago. 2022.

ELNNER, Steve; ROBINSON, William, I. **Latin America's radical left:** challenges and complexities of political power in the twenty-first century. Rowman and Little Publisher. Lanham. 2014.

EL PAÍS. **El Caos Petrolero**. 2006. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2006/03/28/internacional/1143496810_850215.html> Acesso em 05 ago. 2022.

EL PAÍS. **Chávez critica EEUU y pide apoyo a China**. 1999. Disponível em <https://elpais.com/diario/1999/10/13/internacional/939765609_850215.html> Acesso em 05 ago. 2022.

EL PAÌS. **Chávez suspende el mercado de divisas para frenar la fuga de capitales de Venezuela**. 2003. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2003/01/23/internacional/1043276408_850215.html>. Acesso em: 05 ago. 2022.

EL PAÍS. **La decisión forma parte de la política de nacionalización de sectores estragégicos del presidente Chávez.**- El yacimiento lo explota ahora una empresa canadiense. 2008. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2008/11/06/actualidad/1225926004_850215.html.> . Acesso em 14 mai. 2023.

EL PAÍS. **La oposición apoya a 14 altos mandos militares sublevados contra Chávez.** 2002. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2002/10/24/internacional/1035410416_850215.html>. Acesso em: 05 mai. 2022.

EL PAÍS. **La presidenta del Supremo venezolano dimite y da por enterrado el Estado de derecho.** 1999. Disponível em: <https://elpais.com/diario/1999/08/25/internacional/935532004_850215.html> Acesso em: 05 mai. 2022.

EL PAÍS. **Una persona muerta y otras cinco heridas em tiroteo durante una manifestacíon de opositores**. 2004. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2004/08/16/actualidad/1092607206_850215.html>. Acesso em 05 mai. 2022.

EL SIGLO. **Caricom condena las muertes en Venezuela a causa de protestas**. 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140224111928/http://www.elsiglo.com.ve/article/71834/Caricom-condena-las-muertes-en-Venezuela-a-causa-de-protestas>. Acesso em 26 abr. 2023.

EL UNIVERSAL. Disponível em: 2006. <https://web.archive.org/web/20060217112323/http://buscador.eluniversal.com/2002/12/01/apo_art_01106EE.shtml> Acesso em: 05 ago. 2022.

EL UNIVERSAL. **Cne anuncia que ganó el no.** Disponível em: 2007. <https://web.archive.org/web/20090618012731/http://economia.eluniversal.com/2007/12/03/refco_ava_cne-anuncia-que-gano_03A1239719.shtml> Acesso em: 05 ago. 2022.

EL UNIVERSAL. 2004. Disponível em: <https://www.eluniversal.com/2004/02/02/pol_art_02106B.shtml>. Acesso em: 05 ago. 2022.

EL UNIVERSAL. 2004. Disponível em: <https://www.eluniversal.com/2004/03/21/pol_art_21108A.shtml> Acesso em:05 ago. 2022.

EL UNIVERSAL. **Venezuela y Colombia**. 2010. Disponível em: <https://www.eluniversal.com/2010/08/10/int_ava_venezuela-y-colombia_10A4321491.shtml> Acesso em: 05 ago. 2022

EL UNIVERSO. **Hugo Chávez suspendió a la DEA em Venezuela**. 2005. Disponível em: <https://www.eluniverso.com/2005/08/09/0001/14/F92719B658CC4D2CB68423B3EF0A0268.html/> Acesso em: 05 ago. 2022.

ENNES, M.A. Bordieu and the “migrant-body”: embodiment in the migratory contexto. **Revista Brasileira de Sociologia**. São Paulo. v.8. n.19. maio/agosto. p. 26-58. 2020.

EVIA, Diego Oliveira. VENEZUELA - **La derecha de la MUD dividida ante el diálogo y la paz.** Alterinfos América Latina. 2016 Disponível em: <https://dial-infos.org/spip.php?article7716>. Acesso em: 26/04/2023.

FEITOSA, Nabupolasar Alves., Militarismo na Venezuela. **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília. n.10. p. 83-92. dez 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa na educação no campo: espaço e território como categorias essenciais. in: MOLINA, M.C et al. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília. p.35, 2006.

FERREIRA, Adir Luiz. Socialização na universidade: quando apenas estudar não é suficiente. **Revista Educação em Questão.** Natal. v.48. n.34. p.116-140. Jan-jun. 2014.

FORÇA SINDICAL. **Renda de trabalhador venezuelano se destaca entre imigrantes no país.** 2017. Disponível em: <https://fsindical.org.br/imprensa/renda-de-trabalhador-venezuelano-se-destaca-entre-imigrantes-no-pais>. Acesso em: 30 abr. 2022.

GAOUETTE, Nicole., KLEIN, Betsy. **Pence says ‘it’s time’ for action against Maduro.** CNN – Politics. 25/02/2019. 2019. Disponível em:

https://edition.cnn.com/2019/02/25/politics/pence-venezuela-lima-group/index.html. Acesso em 25 abr. 2022.

GAZETA DO POVO. **Governo da Venezuela quer polícia "mais humana".** 2022. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/breves/governo-venezuela-quer-policia-mais-humana/> Acesso em 03 dez. 2022.

GENRO, Luciana. **Gleisi vai representar o PT na posse do Maduro.Dando uma mãozinha para aqueles que querem liquidar a esquerda.Mas só uma esquerda mofada p/apoiar o Maduro a estas alturas.Há muito tempo deixou de ser um governo progressista. E o pior é que a oposição forte é burguesa e elitista.** 2019. Disponível em <https://twitter.com/lucianagenro/status/1083327167092703232?lang=ca>. Acesso em 20 abr. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008. Páginas 109-112.

GLOBAL JUSTICE. **Alliance for Global Justice Statement on Right-Wing Violence in Venezuela.** 2014. Disponível em: <https://afgj.org/alliance-for-global-justice-statement-on-right-wing-violence-in-venezuela.>. Acesso em 26 abr. 2022.

GOOGLE NEWS**. La recesión venezolana se profundizará de mantenerse el clima de incertidumbre** 2010. Disponível em: <https://archive.is/20130411014121/http://www.google.com/hostednews/epa/article/ALeqM5j2Vh-7zVTkOPDAjGxBPaiX6x9TAw> Acesso em: 05 ago. 2022.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**. Campinas. v.2.n.3. p.523, 2012.

GZH. **Produção de petróleo na Venezuela continua estagnada**. 2018. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2018/06/producao-de-petroleo-da-venezuela-continua-estagnada-diz-opep-cjic1t9n200fi01qm4zz8x6ew.html> Acesso em 01 out. 2022

G1. **Venezuelanos em situação análoga ao trabalho escravo são resgatados no sul da BA; dois homens são presos.** 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/04/18/venezuelanos-em-situacao-analoga-ao-trabalho-escravo-sao-resgatados-no-sul-da-bahia-dois-homens-sao-presos.ghtml> . Acesso em: 01 mai. 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11ª edição. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HASBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste.** Niterói: EdUFF, p. 42. 1997.

HASBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de et al. **Geografia:** conceitos e temas. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 185-193. 2000.

HASBAERT, Rogério.; BRUCE, Glauco. A desterritorialização nas obras de Deleuze e Guattari**.** Periódicos UFF. **Geographia.** v.4. n.7. Rio de Janeiro. s. n. 2002.

HASBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROZENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato et al. **Manifestações da cultura no espaço**. p. 169-188. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HASBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 6 ª ed. 2011.

HASBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 7ª ed. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2018.** 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados dos Censos Demográficos de 2010.**

INSTITUTO DE INVESTIGACIONES SOCIALES. **Condiciones de vida de los venezolanos :** entre emergencia humanitaria y pandemia. n.p, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – INE. **Estadísticas Educativas 2019-2020.** Disponível em: <https://www.ine.gov.ve/documentos/Educacion_publicacion_2019-2020.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – INE. **Hogares pobres por Necesidades Básicas Insatisfechas, según indicador NBI**, 1999-2019. Disponível em <http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=104&Itemid=45> Acesso em 01 dez. 2020

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – INE. **Venezuela**: Indicadores globales de la fuerza de trabajo, según sexo. 2020. Disponível em <http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=103&Itemid=40#> Acesso em 01 dez. 2020

ITO, Claudemira Azevedo. Reflexões sobre as migrações internacionais. in**: V Encontro Internacional sobre as Migrações Internacionais**. Campinas. 2007.

JÁCOME, Francine. Los militares en la política y la economia de Venezuela. **Revista Nueva Sociedad**. Buenos Aires. n 274. março-abril. p. 121, 2018

JONES, Bart. **Hugo Chávez:** da origem simples ao ideário da revolução permanente. Tradução de Rodrigo Castro. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

JONES, Gareth A.; RODGERS, Dennis. **Youth Violence in Latin America:** Gangs and Juvenile Justice in Perspective. London: Palgrave Macmillan, 2009.

JORGE, Elianah. Yahoo Noticias. **Venezuela: com retomada econômica, analistas preveem alta de 10% do PIB em 2022.** 2022 Disponível em: <https://esportes.yahoo.com/venezuela-com-retomada-econ%C3%B4mica-analistas-

113519057.html> Acesso em 01 out. 2022.

JOSSE, Eric; DUBOIS, Vincent. **Interventions humanitaires en santé mentale dans les violences de masse**. Bruxelas: Groupe de Boeck, 2009.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

JORNAL DA MANHÃ. **Sob ameaça de intervenção militar Maduro não vai à Assembleia Geral da ONU.** 2019. Disponível em: https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/sob-ameaca-de-intervencao-militar-maduro-nao-vai-a-assembleia-da-onu.html. Acesso em: 30 mar. 2022.

JURŠÁ, Érika. **O migrante em Salvador**: As condições da Imigração em meio à pandemia. 2021. Disponível em: https://omomento.org/o-migrante-em-salvador-as-condicoes-da-imigracao-em-meio-a-pandemia/. Acesso em: 26 mai. 2023.

KELSEN, Hans. **A democracia**. 2ª ed. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2000. p. 78.

KUCZYNSKI, Pedro Pablo. Apud **Kuczynski critica a Venezuela por "presos políticos" y muertes en protestas**. El Nacional. 2017. Disponível em: https://elnacional.com.do/kuczynski-critica-a-venezuela-por-presos-politicos-y-muertes-en-protestas/. Acesso em: 20 abr. 2023.

LA PATILLA. **ALBA rechaza violencia y expresa su apoyo al gobierno de Maduro.** 2014. Disponível em: https://www.lapatilla.com/2014/02/14/alba-rechaza-violencia-y-expresa-su-apoyo-al-gobierno-de-maduro/. Acesso em: 26 abr. 2023.

LA RAZÓN. Mildred Camero: «**Venezuela es el principal corredor de la droga en América del Sur**». 2015. Disponível em: https://www.larazon.es/internacional/mildred-camero-venezuela-es-el-principal-corredor-de-la-droga-en-america-del-sur-AK9804929/. Acesso em: 05 ago. 2022.

LEGISCOMEX. **Gobierno de Chávez oficializa adquisición forzosa de cinco empresas lácteas**. 2010. Disponível em: https://www.legiscomex.com/Documentos/NOV-11-10-7NOT. Acesso em: 13 mai. 2023.

LEVINTSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. v. 2. São Paulo: EDUSP, 1974.

LEWIT, Agustín; BRITO, Gerardo**. Radiografía de la MUD:** análisis sobre la oposición venezolana. Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica, 2016. Disponível em: https://www.celag.org/wp-content/uploads/2016/01/Informe-Radiograf%C3%ADa-de-la-MUD-Lewit-y-Brito.doc.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.

LIGA DAS NAÇÕES. **Convenção sobre Direitos e Deveres dos Estados**. Montevidéu, 1933.

LIMA, José Batista Borges; GARCIA, André Luiz Junqueira Cunha Rodrigues; FECHINE, Vinícius Mariano Rocha. In: VIANA (org.). **Fluxos migratórios no Brasil:** haitianos, sírios e venezuelanos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LOPES, Carolina. **Procuradora do Trabalho denuncia exploração de venezuelanos em Roraima.** Agência Câmara de Notícias, 2018. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/536191-procuradora-do-trabalho-denuncia-exploracao-de-venezuelanos-em-roraima/. Acesso em: 01 mai. 2023.

LORENA, Sara. **Maduro admite existência de uma crise na Venezuela e aceita ajuda de emergência da ONU.** 2018. Disponível em: https://www.publico.pt/2018/11/27/mundo/noticia/maduro-admite-existencia-crise-venezuela-aceita-ajuda-emergencia-onu-1852597. Acesso em: 25 set. 2022.

LUSA. DN. **Presidente peruano critica Caracas por presos políticos nos protestos.** 2017. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/venezuela-presidente-peruano-critica-caracas-por-presos-politicos-nos-protestos-6237042.html> Acesso em: 30 abr. 2022.

MADURO, Nicolás. Apud La construccíon discursiva del populismo autoritário. In: FRANÇOISE, S.N. et al. (orgs). **Political Discourses at the Extremes**: Expressions of Populism in Romance-Speaking Countries. Estocolmo: Stockholm Studies in Romance Languages, 2019.

MADURO, Nicolás. Apud DIARIO DE CUBA. **Nicolás Maduro admite que hay violaciones a los derechos humanos en Venezuela**. 2020. Disponível em: https://diariodecuba.com/internacional/1608797023_27518.html. Acesso em: 30 set. 2022.

MADURO, Nicolás. **Carta a la humanidad**. Assembleia das Nações Unidas. Nova York, 2022, p. 2-3.

MALLET-OUTRIM, Ricardo. Venezuelaanalysis.com. **Death Toll Rises in Venezuela:** Opposition Demonstrators Say They're Fighting a War of "Attrition". 2014. Disponível em: https://venezuelanalysis.com/news/10372. Acesso em: 25 abr. 2023.

MARANDOLA Jr., Eduardo; GALLO, Paulo M. D. Ser migrante: implicações territoriais e existências da migração. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MARTINS, Alexandre Correa Motta; MITUZANI, Luciana. Direito das Minorias Interpretado: o compromisso democrático com o direito brasileiro. **Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 32, n. 63, p. 319-352, dez. 2011.

MASSEY, Douglas B. **Pelo espaço:** uma nova política de espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia.** v. 2. São Paulo: EDUSP, 1974.

MAZOCCO, Francielle; SILVA, Floriane Abreu; GOMES, Bernadina Menezes; MIRANDA; Luana Alonso Xavier et al. Organização dos Estados Americanos: A situação na Venezuela. In: PEREIRA, Célia Maria et al. (orgs). **Guia de estudos**. v. 7, n. 1. Porto Alegre: UFRGS MUNDI, p. 186-189, 2019.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **O controle jurisdicional da convencionalidade das leis.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MEGALLÓN, López Henrique. **Venezuela:** ¿Es de derecha la MUD?. Made for Minds. Política. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/es/venezuela-es-de-derecha-la-mud/a-18912877>. Acesso em 24 abr. 2023.

MENDES, Eduardo. **Língua e poder:** o que os governos podem fazer com os idiomas. 2022. Disponível em: https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/lingua-e-poder/5003#:~:text=L%C3%ADngua%20%C3%A9%20poder.,de%20prest%C3%ADgio%20social%20e%20pol%C3%ADtico.. Acesso em: 10 jun. 2023.

MENDEZ, Nelson. **Diccionario multimedia de Historia de Venezuela.** Caracas: Fundación Polar, 1995.

MOREIRA, Claudia Oliveira Fernandes. A sociologia de Pierre Bordieu: ferramentas e pontos de vista. In: MARTALETO, Ramon et al. (orgs). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, p. 179-189, 2017.

MOREIRA, Janaina Barros; BORBA, José Henrique Oliveira Marques. Invertendo o enfoque das "crises migratórias" para as "migrações de crise": uma revisão conceitual no campo das migrações. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 38, n. 1, p. 1-20, 2021.

MOREIRA, Pedro Oliveiral; DALLABRIDA, Valdir Roque; MERCHESAN, Jairo. Processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (tdr): um estudo sobre a realidade socioeconômica no planalto norte catarinense. **Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**, Canoinhas, p. 92, 2016.

NATANSON, José. **Chávez rompe com partidos de esquerda que o apoiavam.** ESQUERDA.NET. 2008. Disponível em: <https://www.esquerda.net/content/ch%C3%A1vez-rompe-com-partidos-de-esquerda-que-o-apoiavam>. Acesso em 30 abr. 2023.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Potências, limites e seduções do poder.** São Paulo: Editora Unesp, 2008.

NOHL, Arnd; SCHITTENHELM, Karin; SCHIMIDTKE, Oliver; WEISS, Anja. Work in transition: Cultural capital and highly skilled migrants' passages into the labour market. Toronto: **Toronto University Press**, 2014.

NOLASCO, Carlos. **Migrações internacionais conceitos:** tipologias e teorias. Coimbra: Oficina do CES, p. 6, 2010.

O GLOBO. **Maduro não comparece a Assembleia Geral da ONU.** 2016. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/maduro-nao-comparece-assembleia-geral-da-onu-20150111. Acesso em: 2 set. /2022.

OLIVEIRA, Marcelo; KULATS, Fernanda. Habitus imigrante e capital da mobilidade: a teoria de Pierre Bourdieu aplicada aos estudos migratórios. **Mediações**, Londrina, v. 22, n. 7, p. 15-47, jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, Raquel Pereira. Venezuela e os antecedentes de uma Política Externa ativa: petróleo e democracia como elementos da Política Externa do regime de Punto Fijo. **Revista Internacional de Unificação**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 2, p. 132-140, 2017.

OPINÍON. **Venezuela acuerda compra de cementeras francesa y suiza, pero no de la mexicana.** 2008. Disponível em: https://www.opinion.com.bo/articulo/economi%C2%ADa/venezuela-acuerda-compra-cementeras-francesa-suiza-mexicana/20080818202857289153.html. Acesso em: 13 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 26 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Glossário sobre migração.** Genebra: OIM, 2009, p. 40-44.

OTERO, José. **Chávez y su legado?** Telecomunicaciones. Opinión. EL ECONOMISTA, 2013. Disponível em <https://www.eleconomista.com.mx/opinion/Chavez-y-su-legado-de-telecomunicaciones-20130306-0012.html.> Acesso em 15 mar. 2023.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO. **Aonde vai a Venezuela.** 2017. Disponível em: https://www.pstu.org.br/aonde-vai-a-venezuela/. Acesso em: 20 abr. 2023.

PEREZ, Ana. A liberação do conhecimento: Bourdieu e Sayad frente ao colonialismo. In: DIAS, G.; et al. (orgs). **A Contemporaneidade do pensamento de Abdemelek Sayad.** São Paulo: Educ, 2020, p. 21-36.

PHILLIPS, Tom. The Guardian. **Venezuela claims it has foiled attempted military uprising.** Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2019/jan/21/venezuela-claims-foiled-attempted-military-uprising. Acesso em: 25 abr. 2023.

PORTO, Gil Carlos. **Evolução da rede de localidades centrais na Bahia nos séculos XIX e XX: permanências, complexidades e amadurecimento.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PORTUGAL, Jussara Fraga. **“Quem é da roça é formiga**!”: histórias de vida, itinerâncias formativas e profissionais de professores de Geografia de escolas rurais. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2013.

PRATA, Pedro. ESTADÃO. **Argentina, Cuba e Venezuela têm auxílio emergencial na pandemia, ao contrário do que afirma post.** 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/argentina-cuba-e-venezuela-tem-auxilio-emergencial-na-pandemia-ao-contrario-do-que-afirma-post/> Acesso em: 24 dez. 2022.

QUEIROZ, Silvana Nascimento; BAENINGER, Rosana. Interiorização da imigração venezuelana no Nordeste. In: **Anais do Encontro Nacional sobre Migrações, Trabalho e Gênero. Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)**, 2022.

RADWIN, Maya. Mongabay. **Mineros ilegales brasileños siguen invadiendo las tierras de los indígenas yanomamis de Venezuela**. 2022. Disponível em: https://es.mongabay.com/2022/08/mineros-ilegales-brasilenos-invaden-tierras-de-indigenas-yanomamis-de-venezuela/. Acesso em: 26 abr. 2023.

RAFFESTIN, Claude. Territorializzazzione, destererritirializzazzione, reterritralizazzione e informatione. In: TURCO, Alberto (org.). **Regione e regionalizzazzione.** Milão, 1984, p. 69-89.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 1, n. 25, p. 1-25, abr. 1979.

REPORTERO JUDICIAL 24. **Madrugonazo incrementó el hacinamiento en CICPC**. 2011. Disponível em: https://reportero24.com/2011/06/03/judicial-madrugonazo-incremento-el-hacinamiento-en-cicpc/. Acesso em: 05 ago. 2022.

REUTERS. **Coalición opositora de Venezuela sufre nueva crisis con retiro de partido Acción Democrática**. 2018. Disponível em: https://www.reuters.com/article/politica-venezuela-oposicion-idLTAKBN1JW05H-OUSLD. Acesso em: 24 abr. 2023.

REUTERS. **Venezuela exonerará impuestos a nuevas pequeñas empresas bajo pandemia.** 2021. Disponível em: https://www.reuters.com/article/venezuela-impuestos-exoneracion-idESL8N2M03ET. (data de acesso).

RIBAS, Claudia Viana. La migración en Venezuela como dimensión de la crisis. **Pensamiento Propio**, v. 47, p. 91-128, 2018.

RICUPERO, Rubens. Chávez (1954-2013) no seu contexto. **Passagens**, Fortaleza, v. 21, n. 4, p. abr./mai./jun. 2013.

ROCHA, Eduardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo?** 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

RODRIGUES, Nathalia Innocente. **Entre a distribuição de recursos e a articulação política:** um estudo acerca da dualidade funcional dos conselhos comunais no período de 2007 a 2012. 2012. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", Araraquara, 2012.

RODRÍGUEZ, Juan Carlos. Venezuela Al Día. **Confirman aeronaves militares sobrevolando San Cristóbal: reportan vías cerradas**. 2014. Disponível em:

https://archive.is/veECe. Acesso em: 25 abr.2023.

ROHTER, Larry. The New York Times. **With new chief, Uruguay veers left in a Latin pattern**. 2005.

ROIG, Jaime Nadal. Migrações internacionais e a garantia de direitos – um desafio no século XXI. In: **Migrações venezuelanas.** Campinas: Ed. Unicamp, 2018.

ROTONDO, Juan Carlo Bossio. AlterInfos América Latina. **VENEZUELA - Análisis del resultado de las elecciones parlamentarias de diciembre** 2005. Disponível em: http://www.alterinfos.org/spip.php?article1004. Acesso em: 05 abr.2022.

ROSSET, Peter; PATEL, Raj; MICHAEL, Christopher. **Promissed Land:** competing visions of agrarian reform. Pasadena: Food First Books, 2006.

RT. **Ultraderecha venezolana actúa en asociación con paramilitares colombianos**. 2014. Disponível em: https://actualidad.rt.com/actualidad/view/120453-ultraderecha-venezuela-paramilitares-colombia-izarra. Acesso em: 25 abr. 2023.

R4V – Plataforma de Coordinacíon Intergerencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela. **Refugiados y Migrantes de Venezuela (Cifras Mundiales),** 2023.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs). **Territórios e territorialidades.** 2. ed. Rio de Janeiro: Consequencia, 2015.

SANTOS, Mauro Augusto A.; BARBIERI, Alisson Flávio.; CARVALHO, José Alberto Magno.; MACHADO, Carolina Jorge. **Migração: uma revisão sobre as principais teorias.** CEDEPLAR/FACE/UFMG. Belo Horizonte, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade.** São Paulo, EDUSP, 1998.

SCHITTENHELM, Karin. **Soziale Lagen im Übergang:** Junge Migrantinnen und Einheimische zwischen Schule und Berufsausbildung. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2005.

SEQUÍN, Luis Zambrano. Dolarización y desdolarización: un dilema en Venezuela? **IIES-UCAB Notas de la Economia Venezoelana**, Caracas, 2022.

SEUMAS, Matthew. The Guardian. **Venezuela protests are sign that US wants our oil, says Nicolás Maduro.** 2014. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2014/apr/08/venezuela-protests-sign-us-wants-oil-says-nicolas-maduro. Acesso em: 26 abr. 2023.

SILVA, Carlos Rodrigues; BAENINGER, Rosana. Mudança de perfil dos imigrantes venezuelanos em São Paulo – perspectivas sobre a política de interiorização do governo federal. **ABEP**, São Paulo, 2019.

SILVA, Marina. **A tragédia humanitária da Venezuela foi causada por falta de democracia, pelo autoritarismo de uma esquerda populista, que destruiu as bases econômicas e sociais. É preciso um esforço diplomático e uma coalizão para dar ajuda humanitária aos venezuelanos. Brasil.** 2018. Twitter. @MarinaSilva. Disponível em: https://twitter.com/MarinaSilva/status/1043174319738826758. Acesso em 20 abr. 2023.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017.

SISMIGRA – Sistema de Registro Nacional Migratório. (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal. Ministério da Justiça e Segurança Pública/**OBMigra**. 2020.

SISMIGRA – Sistema de Registro Nacional Migratório. (SISMIGRA). Departamento da Polícia Federal. Ministério da Justiça e Segurança Pública/**OBMigra**. 2022.

SOCIALIST INTERNATIONAL. **Venezuela:** for to end violence. 2014. Disponível em: http://www.socialistinternational.org/viewArticle.cfm?ArticleID=2284. Acesso em 20 abr. 2023.

SOJA, Edward W. **The political Organization of Space.** AAG Comission on College Geography. Washington. 1971.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de.; CORRÊA, Roberto Lobato.; GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia:** conceitos e temas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TALAVERA, Patrício Gómez. Comportamiento electoral en Venezuela: el caso de la Mesa de Unida Democrática (MUD). **Teoria e Cultura.** v.14, n.1. Juiz de Fora. 2019. p.138-152.

TAVARES, Marcelo Ribeiro.; VAZ, Lilian Fesller.; MATOS, Madalena Cunha. A praia como lugar de memória e formação de sociabilidades. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, GeAS (online), v. 10, n. 1, p. 1-14, 2021.

THE GUARDIAN. **Nicolas Maduro speech cut short while soldiers scatter.** 2018. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2018/aug/04/nicolas-maduros-speech-cut-short-while-soldiers-scatter. Acesso em: 05 abr. 2022.

TIBÚRCIO, Camila. A nacionalidade à luz do direito internacional e brasileiro. **Cosmopolitan Law Journal**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 131-167, jun. 2014.

TOPA, Joana; NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Imigração e saúde: a (in)acessibilidade das mulheres imigrantes aos cuidados de saúde. **Saúde Soc**., São Paulo, v. 22, n. 2, p. 328-341, 2013.

URBANEJA, Diego Bautista. **La política venezolana desde 1958 hasta nuestros días**. Caracas: Fundacíon Centro Gumilla, Unuversidade Católica Andrés Bello,

2007.

URRIBARRÍ, Raissa; HERNANDEZ, Marianne Diaz. **Políticas públicas para el acceso a internet en Venezuela:** inversíon, infraestructura y el derecho al acceso entre los años 200-2007. Derecho Digitales América Latina, 2018.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS. **Incendiaron autobús de Pdvsa en Maracaibo.** Twitter. @UNotícias. 2014. Disponível em: https://twitter.com/UNoticias/status/451441870485221376. Acesso em: 25 abr. 2023.

UNITED NATIONS. **What is rule of law.** 2022. Disponível em: https://www.un.org/ruleoflaw/what-is-the-rule-of-law/. Acesso em 27 jan. 2022.

VENEZUELA. **Aló, presidente: 300 y contando**. 2008. Disponível em: https://web.archive.org/web/20080807052030/http://www.radiomundial.com.ve/yvke/noticia.php?6067. Acesso em 05 ago. 2022.

VENEZUELA. **Anunciadas medidas de apoyo a microempresas en el país**. 2020. Disponível em: http://www.mppef.gob.ve/30857-2/. Acesso em 02 dez. 2022.

VENEZUELA. **El ahorro de energía eléctrica debe profundizarse**. 2010. Disponível em: https://web.archive.org/web/20101026035325/http://www.vtv.gov.ve/noticias-ciencia-y-salud/46916. Acesso em: 05 ago. 2022.

VENEZUELA. **Jefe de Estado resalta resistência del Pueblo venezoelano a un año del ataque imperial contra el SEN**. 2020. Disponível em: https://www.vtv.gob.ve/ataques-sen-guerra-electrica/. Acesso em 03 dez. 2022.

VENEZUELA. **El presidente Maduro aprobó más de 270 millones de euros para el sector de salud.** 2018. Disponível em: http://www.minec.gob.ve/el-presidente-maduro-aprobo-mas-de-270-millones-de-euros-para-el-sector-salud/. Acesso em 02 dez. 2022.

VENEZUELA. **Gobierno Bolivariano duplicará velocidad de acceso a internet em Venezuela.** 2015. Disponível em: http://www.conatel.gob.ve/gobierno-bolivariano-duplicara-velocidad-de-acceso-a-internet-en-venezuela/. 02 dez. 2022

VOZ DE AMÉRICA. **Renuncia Ministro del Interior de Venezuela**. 2002. Disponível em: https://www.vozdeamerica.com/a/a-2002-01-25-6-1/34914.html. Acesso em: 05 ago. 2022.

VTV. **Gobierno Nacional afina estrategias para la mejora del servicio de transporte público en el país**. 2020. Disponível em: https://www.vtv.gob.ve/estrategias-mejora-transporte-publico-pais/. Acesso em: 03 dez. 2022.

WEISS, Anja. Tornar-se refugiado: uma abordagem de trajetória de vida para a migração sob coação. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 140-163, set.-dez. 2018.

WYLLYS, Jean. **A esquerda não pode apoiar Maduro**. 2017. Facebook: Jean Wyllys. Disponível em: https://pt-br.facebook.com/jean.wyllys/posts/1505971782784157/. Acesso em: 20 abr. 2023.

YUSTIZ, Orlando Rangel. **Orlando Rangel. Guaidó fue entrenado por EEUU en técnicas para desestabilizar gobiernos**. El Ciudadano, [S.l.], 02 jun. 2019. Disponível em: https://www.elciudadano.com/politica/guaido-fue-entrenado-por-eeuu-en-tecnicas-para-desestabilizar-gobiernos/02/06/. Acesso em: 20 abr. 2023.

ZAPATA, Manuel Alejandro Romero. Derecho penal del enemigo y represión injustificada del crimen en Venezuela. **Revista de la Faculdad de Derecho**, San Diego, v. 12, n. 2, p. 231-251, 2020